

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ORLANDO FÉLIX DE MOURA

**APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA PARA A
MELHORIA DOS ÍNDICES DE PROFICIÊNCIA DE DUAS ESCOLAS DA REDE
PÚBLICA ESTADUAL DO AMAZONAS**

JUIZ DE FORA
2015

ORLANDO FÉLIX DE MOURA

**APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA PARA A
MELHORIA DOS ÍNDICES DE PROFICIÊNCIA DE DUAS ESCOLAS DA REDE
PÚBLICA ESTADUAL DO AMAZONAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Nubia Schaper Santos

Coorientador: Prof. Dr. Wagner Silveira Rezende

JUIZ DE FORA

2015

ORLANDO FÉLIX DE MOURA

**APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA PARA A
MELHORIA DOS ÍNDICES DE PROFICIÊNCIA DE DUAS ESCOLAS DA REDE
PÚBLICA ESTADUAL DO AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Prof(a). Dr(a). Nubia Schaper Santos (Orientadora)

Prof. Dr. Wagner Silveira Rezende (Coorientador)

Membro da banca

Membro da banca

Dedico este trabalho a todos os que me incentivaram, desde o início do curso e continuaram a me apoiar ao longo desta jornada, especialmente à minha Mãe, meus irmãos e irmãs, e aos meus colegas de trabalho na Gerência de Avaliação e Desempenho, na Seduc-AM, que em momentos difíceis, foram incansáveis me incentivando à conclusão desse desafio.

AGRADECIMENTOS

Importante se faz reconhecer que esta não foi uma caminhada fácil, pelo contrário, com imensos desafios ao longo de um percurso que às vezes parecia infinito, principalmente pela necessidade de dedicação de horas à leituras e reformas no texto. Esses percalços, longe de obscurecerem o trajeto, aumentaram-lhe o brilho. E, ao invés de dificultarem a caminhada, impulsionaram-me com mais força.

Tudo o que foi escrito nesta pesquisa existe com uma participação especial de pessoas que de alguma forma colaboraram para este resultado, orientando, motivando, acompanhando, ouvindo e escrevendo dicas importantes para facilitar seu desenvolvimento.

À Deus, que em tudo tem me ajudado;

Aos Guias de luz, no plano superior, pela abertura dos meus caminhos nessa empreitada;

À Dona Iracy, minha mãe e maior incentivadora, meus irmãos e irmãs, sempre presentes, me apoiando incondicionalmente em tudo;

À Secretaria de Estado da Educação do Amazonas, através de seu representante Rossieli Soares da Silva, pelo incentivo à qualificação docente;

À Nubia Schaper Santos e Wagner Silveira Rezende, orientadora e co-orientador, pela oportunidade, pelo acompanhamento da pesquisa e pelo conhecimento gentilmente compartilhado;

Às minhas tutoras ao longo do curso: Juliana Gervason, Patícia Otoni e Juliana Barros, pelas orientações sempre muito esclarecedoras e pela paciência.

À Simone Lima, minha amiga e também mestrande, sem o seu incentivo, companheirismo, colaboração e parceria seria muito difícil ter concluído esta jornada;

Aos meus colegas de trabalho da Gerência de Avaliação e Desempenho, Seduc-AM, nas pessoas de Arielli Corsini, Bruna Barbosa, Jander Freitas, Keylah Adriana, Márcia Dolzano, Shirlene Noronha, e em especial a Jane Bete Nunes e Adriana Moreno, que foram incansáveis em criar condições que favorecessem a conclusão deste curso, me apoiando e incentivando em todos os momentos;

Aos gestores, pedagogos e professores das Escolas pesquisadas por terem contribuído com minha pesquisa de campo.

Adaptar-se é estar recluso (preso) a uma posição específica; é conformar-se (aceitar e ocupar a forma), submeter-se, por isso, ao ter de buscar tudo que precisamos, romper a acomodação e enfrentar a realidade passa a ser uma questão de necessidade, não de liberdade. Que ferramenta temos? Não é a racionalidade, pois não basta pensar para que as coisas aconteçam. Nossa interferência no mundo se dá pela ação transformadora consciente, ou seja, uma capacidade de agir intencionalmente em busca de uma mudança no ambiente que nos favoreça.

Mario Sergio Cortella

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como os gestores escolares, pedagogos e professores de duas escolas estaduais da cidade de Manaus, utilizam os resultados do Sadeam em suas práticas pedagógicas. Estudar a apropriação dos resultados do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) pelos profissionais da escola mostra-se relevante pela necessidade de compreender melhor como os resultados das avaliações externas estão sendo utilizados. Além disso, há a possibilidade, a partir disso, de repensar o fazer pedagógico em nossas escolas e, possivelmente, melhorar o desempenho dos alunos naqueles conteúdos que foram sinalizados como em defasagem pelos resultados obtidos. É importante que as avaliações externas, através dos resultados pedagógicos, sejam utilizadas como instrumento, tanto pela Secretaria de Educação, na definição de políticas públicas, quanto pelos profissionais da escola, na busca pela melhoria de seu fazer pedagógico e por consequência na elevação da qualidade do ensino. Por meio de uma pesquisa qualitativa, foram utilizados como instrumentos de pesquisa, entrevistas com roteiro semiestruturado com gestores e pedagogos e, a realização da técnica do grupo focal com os professores de Língua Portuguesa e Matemática, lotados nas turmas de 6º ao 9º ano, das duas instituições pesquisadas. O referencial teórico está amparado em autores de renome no campo de estudo das avaliações externas, como Souza e Bonamino (2012), Vianna (2009), Machado (2012), Silva (2011), Brooke e Cunha (2011), Souza (2010) e Soares (2013). Utilizou-se como fontes documentais o site oficial da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas, o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira e o site do SADEAM. A pesquisa realizada em duas escolas públicas da rede estadual do Amazonas revela a necessidade de apropriação dos resultados das avaliações externas por parte dos profissionais da escola, de tal maneira que, o trabalho coletivo realizado, envolvendo estes resultados, possa ser utilizado como alicerce na busca da melhoria da aprendizagem e desempenho dos alunos. Ao final é proposto um Plano de Ação Educacional, com base na observação da realidade dos profissionais das escolas pesquisadas, que consiste na criação do SISPAR – Sistema Permanente de Apropriação de Resultados, no âmbito da Gerência de Avaliação e Desempenho, com o objetivo de promover a formação dos profissionais da escola, o planejamento e o acompanhamento das ações relacionadas ao tratamento das avaliações externas e seus resultados no cenário escolar.

Palavras-chave: Avaliações externas; apropriação de resultados; SADEAM; planejamento pedagógico.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how school managers, pedagogues and teachers from two state schools in the city of Manaus, use the results of Sadeam in their pedagogical practices. Studying the appropriation of the results of the Amazon Educational System Performance Assessment (SADEAM) by school personnel is considered relevant by the need to better comprehend how the results of external evaluations are being used. Furthermore, there is the possibility, from that point, to rethink the pedagogical practice in our schools and possibly improve students' performance in those contents that have been flagged as a gap in the results obtained. It is important that external evaluations, through the educational results can be used as a tool both by the Education Secretariat, in the definition of public policies, as well as by school personnel, aiming the improvement of their pedagogical practice and therefore, raising the quality of education. Through a qualitative research there were used as research tools, semistructured interviews with managers and pedagogues and, the realization of the focus group technique with the Portuguese Language and Mathematics teachers, crowded in classes from 6th to 9th grade, from the two institutions surveyed. The theoretical framework is supported by renowned authors in the field of study of the external evaluations, as Souza and Bonamino (2012), Vianna (2009), Machado (2012), Silva (2011), Brooke and Cunha (2011), Souza (2010) and Soares (2013). There were used as documentary sources the official website of the Education Secretariat and Amazon State Teaching Quality, the website of the National Institute of Studies and Research Anísio Teixeira and SADEAM website. The research conducted in two public schools in Amazon state educational system reveals the need of the results appropriation of external evaluations by school personnel, so that the collective work involving these results, can be used as a foundation in the search of the learning improvement and students' performance. At the end it is proposed an Educational Action Plan, based on the observation of the reality of the professionals from the surveyed schools, which is the creation of SISPAR - Permanent System Results Appropriation under the Assessment and Performance Management, aiming to promote the training of school personnel, planning and monitoring the activities related to the treatment of external evaluations and results in the school setting.

Keywords: External evaluations; results appropriation; SADEAM; educational planning.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CDE – Coordenadoria Distrital de Educação
CEMEAM – Centro de Mídias do Estado do Amazonas
CEPAN – Centro de Formação Padre José de Anchieta
CESPE - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
DEPPE – Departamento de Políticas e Programas Educacionais
DPGF – Departamento de Planejamento e Gestão Financeira
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GAD – Gerência de Avaliação e Desempenho
GENF – Gerência do Ensino Fundamental
IDEAM – Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDDE –Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola
PEE – Plano Estadual de Educação
SADEAM – Sistema de Avaliação e Desempenho da Educação do Amazonas
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEAD – Secretaria de Estado da Administração e Gestão
SEAP – Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica
SEDUC-AM – Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas
SEFAZ – Secreatria de Estado da Fazenda
SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SINTEAM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas
TCT – Teoria Clássica dos Testes
TRI – Teoria de Resposta ao Item
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UnB – Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma SEDUC-AM.....	44
Figura 2 - Participação geral das turmas de 7º ano no projeto Sadeam em 2011, 2012 e 2013.....	48
Figura 3 – Proficiência Média, Participação e Evolução do Percentual de Alunos da EEZCO por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa e Matemática – 2011 a 2013.....	66
Figura 4 - Proficiência Média, Participação e Evolução do Percentual de alunos da EEZO por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa e Matemática – 2011 a 2013.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trajetória do Sadeam – 2008 a 2013.....	32
Quadro 2 - Resultados IDEB/IDEAM 2005 – 2012 - Rede Estadual do Amazonas.....	34
Quadro 3 - Média de Proficiências para as edições de 2011, 2012 e 2013 da Rede Estadual no Sadeam em Língua Portuguesa e Matemática no 7º ano do Ensino Fundamental.....	51
Quadro 4 - Distribuição dos alunos, em percentuais, nos Padrões de Desempenho Língua Portuguesa no 7º ano do Ensino Fundamental.....	53
Quadro 5 - Distribuição dos alunos, em percentuais, nos Padrões de Desempenho Matemática no 7º ano do Ensino Fundamental.....	53
Quadro 6 - Número de turmas e alunos da EEZCO.....	65
Quadro 7 - Número de turmas e alunos da EEZO.....	68
Quadro 8 - Resultados das Médias de Proficiência das Escolas Pesquisadas no 7º ano do Ensino Fundamental – Sadeam 2011 - 2012 – 2013.....	71
Quadro 9 – Perfil dos Professores da EEZCO.....	92
Quadro 10 – Perfil dos Professores da EEZO.....	92
Quadro 11 – Síntese das etapas a serem implementadas durante a execução do Plano de Ação Educacional (PAE).....	127
Quadro 12 – Recursos financeiros previstos para execução do Plano de Ação Educacional.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Padrões de Desempenho em Língua Portuguesa no 7º ano do Ensino Fundamental Anos Finais.....	50
Tabela 2 - Padrões de Desempenho em Matemática no 7º ano do Ensino Fundamental Anos Finais.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E O DESAFIO DA APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS	22
1.1 Avaliações Externas no Brasil – um breve histórico	22
1.2 Avaliação Externa no Amazonas e a implementação do SADEAM	27
1.2.1 O Sadeam e o Ideam: considerações sobre a política de bonificação	35
1.2.2 A gestão de resultados do Sadeam na Seduc-Am	43
1.2.3 Análise comparativa dos resultados do SADEAM nas edições 2011, 2012 e 2013	46
1.2.3.1 Participação dos alunos no SADEAM	47
1.2.3.2 Padrões de Desempenho.....	48
1.2.3.3 Proficiência e Padrões de Desempenho do Sadeam – 2011, 2012 e 2013.....	51
1.2.4. Divulgação e estratégias de apropriação dos resultados do Sadeam.....	54
1.2.4.2 Estratégias de apropriação dos resultados do SADEAM na esfera interna da SEDUC-AM	59
1.3 Apresentação das Escolas pesquisadas.....	63
1.3.1 Escola Estadual da Zona Centro Oeste	64
1.3.2 Escola Estadual da Zona Oeste	67
1.3.3 Os resultados das Escolas pesquisadas nas avaliações do Sadeam	70
2 A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS, OS REFERENCIAIS TEÓRICOS E OS DADOS COLETADOS NA PESQUISA	74
2.1 Algumas considerações sobre a Apropriação dos Resultados das Avaliações Externas	78
2.2 Apropriação dos resultados do Sadeam pelos gestores, pedagogos e professores das escolas pesquisadas.....	88
2.2.1 Percurso Metodológico.....	88
2.2.2 Caracterizando os participantes da pesquisa de campo	90
2.2.2.1 Os gestores escolares das escolas pesquisadas.....	90
2.2.2.2 As pedagogas das escolas pesquisadas.....	91
2.2.2.3 Os professores das escolas pesquisadas	91

2.2.3 A visão dos gestores e pedagogos das escolas EEZCO e EEZO.....	92
2.2.4 A visão dos professores das escolas EEZCO e EEZO	106
2.3 Considerações sobre a Apropriação dos Resultados do Sadeam e a relação com as escolas pesquisadas	115
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA DE TRABALHO PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DO AMAZONAS COM BASE NA APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DO SADEAM	119
3.1 Ações a serem efetivadas para implementação do Sistema Permanente de Apropriação de Resultados - SISPAR	122
3.2 Recursos necessários à implementação do Plano de Ação Educacional .	128
3.3 Avaliação do Plano de Ação Educacional – PAE	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS.....	135
APÊNDICES.....	144

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende analisar como os profissionais da educação das escolas estaduais pesquisadas, localizadas na cidade de Manaus, capital do Amazonas, estão utilizando e se apropriando dos resultados pedagógicos do Sistema de Avaliação e Desempenho do Estado do Amazonas – Sadeam, responsável por medir o desempenho dos alunos da rede de educação do estado.

Para a construção deste trabalho, vamos considerar como utilização e apropriação dos resultados os seguintes pontos: i) a aceitação dos gestores escolares, pedagogos e professores do programa de avaliação e a utilização de seus resultados na rotina escolar; ii) a possibilidade de uso dos resultados das avaliações externas para reflexão sobre os problemas pedagógicos da escola e como a mesma pode contribuir para elevar o nível de desempenho dos alunos; iii) a competência dos gestores, pedagogos e professores em articular os resultados do Sadeam aos processos de intervenção pedagógica e à própria avaliação escolar, associando esses resultados ao trabalho pedagógico da escola, de forma efetiva.

As avaliações em larga escala têm se transformado em um robusto alicerce para criar condições voltadas à melhoria da qualidade da educação, não apenas como um instrumento capaz de mensurar as competências e habilidades dos alunos e alunas, mas como uma ferramenta efetiva e sistemática de trabalho, através da qual gestores, pedagogos e professores identificam condições problemáticas para propor novas possibilidades pedagógicas na escola. Os resultados dessas avaliações externas indicam possíveis lacunas no processo, que resultam no não domínio de certas competências e habilidades que devem ser desenvolvidas no âmbito escolar.

A partir da análise dos resultados da avaliação externa no cenário da escola, é possível identificar uma série de questões importantes para reflexão de seus educadores, como: quais competências e habilidades foram desenvolvidas na aprendizagem dos alunos? Quais fatores podem estar relacionados ao (não) desenvolvimento das habilidades avaliadas? Quais atividades precisam ser replanejadas pela equipe pedagógica da escola e pelos professores de cada turma avaliada? Que ações foram exitosas e devem ser mantidas, assim como as atividades que precisam ser revistas por não terem alcançado o objetivo desejado? Entre outras indagações que se fazem necessárias.

O meu interesse em pesquisar e elaborar um PAE focado na política pública da avaliação externa da educação decorre do fato de minha atuação, na gestão de uma escola estadual na cidade de Manaus que superou as metas definidas pelo Sadeam no período de 2007 a 2013. Hoje, compondo a equipe da Gerência de Avaliação e Desempenho (GAD) da Seduc-Am, que é a equipe gestora responsável pela formulação, implementação, realização e monitoramento do Sadeam, encontro-me empenhado em desenvolver atividades voltadas não apenas à implantação de procedimentos relacionados às avaliações externas e divulgação dos seus resultados, mas também compreender como as gerências e departamentos da SEDUC-AM, assim como os profissionais das escolas, se apropriam dos resultados destas avaliações e de que forma são definidas ações que possam impactar na melhoria da aprendizagem e desempenho dos alunos, tanto no macro quanto micro sistema escolar da rede estadual de educação amazonense.

Perceber como os gestores, pedagogos e professores estão se apropriando dos resultados do Sadeam tem justificada importância ao levar-se em consideração o papel predominante das avaliações externas da educação, a partir de testes em larga escala, na atual conjuntura educacional brasileira, com a finalidade de avaliar a qualidade da educação, prestar contas à sociedade, responsabilizar os atores sociais partícipes do processo educacional ou ainda oportunizar o monitoramento e acompanhamento dos alunos, escolas e rede estadual de educação, como se propõe o Sadeam.

Nessa direção, é importante destacar que o presente estudo está contextualizado nas discussões sobre a “terceira geração” da avaliação educacional de larga escala no contexto brasileiro, tendo em vista que, segundo Bonamino e Souza (2012), a primeira geração tem como característica a avaliação diagnóstica da qualidade da educação, sem a definição de consequências diretas para as escolas e para o currículo escolar e onde o caráter amostral da avaliação não permitia seu uso em políticas de responsabilização da escola, citam o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) como expoente dessa primeira geração. A segunda geração de políticas de avaliação é definida, em 2005, pela divulgação dos desempenhos das escolas, mas ainda sem a determinação de pesadas consequências para elas, como exemplo desta segunda geração de responsabilização suave (*low-stakes*) podemos citar as metas do Ideb para sistemas educacionais e escolas estabelecidas a partir dos resultados da Prova Brasil. Já a

terceira geração é marcada pelo uso de sistemas de avaliação para a implementação de políticas de responsabilização de altas consequências (*high-stakes*), caracterizada pela definição de recompensas e/ou sanções atribuídas às escolas com base nos seus resultados. As três gerações das avaliações, aqui citadas, serão melhor exploradas na seção 2.1, mais a frente.

Outra justificativa, também relevante, é que, decorridos cinco anos de sua aplicação, apenas recentemente, o Sadeam começa a ter seus resultados analisados cientificamente com foco em uma avaliação formal dos seus resultados e impactos no dia a dia das escolas.

O Sadeam se tornou um importante processo de avaliação de desempenho educacional da rede estadual ao testar os alunos do 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos (EJA - Anos Iniciais e Anos Finais), assim como, a 1ª e 3ª séries do Ensino Médio e EJA Ensino Médio.

Para a realização desta pesquisa, foram definidas como recorte duas escolas estaduais, localizadas na cidade de Manaus, que participaram das avaliações externas nas turmas de 7º ano dos anos Finais do Ensino Fundamental nos anos de 2011, 2012 e 2013¹ e estas mesmas escolas apresentaram resultados bastante divergentes, quando observadas as Médias de Proficiência e a distribuição dos alunos nos Padrões de Desempenho Estudantil, tópicos que serão detalhados mais a frente, após terem participado das mesmas ações direcionadas à interpretação e apropriação de resultados da avaliação externa, promovidas pela Seduc-AM; além disso, estas escolas apresentaram similaridade de condições físicas, administrativas e pedagógicas.

A realização da pesquisa permitiu questionamentos que perpassaram a questão de partida, entre eles: i) os resultados do Sadeam, apresentados às escolas através dos recursos disponíveis como arquivo digital (e-mail), mídia digital (Compact Disc), revistas e boletins são utilizados no (re)planejamento do trabalho pedagógico nas escolas estaduais?; ii) as escolas estaduais se apropriam das contextualizações e discussões registradas nas Revistas Pedagógicas?; iii) quais intervenções são realizadas a partir da observação dos resultados apresentados?; iv) existe uma disposição dos professores e uma organização da escola para considerar os dados das avaliações nas rotinas pedagógicas?

¹ Analisaram-se os resultados de 2011, 2012 e 2013, devido não ter acontecido avaliação do 7º ano em 2014.

A preocupação de perceber como estes e outros atores convivem com os resultados da avaliação externa produzidos pelo Sadeam está no fato, em especial, de que eles deveriam ser os maiores interessados e diretamente envolvidos no trato dos indicadores e dos produtos que sintetizam, estruturam e discutem os resultados das avaliações, principalmente a Coleção de Revistas disponibilizadas pela Seduc-Am, através do Caed.

O texto está organizado em três capítulos, sendo o primeiro correspondente à descrição do caso de gestão a ser analisado. Para tanto, trazem-se informações acerca das avaliações em larga escala e do seu histórico no Brasil. Apresenta-se também uma descrição da estrutura administrativa do sistema estadual de ensino e a implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho do Amazonas (Sadeam) nas escolas da rede estadual deste estado. São apresentados, também, os dados gerais do Sadeam, com uma análise comparativa dos resultados da avaliação nos anos de 2011, 2012 e 2013, referente à rede estadual. Demonstra-se, ainda, a partir da contextualização do uso dos resultados da avaliação externa em duas escolas pesquisadas, a importância da apropriação dos resultados dessas avaliações, de forma a utilizá-los para a construção de um plano pedagógico que tenha por objetivo a melhoria da qualidade da educação dessas escolas, procurando-se verificar a relevância de um trabalho que resulte na apropriação, por parte dos atores do processo ensino e aprendizagem - gestores, pedagogos e professores - dos resultados das avaliações e sua utilização como ferramenta pedagógica para a melhoria da qualidade do ensino.

No capítulo 2, será apresentada a fundamentação teórica que ampara a pesquisa, as estratégias metodológicas utilizadas, a tabulação e análise dos dados coletados a partir das entrevistas com roteiro semiestruturado com gestores e pedagogos e, da realização da técnica do grupo focal com os professores das escolas pesquisadas.

No capítulo 3, apresenta-se um Plano de Ação Educacional, estruturado em etapas, voltado para utilização efetiva dos resultados das avaliações, proposta final deste trabalho, com a descrição dos elementos que o constituem, desde o órgão do macro sistema de ensino até o gestor escolar, definindo-se ainda ações ao nível do pedagogo e dos professores da escola, como partícipes de um trabalho coletivo no cenário escolar.

Espera-se com a construção desse PAE, que as escolas que possuem à sua disposição uma infindável quantidade de informações e instrumentos de gestão, muitas vezes são subutilizados, compreendam a importância da potencialidade que a apropriação dos resultados pode trazer para a prática pedagógica e que os administradores do programa tenham um diagnóstico que lhes permitam saber, quanto o programa está ou não atingindo os objetivos para os quais foi programado.

1 AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E O DESAFIO DA APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS

Como dito anteriormente, esta pesquisa tem o objetivo de analisar como os atores do processo de ensino e aprendizagem – gestores, pedagogos e professores – têm utilizado e se apropriado dos resultados do Sadeam, de modo a propor ações que oportunizem a sistemática e efetiva utilização destes resultados em busca da melhoria da aprendizagem docente em nossas escolas estaduais.

Para isso, este capítulo trata da avaliação em larga escala e do detalhamento das possibilidades de uso dos resultados dessa avaliação, seus antecedentes históricos e legais no Brasil e no Amazonas, a implementação do Sadeam, sua estruturação de funcionamento ao longo dos sete anos de sua implantação e os mecanismos utilizados pela Secretaria de Educação para divulgação, interpretação e apropriação dos resultados do Sadeam pelas escolas estaduais. Ainda pretende explicitar o organograma da Secretaria de Educação e a legislação atinente ao caso estudado, assim como detalhar o universo do caso de gestão analisado e o panorama das escolas estudadas.

1.1 Avaliações Externas no Brasil – um breve histórico

Há quase três décadas, a avaliação externa tornou-se um tema em destaque no cenário da educação brasileira, mostrando-se um importante instrumento para a melhoria da qualidade da educação. Esse destaque obtido pelas avaliações externas pode ser explicado pelo contexto das reformas educacionais ocorridas na década de 1990, influenciada, dentre outros fatores, pela política de responsabilização vivida pelos Estados Unidos, decorrente das mudanças educacionais múltiplas e simultâneas que ocorriam em diversas partes do mundo. Dessa maneira, tem-se verificado o aumento e a consolidação de sistemas de avaliação externa da educação no Brasil, promovidos tanto pelo governo federal como por iniciativa de secretarias estaduais e municipais de educação.

Nesse sentido, Souza e Oliveira (2010), afirmam que:

A partir da década de 1990, a avaliação de sistemas escolares passou a ocupar posição central nas políticas públicas de educação, sendo recomendada e promovida por agências internacionais, pelo Ministério da

Educação e por Secretarias de Educação de numerosos estados brasileiros, como elemento privilegiado para a realização das expectativas de promoção da melhoria da qualidade do ensino básico e superior. (SOUZA e OLIVEIRA, 2010, p. 794).

A Constituição Federal de 1988 trazia no seu bojo novas significações para a educação. Em seu texto, chama a atenção o reconhecimento da importância da educação escolar para toda a população em todos os períodos da vida ao mencionar, no artigo 205, que:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Em 1996, foi sancionada a Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que buscou reestruturar o sistema educacional brasileiro, considerando que, com o fim do período do regime militar no Brasil, buscava-se a garantia da redemocratização do país através da educação. Com esta lei, almejava-se um país que privilegiasse a educação escolar, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola, ao longo dos anos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é a lei maior da educação no Brasil, com base na Constituição Federal e subordinada a ela, trazendo os princípios norteadores da nossa educação. Por ser uma lei de caráter amplo, obrigatoriamente necessita de regulamentação, ou seja, de uma legislação específica para vários de seus dispositivos. Nesse sentido, Dermeval Saviani (1997), afirma que fixar as diretrizes da educação nacional:

não é outra coisa senão estabelecer os parâmetros, os princípios, os rumos que se deve imprimir à educação no país. E ao se fazer isso estará sendo explicitada a concepção de homem, sociedade e educação através do enunciado, dos primeiros títulos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional relativos aos fins da educação, ao direito, ao dever, à liberdade de educar e ao sistema de educação bem como à sua normatização e gestão". (SAVIANI, 1998, p.189).

Dentre as inovações da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, ganha destaque a educação básica regulamentada como direito do cidadão e dever do Estado, a qual é composta pela Educação Infantil, juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Se antes a educação era considerada apenas como um direito social, as reformas da década de 1990 deixaram claro que os governos enxergavam a qualidade como um ingrediente necessário à modernização e ao desenvolvimento e os sistemas de avaliação como os guardiões dos esforços de melhoria. Em meio a este contexto, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, no início dos anos 1990, tendo como alicerce dois objetivos: “avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino e fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas”. (VIEIRA, 2008, p. 115).

Sobre o Saeb, Mesquita (2012) afirma que:

Tais avaliações de caráter amostral passaram a produzir informações a respeito da realidade educacional brasileira e, especificamente, por regiões, redes de ensino pública e privada nos estados e Distrito Federal, por meio de exame bienal de proficiência, em Matemática e em Língua Portuguesa [...]. Além de ser um instrumento de coleta de dados, tem como objetivo fornecer subsídios à elaboração de políticas públicas que contribuam com a melhoria da qualidade da educação brasileira. (MESQUITA, 2012, p. 592).

O Saeb foi considerado a base para a implantação dos sistemas estaduais de avaliação, tendo em vista sua importância na criação desses sistemas e para o financiamento, pelo Banco Mundial, das reformas educacionais em alguns estados brasileiros, como Paraná, Minas Gerais e Ceará, na década de 1990.

Desse modo, as informações obtidas a partir dos levantamentos do Saeb também permitem acompanhar a evolução da qualidade da educação ao longo dos anos, sendo utilizadas principalmente pelo Ministério da Educação e secretarias estaduais e municipais de educação na definição de ações voltadas para a solução dos problemas identificados, assim como no direcionamento dos seus recursos técnicos e financeiros às áreas prioritárias, visando ao desenvolvimento do Sistema Educacional Brasileiro e à redução das desigualdades nele existentes.

A aceitação ou a compreensão das implicações das avaliações externas, por parte das equipes escolares, não foi imediata, mas aos poucos essas mesmas equipes escolares se convenceram de que o país, na verdade, caminhava um passo à frente na busca de um diagnóstico geral do ensino. Nem sempre os resultados das avaliações externas chegam compreensíveis à escola, com o detalhamento do que os alunos não estão aprendendo, a reflexão sobre as razões disso e sugestões para melhorar o ensino. Por isso,

para que a avaliação não seja nem imposta nem reduzida a falsas aparências, mas transformadora em vontade coletiva de desenvolver a qualidade do sistema, deve haver um acerto entre as autoridades escolares e os atores de base. Ambas as partes têm de concordar em empreender uma análise de suas práticas e em partilhar o conjunto dos saberes existentes: saberes da experiência, dados empíricos, resultados de avaliações diferentes, etc. (PERRENOUD e THURLER, 2002, p.89)

Com a implantação do SAEB, intensificou-se a busca por mecanismos que garantissem o aprofundamento e o conhecimento de instrumentos que oportunizassem um melhor conhecimento das redes de ensino e da educação brasileira, que fornecessem informações mais abrangentes e detalhadas sobre os alunos e com uma frequência maior que o SAEB, pelos estados e municípios.

Nesse sentido, Souza e Oliveira (2010), apontam um perceptível destaque nas ações de avaliação da educação básica dos governos estaduais, demonstrando uma implementação de diretrizes de políticas educacionais na pesquisa em torno de cinco sistemas estaduais de avaliação, no período de 2005 a 2007. Para os autores:

Ao que parece, o que se busca são alternativas de avaliação capazes de contribuir para a formulação de políticas e gestão do sistema. Há que reconhecer que está havendo acúmulo de grande quantidade de informações como resultado dos processos em curso, que chegam a constituir sistemas de informação sem precedentes em nossa educação. (SOUZA e OLIVEIRA, 2010, p. 810).

Afirmam ainda que:

Esses sistemas se encontram, ainda, marcadamente focados no desempenho dos estudantes. Informações sobre variáveis de contexto escolar são coletadas, mas parecem pouco exploradas em seu potencial explicativo acerca de eventuais diferenças de rendimento escolar identificadas no interior do sistema. (SOUZA e OLIVEIRA, 2010, p. 810).

Segundo Becker (2012), esse movimento de criação dos sistemas próprios de avaliação externa teve seu início em 1992, com o surgimento do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) e o Sistema permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). No decorrer da década de 1990, mais alguns estados da federação criaram seus sistemas de avaliação, como por exemplo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná.

No final da década de 1990 e o início dos anos 2000, a criação dos sistemas estaduais de avaliação começa a se expandir chegando aos estados como Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas e Acre. Na década de 2010

foram criados os sistemas estaduais de avaliação dos estados de Rondônia, Tocantins, Maranhão, Piauí e Goiás.

Estas unidades da federação não ficaram na dependência dos resultados oriundos do governo federal e foram em busca de mais informações de cada uma de suas escolas, criando instrumentos próprios para investigar o nível de aprendizagem dos alunos de seu sistema de ensino.

O detalhamento destas informações e a definição destes instrumentos estão ligados a decisões de gestão educacional que envolvem alunos, professores e gestores sendo capazes de mudar os destinos da escola, ao serem interpretados como medida única no processo avaliativo. Isso porque os resultados desses testes, na maioria das vezes, fornecem subsídios para a tomada de decisões destinadas a melhorias no sistema de ensino e nas escolas. Eles também permitem acompanhar o desenvolvimento das redes e sistemas de ensino, ao longo das diferentes edições, mediante a comparação dos resultados. Com os resultados das avaliações em larga escala, é possível construir indicadores educacionais para cada rede escolar, bem como a distribuição do percentual de alunos em cada nível da escala de proficiência com vistas à identificação dos pontos de melhoria no processo ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, em 2007, foi promulgado o Decreto nº 6.094, que implementou o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, peça central no estabelecimento de uma espécie de esforço nacional a favor da qualidade da Educação e que oportunizou aos estados e municípios se juntarem em torno de um conjunto de metas. As três primeiras metas davam a avaliação educacional como o instrumento adequado, e especificavam os resultados dos alunos como o parâmetro e o objetivo dos esforços de melhoria. O art. 2º do decreto supracitado traz as seguintes diretrizes relacionadas aos resultados:

Art. 2º. A participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, das seguintes diretrizes:

I - estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir;

II - alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;

III - acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente; (BRASIL, 2007).

Ainda em 2007, o INEP criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que representou uma iniciativa pioneira ao reunir, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações, associando à perspectiva pedagógica dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sucintos, facilmente compreensíveis pelos gestores dos sistemas educacionais, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

De acordo com Brooke (2012):

Para melhorar os resultados da educação, é preciso, primeiro, estipular o que cada aluno deve aprender em cada etapa ou ano em termos de conteúdo e nível de proficiência mínima e, ao fazê-lo, aumentar o nível de expectativas e exigências. Segundo, para poder cobrar este nível de aprendizagem, precisa-se criar os instrumentos de avaliação padronizados necessários para mensurar o desempenho dos alunos de forma rigorosa em todas as áreas do currículo para as quais existem padrões. (BROOKE, 2012, p.145).

Dessa maneira, visando atender ao Decreto nº 6.094/2007, foi implantado o Sadeam - Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas - criado pela Secretaria Estadual de Educação. Ele foi desenhado e implementado para atuar nas escolas estaduais da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas, nos 62 municípios do estado, o que representa a sua totalidade.

1.2 Avaliação Externa no Amazonas e a implementação do SADEAM

A seção anterior destacou que ao produzir informações diagnósticas e precisas sobre o desempenho escolar de nossos alunos, as avaliações externas possibilitam, por parte dos atores educacionais, a execução de ações e estratégias voltadas à redução das desigualdades e ampliação das oportunidades educacionais. Dito de outra forma, a garantia do direito a uma educação de qualidade passa, entre outros pilares, pela avaliação dos sistemas de ensino.

Dada a necessidade de obter informações específicas sobre a rede de ensino, muitos estados e municípios brasileiros criaram seus próprios sistemas de avaliação, aplicando testes de forma censitária. Seguindo essa tendência, o Amazonas optou por executar um sistema de avaliação próprio, o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam), em 2008, que vem assumir o papel de prover um diagnóstico da qualidade do ensino em nosso estado.

O Sadeam foi concebido com o objetivo de não ser apenas um programa de avaliação externa da educação, mas ser uma ferramenta para sistematizar o monitoramento do desempenho de cada aluno da série/ano escolar avaliado nas escolas estaduais, de forma a oportunizar a intervenção educacional a partir de avaliações diagnósticas dos alunos da rede de ensino amazonense (SADEAM, 2013).

Implementou-se o Sadeam visando à um diagnóstico anual da rede estadual de ensino, uma vez que os resultados do IDEB são fornecidos bienalmente. O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), da Universidade de Brasília (Unb), foi a instituição responsável pela implementação do Sadeam, coordenando os trabalhos no estado por um longo período, no entanto, atualmente, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (Seduc-Am) é responsável pela coordenação e gerenciamento do Sadeam e, com o apoio operacional do Caed – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, realiza todos os seus processos: elaboração das matrizes de referência e descritores; criação de itens; aplicação de pré-testes e testes; análise quantitativa e qualitativa dos dados; elaboração dos boletins pedagógicos e divulgação dos resultados.

Trata-se de um sistema de avaliação censitário, pois as avaliações não ocorrem em uma amostra da população escolar, mas em toda a população-alvo da etapa avaliada. Devido a esta característica, é possível, através dos resultados do Sadeam, que cada escola interprete seus próprios dados, pois a informação é produzida para o conjunto de alunos de cada unidade escolar, o que favorece a criação de diagnósticos. Além disso, com esse resultado censitário, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas pode analisar a realidade educacional de todo o estado, comparar as diferenças de resultados e estudar a especificidade de cada situação.

O Sadeam é composto ainda da sistematização e devolução, com interpretação pedagógica, dos resultados das avaliações para todos os alunos das séries avaliadas, através de uma Coleção de Revistas compostas por Revista do Sistema, Revista do Gestor e Revista Pedagógica da série/ano avaliada e mídia digital para cada escola estadual participante da avaliação, nas quais são dispostos os resultados de proficiência média, o percentual de participação, apresentando o número de alunos previstos e o número de alunos que efetivamente realizaram a avaliação, assim como a distribuição deles pelos Padrões de Desempenho.

Todos os resultados são fornecidos para cada disciplina e etapa de escolaridade avaliadas, comparando cada escola com os resultados da sua Coordenadoria Distrital/Regional e com os resultados do Amazonas. De acordo com a Revista do Sadeam (2013):

“Estes resultados têm como objetivo oferecer à escola um panorama do desempenho dos alunos avaliados, permitindo uma interpretação apropriada do desempenho na escola”. (SADEAM, 2013, p. 30).

Assim como outras avaliações em larga escala, o Sadeam também utiliza a aplicação de questionários contextuais que permitem observar dados dos alunos, gestores, pedagogos e professores, favorecendo à gestão escolar e ao próprio sistema de ensino estadual perceber e compreender a realidade intra e extra escolar, extrapolando a análise do desempenho dos alunos ao levar em consideração detalhes da organização pedagógica e administrativa de cada escola, como o nível de complexidade do acompanhamento pedagógico escolar e o nível sócioeconômico dos alunos, dentre outros fatores que influenciam o processo educacional (SADEAM, 2013).

Sob a responsabilidade da Gerência de Avaliação e Desempenho, sua aplicação acontece durante duas semanas no mês de novembro, em todas as escolas estaduais, nas etapas de ensino previamente definidas pela Seduc-Am. As aplicações das avaliações acontecem em cronograma previamente definido e informado aos gestores escolares que são orientados a garantir a presença de um professor da turma avaliada durante todo o período da aplicação, acompanhando o aplicador, que, por sua vez, não deve ter vínculo com a escola avaliada.

No mês de fevereiro do ano seguinte, a Seduc-Am divulga, inicialmente, estes resultados entre as Diretorias de Departamentos de sua estrutura organizacional,

entre as Coordenadorias Distritais e Regionais de Ensino e aos gestores escolares de cada estabelecimento de ensino avaliado. Estas primeiras informações devolutivas das avaliações consistem em duas planilhas descritivas por escola, onde a primeira planilha traz os Resultados de Proficiência e Participação, informando a proficiência média de cada disciplina avaliada, o Padrão de Desempenho correspondente a esta proficiência, os percentuais de alunos em cada Padrão de Desempenho (Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado) e o percentual de participação dos alunos que realizaram a avaliação externa, por escola. A segunda planilha traz os Resultados de Desempenho, informando os percentuais de acertos por descritor pelos alunos de cada turma avaliada, por escola, por coordenadoria e do próprio sistema estadual de ensino.

Com a divulgação dos resultados do Sadeam, tanto os Departamentos Pedagógicos da Seduc-Am quanto as Coordenadorias Distritais e Regionais intensificam o trabalho de divulgação e apropriação dos resultados junto aos gestores escolares e estes, por sua vez, replicam estas informações no âmbito da escola. As próprias equipes pedagógicas de cada escola se organizam para analisar, discutir e refletir sobre os resultados apresentados junto aos seus professores e colaboradores, no sentido de continuar o trabalho pedagógico, se os resultados forem positivos, ou de reavaliar suas práticas pedagógicas e elaborar um Plano de Ação Pedagógico de forma a (re)trabalhar os descritores que tiveram menos acertos em cada escola.

As equipes pedagógicas das Coordenadorias Distritais/Regionais, por sua vez, devem fazer o acompanhamento da execução destes Planos de Ação em cada escola, oportunizando, assim, que a comunidade escolar consiga recuperar a aprendizagem dos descritores com menos acertos e garantir a efetiva e sistemática elevação da qualidade de ensino em cada escola.

A Gerência de Avaliação e Desempenho – GAD, responsável pela implementação das ações relacionadas à avaliação externa e, consequentemente, pelo Sadeam no Amazonas, coordena as seguintes ações: i) disponibiliza, no site da instituição aplicadora, os resultados do Sadeam por escola e por aluno. Ao acessar essas informações, os profissionais da escola tomam ciência do desempenho individual dos educandos por disciplina, o percentual por turma, por escola, por coordenadoria e do estado. Dessa forma é possível identificar os pontos do conteúdo avaliado onde os educandos precisam apresentar melhoria, além do

acesso aos Padrões de Desempenho de cada turma avaliada e da escola. A disponibilização destas informações são importantes na medida em que permitem diagnosticar o desempenho dos estudantes e possibilitar o planejamento de intervenções pedagógicas em prol da melhoria da educação.

ii) Formação Continuada em Apropriação de Resultados, para capacitar professores, gestores, pedagogos e técnicos das Coordenadorias Distritais na interpretação e compreensão dos resultados do Sadeam. Nesta Oficina, que tem a duração de 16h, os técnicos do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), apresentam conceitos gerais da avaliação externa em larga escala, abordando os índices e os indicadores de desempenho, e ainda os fatores contextuais e uma análise pedagógica dos resultados do estado em cada nível de ensino.

iii) Oficina de Apropriação de Resultados, promovida pelos técnicos do CAEd/UFJF, com carga horária de 16h, envolvendo professores e gestores escolares no estudo de conceitos de avaliação educacional em larga escala, análise dos itens dos testes de proficiência em Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza e suas respectivas matrizes de referência, além de discutir os resultados do projeto, com o objetivo de multiplicar esse conteúdo entre os professores da rede.

Essa implementação de sistemas regionais de avaliação apresenta vantagens promissoras: i) possibilitam uma observação mais detalhada sobre as particularidades regionais, o que não é possível em avaliações nacionais como o Saeb e Prova Brasil, por exemplo, que acontecem bienalmente; ii) oportunizam a coleta de informações de interesse do gestor do sistema de ensino, o que também não é levado em consideração em uma avaliação nacional; iii) apenas sistemas descentralizados conseguem observar cada uma de suas escolas, e perceber o que elas precisam para garantir a melhoria do desempenho de seus alunos, considerando os aspectos de cada uma; iv) a tendência dos sistemas de ensino regionais em realizar avaliações censitárias, ou seja, que incluem todos os alunos e escolas do sistema; v) diferentemente de algumas avaliações nacionais que são aplicadas a cada dois anos, as avaliações regionais tendem a se realizar anualmente (CASTRO, 2009).

Desde o ano de sua criação, em 2008, o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas tem buscado oportunizar mudanças na educação oferecida pelo estado, vislumbrando a oferta de um ensino de qualidade.

A seguir, a linha do tempo expõe a trajetória do Sadeam, de acordo com os anos, o número de alunos e as etapas de escolaridade avaliadas.

Quadro 1 - Trajetória do Sadeam – 2008 a 2013

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Tipo de Avaliação	Avaliação Estadual	Avaliação Estadual	Avaliação Estadual	Avaliação Estadual	Avaliação Estadual e Municipal	Avaliação Estadual
No. de Alunos Avaliados	81.469 alunos avaliados	57.192 alunos avaliados	151.673 alunos avaliados	91.623 alunos avaliados	201.258 alunos avaliados	115.092 alunos avaliados
Séries/Anos Escolares Avaliadas	5º e 9º anos do Ensino Fundamental 3ª série do Ensino Médio (Regular e EJA)	3ª série do Ensino Médio (Regular e EJA).	5º e 9º anos do Ensino Fundamental (Regular e EJA) 3ª série do Ensino Médio (Regular e EJA)	3º e 7º anos do Ensino Fundamental, Anos Iniciais EJA, Anos Finais EJA 1ª e 3ª séries do Ensino Médio e Ensino Médio EJA	3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, Anos Iniciais EJA e Anos Finais EJA 1ª e 3ª séries do Ensino Médio e Ensino Médio EJA	7º ano do Ensino Fundamental, Anos Iniciais EJA e Anos Finais EJA 1ª e 3ª séries do Ensino Médio e Ensino Médio EJA

Fonte: CAED-UFJF/SEDUC/DPGF/GAD (2014).

O sistema avalia, no 3º ano, no 5º ano, no 7º ano e 9º ano do Ensino Fundamental, Língua Portuguesa (Leitura e Escrita) e Matemática. Os anos iniciais e finais da Educação de Jovens e Adultos (5º e 9º anos do Ensino Fundamental) também são avaliados em Língua Portuguesa (Leitura) e Matemática. Na 1ª. e 3ª. séries do Ensino Médio, para as modalidades do ensino regular e EJA, são avaliadas as competências relativas a Língua Portuguesa (Leitura e Escrita), Matemática, Ciência Humanas e Ciências da Natureza.

A partir do estabelecimento de um currículo mínimo proposto para cada área do conhecimento e etapa escolar, são estabelecidos Padrões de Desempenho Estudantil, que indicam não só o ponto em que se encontra o desenvolvimento acadêmico dos alunos avaliados, mas também o horizonte de metas acerca do que se espera em termos de qualidade educacional. Os padrões são cortes importantes

das escalas de proficiência e representam uma caracterização do desempenho dos alunos com base no perfil das habilidades que eles demonstram nos testes. Além disso, é um referencial para a interpretação dos resultados do Sadeam com base em quatro categorias: Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado, que serão detalhados na seção 1.2.3.3 Proficiências e Padrões de Desempenho do Sadeam – 2011, 2012 e 2013.

Estar nos padrões mais baixos de desempenho significa maiores probabilidades de repetência, evasão, abandono e consequente fracasso escolar, logo, são necessárias ações de intervenção pedagógica. Ao contrário, os padrões mais altos de desempenho indicam maiores possibilidades de cumprir, com sucesso, a trajetória escolar e determinam, para todo o sistema, a grande meta da qualidade a ser perseguida.

A criação do sistema de avaliação próprio do Amazonas, o Sadeam, segundo a Gerente da Gerência de Avaliação e Desempenho da Seduc-Am², não tem um documento legal que o fundamente, foi instituído e colocado em prática sob forte influência do IDEB, que se tornou um divisor de águas na forma de se fazer política educacional e uma mudança radical nos critérios a serem empregados na avaliação do trabalho da escola e dos responsáveis pelos sistemas de educação.

A avaliação externa do estado do Amazonas tem como foco de análise o desempenho da rede estadual de ensino, sendo avaliadas no Ensino Fundamental as habilidades relativas às áreas de conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática e tendo como referência a matriz do Saeb. Para o Ensino Médio, foram avaliados conhecimentos gerais e interdisciplinares com base na matriz de competências do ENEM, utilizada até 2008.

As metodologias utilizadas para avaliar os resultados de desempenho da educação, no Sadeam, são idênticas às usadas no Saeb e Prova Brasil. Os dados são analisados com base nas duas principais teorias psicométricas: Teoria Clássica dos Testes (TCT) e Teoria de Resposta ao Item (TRI).

A psicometria é uma das áreas da psicologia que surgiu por meio dos estatísticos, com objetivo de explicar os comportamentos e aptidões através de testes cuja mensuração ocorre através das respostas que os indivíduos fornecem aos itens. Sendo assim, são destacadas duas teorias para tal fim. A Teoria Clássica dos

² Informação obtida com Jane Bete Nunes Rodrigues, Gerente da Gerência de Avaliação e Desempenho, Seduc-AM, através de entrevista descritiva, realizada em 30 de abril de 2015.

Testes (TCT) tem o objetivo de interpretar a resposta final, ou seja, o que a soma dos itens diz sobre o sujeito. Já a Teoria de Resposta ao Item (TRI) tem o propósito de medir a habilidade do indivíduo de acordo com as respostas dadas a cada item. Enfim, a TCT analisa o resultado final e a TRI analisa partes e probabilidades que produzem o resultado final. (QUADROS, 2003).

Uma grande vantagem desse modo de análise, a TRI, é o acompanhamento das mudanças de um determinado sistema de ensino ao longo do tempo. Desse modo, a psicometria moderna possibilita que grupos de alunos que fizeram provas diferentes, em momentos distintos, sejam comparados. Segundo o Relatório Geral de Desempenho do Sadeam/UnB:

Para cada item foi analisado o percentual de escolha e a correlação bisserial por alternativas. Por meio dessa análise, foi possível identificar problemas de gabarito e itens que não discriminavam adequadamente indivíduos que tinham diferentes níveis de habilidade. Esses resultados serviram para identificar itens problemáticos e decidir quais itens seriam abandonados nas análises posteriores. As análises clássicas, no entanto, possuem limitações que impedem o estabelecimento de comparações entre as séries avaliadas e entre grupos que responderam provas em anos diferentes (SADEAM, 2010, p.5).

O papel principal das avaliações externas é fornecer dados para detectar o que está funcionando bem no sistema e nas escolas, que áreas demandam mais investimentos e quais programas estão apresentando resultados satisfatórios. Nesse sentido, o Sadeam implementou o Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas – IDEAM, que será abordado mais à frente, visando possibilitar o desenvolvimento educacional do estado, em consonância com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Os primeiros resultados foram divulgados em 2009, com índice do ano de 2008, e posteriormente os anos subsequentes, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Resultados IDEB/IDEAM 2005 – 2012 - Rede Estadual do Amazonas

NÍVEL DE ENSINO	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEAM 2008	IDEB 2009	IDEAM 2010	IDEB 2011	IDEAM 2012
ANOS INICIAIS	3,3	3,9	3,5	4,5	4,3	4,8	4,7
ANOS FINAIS	2,7	3,3	2,9	3,6	3,5	3,9	3,7
ENSINO MÉDIO_SAEB	2,3	2,8	-	3,2	-	3,4	-

ENSINO MÉDIO_SADEAM	-	-	2,2	3,6	3,6	4,0	3,9
----------------------------	---	---	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponibilizados por CESPE-UnB/Seduc-Am/DPGF/GAD.

Nesse sentido, o Sistema de Avaliação e Desempenho Educacional do Amazonas gera o IDEAM – Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas – com base no desempenho e nos índices de aprovação e evasão escolares, bem como metas por escola.

O IDEAM foi concebido e construído com base no IDEB, e agrupa em um só índice dois importantes fatores para a qualidade do sistema educacional: fluxo escolar e desempenho. O cálculo deste índice é realizado com os dados relativos à aprovação escolar, obtidos a partir das informações do Censo Escolar, e com as médias de desempenho nas avaliações do Sadeam. O IDEAM foi criado com o objetivo de possibilitar uma visão integrada do desenvolvimento educacional do estado, orientando e subsidiando, de modo mais eficiente, o sistema de gestão de ensino estadual.

Discutindo as ações implementadas no Sadeam, é fundamental frisar a alocação de recursos – política de bonificação - de acordo com os resultados obtidos, nos quais são pagos prêmios diretamente às escolas e aos atores envolvidos no processo ensino e aprendizagem em reconhecimento aos resultados alcançados nas avaliações estaduais, como o Prêmio Escola de Valor, com o objetivo de “estimular a obtenção de melhores índices educacionais”. Esse aspecto, embora não seja o foco deste trabalho, merece ser explorado, uma vez que tende a influenciar subjetivamente os usos dos resultados nas escolas.

1.2.1 O Sadeam e o Ideam: considerações sobre a política de bonificação

Com o objetivo de contribuir para melhorar a qualidade da educação brasileira e para a universalização do acesso à escola, surge nos 1990, as avaliações externas, com foco no diagnóstico dessa deficiência de qualidade e, alguns anos depois, como referência para a implementação de políticas de responsabilização educacional que, algumas vezes, responsabilizam as escolas e seus funcionários pelos resultados dos alunos nestas avaliações.

Diante dessas políticas de responsabilização forte, onde os resultados podem levar a consequências administrativas positivas ou negativas no impacto das avaliações, alguns estados e municípios brasileiros têm feito uso de programas de bonificação aos profissionais das escolas que atingem metas de desempenho previamente determinadas pelos sistemas de ensino.

Frente à polêmica acerca da utilização dos resultados das avaliações externas como instrumentos de gestão educacional e regulação do trabalho escolar por meio dos incentivos monetários por desempenho, veremos mais a frente discursos de especialistas que oscilam entre dois extremos: em uma vertente, estão os que criticam essas ideias e procuram investigar suas consequências sobre a organização da educação e do ensino; em outra vertente, os que defendem sua implementação como meio de responsabilização dos educadores e de uma suposta melhoria da qualidade educacional.

No contexto acadêmico, percebemos algumas divergências, se por um lado encontramos argumentações que demonstram um movimento de rejeição às avaliações meritocráticas, sob a justificativa de que tais políticas reduzem a autonomia das escolas, por outro, há discursos em defesa do aperfeiçoamento das políticas e da criação de uma cultura avaliativa (BROOKE, 2006; SOUZA, 2007).

Muitas críticas são feitas com relação à padronização das avaliações e os usos inadequados dos resultados pelos gestores educacionais e, até mesmo das dificuldades da apropriação desses resultados no universo escolar.

Autores como Cassassus (2009), Barriga (2007), Coelho (2008), Souza & Oliveira (2007) e Freitas (2007) chamam a atenção para o fato das avaliações não medirem o real trabalho feito na sala de aula; o estabelecimento de “rankings” escolares; a uniformização do currículo e das práticas docentes, principalmente nas disciplinas de língua portuguesa e matemática; o aparente “esquecimento” dos problemas sociais e de violência nas escolas e sua influência nos resultados dessas avaliações; e a responsabilização do professor, que não se sente amparado pelas secretarias e coordenadorias de educação, como agente responsável pelos resultados da avaliação na escola.

Confirmando essa tendência de críticas às avaliações standardizadas e a falta de objetivos claros no uso dos resultados das avaliações, Ravich (apud CERDEIRA e ALMEIDA, 2013, p. 2) nos fala da:

[...] existência de “efeitos perversos” provocados pelas políticas de responsabilização, em especial, as que estabelecem prêmios e punições e que podem provocar o aumento da desigualdade intraescolar, a saber: foco no treinamento para responder as questões da prova em detrimento da aprendizagem; exagero de provas e simulados que causam a perda de aulas; professores e diretores podem deliberadamente investir nos alunos que tem chance de alcançar as metas (notas) estipuladas, “abandonando” os grupos extremos (os melhores e os piores); estímulo aos piores alunos para faltarem à prova; etc.

Com relação aos argumentos favoráveis é possível afirmar que os sistemas de avaliação oportunizam a implementação de políticas públicas e ações pedagógicas que contribuem para o monitoramento da aprendizagem e a elevação da qualidade do ensino (ALAVARSE, BRAVO & MACHADO, 2012; VIANNA, 2003), além de permitirem a verificação e análise das consequências das políticas já implementadas e seus efeitos no desempenho discente, conforme aponta Franco, Alves & Bonamino (2007).

De acordo com Soares (2011) os sistemas educacionais, ao trabalharem com dados de aprendizado e rendimento dos alunos, garantem ao Estado o monitoramento das ações relacionadas à observação se o direito à educação está sendo cumprido, conforme prevê a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394 (LDB). Outro destaque favorável, ainda em conformidade com as leis, garante ao sistema nacional de avaliação, por ser padronizado, viabilizar o monitoramento da qualidade diante do tamanho e da diversidade do país, além de garantir o direito ao aprendizado de conhecimentos mínimos comuns. Vale ressaltar ainda que o IDEB, por exemplo, pressupõe que a qualidade é medida através de informações sobre o que os alunos aprenderam e se passaram de ano (FRANCO, ALVES & BONAMINO, 2007).

Alguns estudos demonstram resultados positivos acerca das políticas de avaliação externa, entre os quais podemos citar as investigações de Alves (2007), apontando que nos locais onde foram criados os próprios sistemas estaduais/municipais de avaliação, houve a melhora do desempenho dos alunos no SAEB. Em relação às políticas de responsabilização, algumas pesquisas (CARNOY, LOEB & SMITH, 2001; CARNOY & LOEB, 2004, *apud* BROOKE, 2006) concluíram que responsabilizar em parte professores e gestores com atribuição de consequências (premiação/punição) pode provocar a melhora da qualidade do ensino.

Na medida em que grande parte dos estudos parte desse argumento de que o desempenho do professor é determinante para os resultados, acredito que devemos nos questionar até que ponto esses discursos que priorizam o professor na centralidade do processo de ensino não esconde a realidade das condições estruturais das políticas educacionais e até onde a falta de recursos e investimentos adequados nos sistemas públicos de ensino poderia impactar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem em nossas escolas.

No contexto de políticas de bonificação, o IDEB e o IDEAM são o incentivo para o alcance de metas da Educação Básica da Seduc-Am que paga bônus salariais aos professores, gestores e funcionários, além de premiar alunos com melhor desempenho. Nos anos pares a nota é comparada com o IDEAM do ano anterior, enquanto nos anos ímpares é comparada com o IDEB anterior.

A política de bonificação como incentivo para o alcance de metas da Educação Básica da Seduc-Am teve o seu marco legal em 05 de outubro de 2007, com a publicação do Decreto nº 27.040, da mesma data, em que o Governador instituiu o Prêmio Escola de Valor conferido anualmente às escolas da rede pública de ensino que atingissem média igual ou superior a 4.0 no IDEB, ou em Avaliação de Desempenho realizada pela Seduc-Am.

No ano seguinte, por meio da Lei nº 3.279, de 22 de julho de 2008, o Governador criou o Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica e institui no âmbito do Poder Executivo Estadual o Programa de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica, agora extensivo ao SADEAM para as devidas premiações, sendo sua primeira edição em novembro de 2008.

De acordo com as orientações oriundas do Prêmio Escola de Valor, os funcionários das escolas que alcançam as metas podem ganhar um 14º, 15º e 16º salário. A Seduc-Am estende a bonificação às escolas que mesmo não alcançando as metas estabelecidas tenham atingido um crescimento absoluto igual ou superior a 0,8 pontos quando comparados os índices de desenvolvimento da educação dos dois últimos anos avaliados, sendo concedido o valor de premiação de R\$ 20.000,00. Através desse sistema de bonificação não há punições previstas para as escolas que não atingem as metas e sim ações que visam à orientação de escolas com desempenhos insatisfatórios, cujo objetivo é elevar o desempenho dos alunos.

É válido ressaltar que, no tocante à responsabilização educacional, os profissionais da educação são considerados corresponsáveis pelo desempenho dos alunos (BROOKE, 2006). Seguindo este padrão, os resultados da avaliação externa das escolas passaram a ser divulgados publicamente, o que acabou gerando o ranqueamento das escolas e dando maior visibilidade ao trabalho dos professores, gestores escolares e dirigentes de redes de ensino. Com a criação do Sadeam, e junto com ele o Prêmio Escola de Valor, tem-se aí contemplada uma política de bonificação, pois atrela o desempenho da escola ao recebimento de bonificação salarial, o 14º, 15º e 16º salário. A responsabilização nesse caso vai além da “prestação de contas”, pois atribui consequências (premiação) com base nos resultados da avaliação.

O Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica a que se refere a Lei é gerido por um Comitê Gestor, composto por representantes da Seduc-AM, Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (SEFAZ-AM), Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas (SEPLAN-AM), Secretaria de Estado de Administração e Gestão do Amazonas (SEAD-AM) e um representante do Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (SINTEAM), sendo a função não remunerada e considerada de interesse público relevante. Ficou definido ainda que este Comitê Gestor será presidido pelo representante da Seduc-AM e terá as seguintes atribuições: i) centralizar e gerenciar os recursos a serem destinados ao Programa de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica; ii) organizar e manter toda a documentação, bem como toda a escrituração contábil do Fundo de forma clara, precisa e individualizada, obedecendo à ordem cronológica de execução orçamentária; iii) elaborar e atualizar o plano de contas do Fundo; iv) conferir e concluir os extratos das contas bancárias e controlar sua movimentação; v) promover a emissão de ordem de crédito e de transferência de créditos; vi) controlar a concessão e prestação de contas; vii) controlar e liquidar as despesas e efetuar compras e contratos; viii) captar recursos.

Os recursos que compõem o Fundo são oriundos do excesso de arrecadação, a se verificar no exercício financeiro, relativo às fontes 100 – Recursos Ordinários, 121, Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal e 146 – Recursos do FUNDEB. A Lei disciplina a quem deverá ser pago como incentivo os prêmios, destacando: alunos (cadernetas de poupança no valor de R\$

500,00), professores, pedagogos, gestores, auxiliares de serviços gerais e administrativos independente do regime jurídico a qual esteja submetidos, décimos quarto e quintos salários, o primeiro para os que atinjam as metas e o segundo para aqueles que a superarem.

Em dezembro de 2008, foi publicado o Decreto Regulatório nº 28.164, do dia 17 do mesmo mês, regulamentando o Prêmio do Cumprimento de Metas da Educação Básica e o Prêmio Escola de Valor, especificando as metas para o índice de desenvolvimento da educação a serem alcançadas no sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas e IDEB para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 5º ano, Anos Finais do Ensino Fundamental, 9º ano e para o 3º ano do Ensino Médio, incluindo no Decreto a modalidade do Ensino Médio mediado por Tecnologia, e também os profissionais das Coordenadorias Distritais de Ensino da capital e Coordenadorias Regionais de Ensino dos demais municípios assim como aos profissionais da sede da SEDUC, estabelecendo metas para o período de 2008 a 2013.

Em 2009, através do Decreto nº 28.843, de 22 de julho do mesmo ano, foi aprovado o Regulamento do Comitê Gestor do Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica, assim como fica definido ainda que caberá a este Comitê a gestão do Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica, que até esta data era responsabilidade dividida por alguns Departamentos da Seduc-AM.

Em 2011, foi publicado o Decreto nº 31.488, de 02 de agosto, que altera, na forma que especifica, o Prêmio de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica, e Prêmio Escola de Valor e modifica a legislação correspondente e dá outras providências, onde define que os prêmios de 14º, 15º e 16º salários sejam pagos a todos os profissionais da educação lotados nas escolas, Coordenadorias e sede da Seduc-Am que tenham atingido as metas regulamentadas neste Decreto; aumenta o valor do prêmio concedido às escolas de R\$ 30.000,00 para R\$ 50.000,00 por modalidade de ensino e ainda estende a bonificação às escolas que mesmo não alcançando as metas estabelecidas tenham atingido um crescimento absoluto igual ou superior a 0,8 pontos quando comparados os índices de desenvolvimento da educação dos dois últimos anos avaliados, sendo concedido o valor de premiação de R\$ 20.000,00, limitando-se o número de escolas premiadas por crescimento em 15 escolas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 20 escolas de Anos Finais do

Ensino Fundamental e 20 escolas de Ensino Médio. Em caso de empate entre estas escolas que cresceram 0.8%, o critério para desempate será o valor do índice de desenvolvimento da educação da escola no ano anterior, sendo prioritária a escola com o maior valor do índice.

O Decreto alude também a figura dos profissionais lotados nas Coordenadorias Distritais de Educação para a percepção dos prêmios e bonificações e sinaliza com o pagamento de décimo sexto salário para os profissionais da escola que atingirem média 8.0 no índice de desenvolvimento da educação apurado.

O Comitê Gestor do Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica, através da Instrução Normativa nº 01/2012, de 08 de outubro de 2012, aprovou as Normas de Procedimentos a serem adotadas pelas escolas contempladas com o Prêmio Escola de Valor e demais providências pertinentes ao uso dos recursos e prestação de contas de acordo com o que estabelece o Parágrafo Único do Artigo 70 da Constituição federal de 1988.

E por último, em 2014, o Comitê Gestor do Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica publicou a Instrução Normativa nº 01/2014, datada de 23 de abril do mesmo ano, aprovando as Normas Operacionais a serem adotadas pelas escolas contempladas com o Prêmio Escola de Valor, assim como define outras providências relacionadas a premiação das escolas, dos profissionais da educação, dos alunos, do planejamento do uso dos recursos pelas escolas premiadas, da forma de utilização do recurso recebido pelas escolas, da prestação de contas da execução dos recursos pelas escolas, entre outras providências.

Atualmente, como prevê o Decreto nº 28.164, de 17 de Dezembro de 2008, que regulamenta o Prêmio de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica, e o Prêmio Escola de Valor e a Lei nº 3.279, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre o Programa de Incentivo de Metas da Educação Básica e cria o Fundo Estadual de Metas da Educação Básica, com fonte de recursos oriundos do excesso de arrecadação, a se verificar no exercício financeiro, relativo às fontes 100 – Recursos Ordinários, 121, Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal e 146 – Recursos do FUNDEB, as bonificações são extensivas:

- a) ao alunado, com distribuição de cadernetas de poupança no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) sendo um aluno por escola que tenha obtido o maior rendimento/nota/coeficiente;
- b) aos professores, pedagogos, gestores, funcionários administrativos e auxiliares de serviços gerais com o pagamento de 14º, 15º e 16º salários, de acordo com as metas estabelecidas para cada ano escolar;
- c) e as escolas, por meio do Prêmio Escola de Valor, que nas duas edições 2008 e 2009, premiou-se com valores de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e nas edições seguintes passaram para a ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por modalidade de ensino, assim uma escola com o IDEAM/IDEB que tenha atingindo a meta proposta para aquele ano, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, no 3º ano do Ensino Médio, e no Ensino Médio Mediado por Tecnologia poderá receber até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para decidir junto à comunidade escolar de que forma utilizará os valores percebidos .

Vale ressaltar que as escolas que não atingiram a meta proposta, mas tiveram crescimento percentual (absoluto), tanto no IDEB, como no IDEAM também são premiadas com R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sempre os valores são repassados no mês de dezembro para as escolas que estão adimplentes com as prestações de contas dos recursos federais rebidos (Mais Educação, PDE, PDDE) e da própria premiação - Escola de Valor.

Importante frisar que após a divulgação do IDEB, resultados do Saeb e Prova Brasil e também das Avaliações feitas pelo Sadeam, as escolas são premiadas, ou seja, a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas não premia somente a cada dois anos, ela o faz com os resultados de todas as avaliações anualmente.

Baseado nos referenciais teóricos sobre os quais foram discutidos os paradigmas que envolvem a política de bonificação, pode-se dizer que há uma distância muito grande para um consenso entre os especialistas e pesquisadores sobre o sucesso dos programas de bonificação monetários para professores na melhoria dos desempenhos e/ou resultados educacionais. E, talvez, a questão fundamental dessa temática não seja o êxito dos mesmos, já que são inúmeros os

fatores relacionados ao desempenho escolar e questionável o seu controle, seja do ponto de vista pedagógico e/ou político, a luz dos autores aqui citados.

1.2.2 A gestão de resultados do Sadeam na Seduc-AM

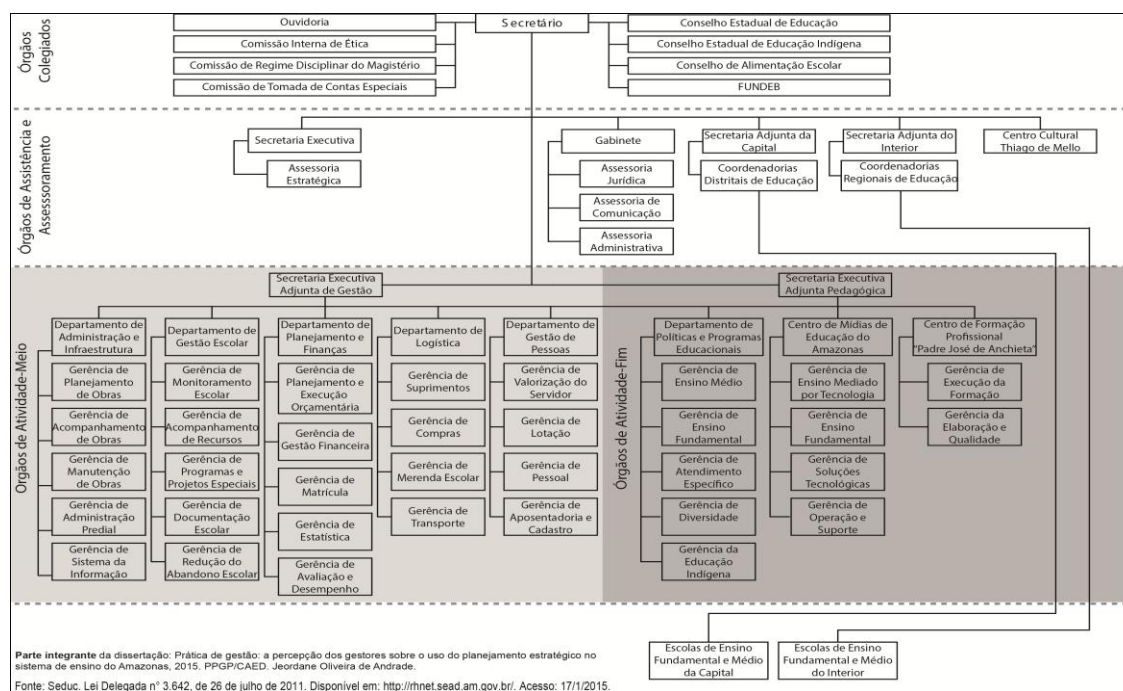
Para tratar sobre a gestão de resultados do Sadeam, faz-se necessário apresentar, brevemente, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (Seduc- Am), para que se esclareça em que âmbito da gestão situa-se o enfoque do presente estudo.

A criação da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (Seduc) ocorreu no ano de 1946, através da Lei 1.596, de 05/01/1946, com denominação de Diretoria Geral do Departamento de Educação e Cultura. Após dois anos, sob a Lei 108, de 23/12/1955, recebe o nome de Secretaria de Educação e Cultura. Nova alteração só ocorreu 46 anos mais tarde, com a Lei 2.032, de 02/05/1991, quando recebe o nome de Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. A denominação atual, de Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (Seduc), veio com a Lei 2.600, de 04/02/2000.

A Seduc-Am é um órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo do Estado do Amazonas, e tem entre suas responsabilidades: i) a formulação, a supervisão, a coordenação, a execução e a avaliação da Política Estadual de Educação; ii) a execução da Educação Básica: ensino fundamental e médio e modalidades de ensino; iii) a assistência, orientação e acompanhamento das atividades dos estabelecimentos de ensino.

A Figura 1 nos mostra o Organograma da SEDUC-AM, com a distribuição dos diversos setores, gerências, coordenadorias e departamentos que compõem o macro sistema da educação estadual no Amazonas.

Figura 1 - Organograma SEDUC-AM (2014)



Fonte: Seduc. Lei Delegada No. 3.642, de 26 de julho de 2011. Disponível em: <http://rhnet.sead.am.gov.br/>. Acesso em: 14 set. 2015.

A questão a ser discutida nesta pesquisa está hierarquicamente ligada à Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica da Seduc que tem como atribuições o planejamento, a coordenação e o controle das atividades desenvolvidas nos Departamentos de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE), Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM) e Centro de Formação Profissional Padre Anchieta (CEPAN) para garantir a qualidade, unidade e modernização das políticas pedagógicas aplicadas para a formação dos profissionais da educação e para o ensino dos alunos da rede estadual.

As ações pedagógicas da Seduc-Am e o foco desta pesquisa estão intimamente ligados ao Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE), cujas competências estão definidas no artigo 4º, inciso XIX, da Lei Delegada 78/2007:

a quem compete, entre outros fins na estrutura organizacional da Seduc, planejar, orientar, coordenar, acompanhar e supervisionar o processo de formulação e implementação das políticas para a educação básica – ensino fundamental e ensino médio: alfabetização, educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, educação especial, educação do campo, educação escolar indígena, educação quilombola e educação para as relações étnico-raciais; promover ações de fortalecimento, expansão e melhoria da qualidade da educação; contribuir para o desenvolvimento

inclusivo voltado à valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade sócio-ambiental visando a melhoria de políticas públicas transversais na rede estadual de ensino do Amazonas.

São dois os principais documentos norteadores da educação básica: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e o Plano Estadual de Educação (PEE), Lei 3.288, de 07 de julho de 2008, regidos, respectivamente, pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Constituição do Estado do Amazonas.

O universo abordado nesta pesquisa estará focado em duas escolas estaduais, que tem suas competências organizadas pela Gerência de Ensino Fundamental, integrante do Deppe, que tem a atribuição de elaborar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar políticas públicas para o ensino fundamental.

Importante ressaltar ainda que, institucionalmente, todas as ações relacionadas ao Sadeam estão sob a responsabilidade do Departamento de Planejamento e Gestão Financeira (DPGF), cujas competências estão definidas no artigo 2º da Lei Delegada 78, de 18 de maio de 2007, inciso XVI, que tem a seguinte atribuição:

coordenação do processo de elaboração de planos, programas e projetos necessários à execução e à promoção da política educacional do Estado, avaliando continuamente sua efetividade, realizando, ainda, estudos, pesquisas, avaliação e análise de informações estatísticas, promovendo o acesso escolar e a articulação da Secretaria com os organismos públicos federais, estaduais, municipais e a sociedade civil e coordenação das atividades de execução orçamentária, financeira, envolvendo as etapas da execução da despesa pública, participando do processo de adequação das necessidades educacionais aos recursos existentes, disponibilizando informações de sua área de competência aos órgãos de acompanhamento e avaliação, responsabilizando-se pelas ações de análise e prestação de contas, contratos, convênios e outros ajustes, em observância à legislação vigente.

Os objetivos do DPGF estão focados no planejamento, nos estudos estatísticos e pesquisas educacionais para subsidiar o Sistema de Ensino, garantindo o acesso e a permanência do aluno ao ensino público de qualidade e na gestão dos recursos financeiros da Secretaria de Educação, a fim de garantir a execução e a promoção da política educacional do estado.

Faz parte do DPGF a Gerência de Avaliação e Desempenho, que está diretamente ligada às ações da pesquisa aqui implementada, pelo motivo de estar sob sua responsabilidade o Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas – Sadeam.

A Gerência de Avaliação e Desempenho (GAD) coordena, orienta, trata e dissemina informações relacionadas às avaliações educacionais em larga escala. Entre seus objetivos, podemos citar: i) Planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades e processos de ensino; ii) Desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais; iii) Subsidiar a formulação de políticas na área da educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica; iv) Definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de Avaliações Educacionais; v) Estimular o uso das suas bases de dados para o diagnóstico dos problemas e desafios educacionais e o aprimoramento das políticas públicas; vi) Incentivar o desenvolvimento da pesquisa educacional; vii) Socializar os conhecimentos produzidos; viii) Promover a disseminação de informações sobre as avaliações educacionais;

1.2.3 Análise comparativa dos resultados do SADEAM nas edições 2011, 2012 e 2013

Em sua 6ª edição, no ano de 2013, o Sadeam avaliou cerca de 169.000 alunos, em 62 municípios do estado. Participaram da avaliação as escolas estaduais com alunos no 7º ano do Ensino Fundamental e nas 1ª e 3ª séries do Ensino Médio, além daquelas com alunos em Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Todos esses alunos participaram das avaliações para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; e apenas os alunos da 1ª e 3ª série do Ensino Médio Regular, bem como o Ensino Médio da EJA, realizaram avaliações nas disciplinas de Biologia, Física, Química, Geografia e História.

Em nossa pesquisa, optamos por focar na análise dos resultados do Sadeam no 7º ano do Ensino Fundamental Anos Finais nos anos de 2011, 2012 e 2013,

apesar de o sistema de avaliação existir desde 2008. A escolha se justifica devido a essa série/ano ter sido avaliada sequencialmente nos anos citados, diferente de outras série/anos avaliadas no Ensino Fundamental. Além disso, a Seduc-Am direcionou uma carga de ações pedagógicas e administrativas relacionadas a interpretação e apropriação dos resultados da avaliação externa de 2012, envolvendo seus departamentos, coordenadorias distritais e escolas a partir dos resultados do Sadeam, com foco em 64 escolas prioritárias para o sistema educacional, levando-se em conta o expressivo número de alunos matriculados nessas escolas e a possibilidade da melhoria dos resultados pedagógicos das mesmas. Estas ações citadas acima serão melhor descritas ao longo das seções seguintes, assim como a descrição da participação dos departamentos, coordenadorias e escolas na busca dos melhores resultados pedagógicos, aqui traduzidos na melhoria dos índices educacionais das escolas no Sadeam 2013.

1.2.3.1 Participação dos alunos no SADEAM

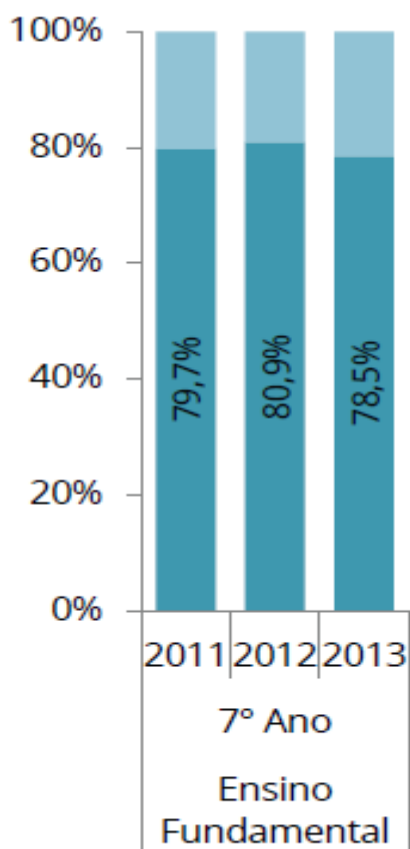
A participação na avaliação educacional é definida como o percentual da razão entre o número de alunos que responderam aos testes, e, portanto, possuem um resultado (também chamados de alunos efetivos, ou efetivamente avaliados); e os alunos inicialmente esperados, dadas as informações sobre o contingente em cada etapa/série a ser avaliada (chamados de alunos previstos para a avaliação).

A fórmula para definição do percentual de participação no Sadeam é:

$$\text{Participação (\%)} = \frac{(\text{N}^\circ \text{ estudantes avaliados})}{(\text{N}^\circ \text{ estudantes previstos})} \times 100$$

Ao observarmos a participação, nos aproximamos da utilidade das informações para o sistema de ensino, levando em conta que quanto maior o percentual de participação nas avaliações, maiores serão as possibilidades de identificação das dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, e da definição de ações de intervenção para sua solução pelo sistema de ensino.

Figura 2 - Participação geral das turmas de 7º ano no projeto Sadeam em 2011, 2012 e 2013



Fonte: Amazonas, 2013, p. 16.

No ano de 2013, a participação no Sadeam no 7º ano do Ensino Fundamental foi de 78,5%, um percentual inferior ao apresentado em 2011 e 2012, quando chegou a 80%, percebe-se uma dificuldade em elevar o percentual de participação e, assim, oportunizar um conhecimento ampliado das dificuldades da rede escolar e, conseqüentemente, uma maior possibilidade de busca de soluções para este cenário. Em valores absolutos, observamos a participação de 36.533 alunos em 2011, 35.456 alunos em 2012 e 33.259 em 2013, respectivamente, na série/ano em foco.

1.2.3.2 Padrões de Desempenho

Esta seção resume os principais resultados obtidos pelos alunos nos testes das disciplinas avaliadas, por etapa. Os testes feitos pelos alunos produzem uma medida de seu desempenho nas habilidades avaliadas, que é denominada

Proficiência. Os valores da Proficiência são organizados em uma Escala de Proficiência, que ordena, de acordo com a complexidade da habilidade, os valores obtidos pelos alunos.

Os Padrões de Desempenho apresentam uma caracterização das competências e habilidades cognitivas desenvolvidas pelos alunos em importantes valores da Escala de Proficiência. A Proficiência Média representa a tendência central dos resultados, ou seja, o grau ou nível de aproveitamento na avaliação. Os Padrões de Desempenho são categorias definidas a partir de cortes numéricos que agrupam os níveis da Escala de Proficiência, com base nas metas educacionais estabelecidas pelo Sadeam. Estes cortes dão origem a quatro Padrões de Desempenho, os quais apresentam o perfil de desempenho dos alunos: Abaixo do básico, Básico, Proficiente e Avançado.

As respostas dadas pelos alunos são distribuídas na Escala de Proficiência, construída a partir dos itens avaliados. No caso do Sadeam é adotada a mesma escala do Saeb, que varia de 0 a 500, com subdivisões de 25 pontos. Cada subdivisão corresponde a um nível. Desse modo, os níveis vão, por exemplo, de 125 a 149, de 150 a 174, de 175 a 199, e assim por diante.

No Sadeam, existe um descritor para cada item avaliado, que informa a habilidade correspondente àquele item. Por exemplo, se os alunos do 5º ano de uma determinada escola pública obtiveram média de 172 pontos em língua portuguesa, tal pontuação está relacionada a um conjunto de habilidades. De acordo com a matriz de avaliação das provas, essa média faz parte do nível que vai de 150 a 174. Nesse nível, os alunos são capazes de, num texto, identificar o tema e localizar informações explícitas em um texto recorrendo à seleção e à comparação de dados, entre outras habilidades. Embora a escala forneça os elementos que possibilitam a interpretação dos resultados, não informa o conteúdo que os estudantes devem dominar nas séries/anos avaliados. Cabe às escolas e às redes de ensino estabelecer os patamares que seus alunos devem alcançar.

As Revistas Pedagógicas do sistema de avaliação nos mostram que para uma melhor compreensão e análise do desempenho apresentado pelas escolas a serem estudadas, faz-se necessário esclarecer que o Sadeam confere uma interpretação qualitativa – denominada Padrões de Desempenho – ao valor da Proficiência obtida pelos alunos na avaliação. Cada padrão agrupa o conjunto de habilidades consolidadas pelos estudantes que obtêm um determinado valor de

Proficiência, no nosso caso, focado apenas no Ensino Fundamental Anos Finais, conforme se pode observar nas tabelas (1) e (2).

Tabela 1 - Padrões de Desempenho em Língua Portuguesa no 7º ano do Ensino Fundamental Anos Finais

Padrões de Desempenho Língua Portuguesa				
Ano Escolar	Abaixo do Básico	Básico	Proficiente	Avançado
7º ano	Até 175	175 a 225	225 a 275	Acima de 275

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no site: < www.sadeam.caedufjf.net>. Acesso em: 14 set. 2015.

A tabela 1 apresenta os cortes dos Padrões de Desempenho do 7º ano em Língua Portuguesa. No 7º ano, os alunos que obtiverem proficiência até 175 se enquadram no Padrão de Desempenho “Abaixo do Básico”; aqueles que obtiverem proficiência entre 175 e 225 pertencem ao padrão “Básico”; os alunos com proficiência entre 225 e 275 fazem parte do padrão de desempenho “Proficiente”; por sua vez, os alunos com proficiência acima de 275 encontram-se no padrão “Avançado”.

Tabela 2 - Padrões de Desempenho em Matemática no 7º ano do Ensino Fundamental Anos Finais

Padrões de Desempenho Matemática				
Ano Escolar	Abaixo do Básico	Básico	Proficiente	Avançado
7º ano	Até 200	200 a 250	250 a 325	Acima de 325

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no site: < www.sadeam.caedufjf.net>. Acesso em: 14 set. 2015.

Por sua vez, a tabela 2 apresenta os cortes dos Padrões de Desempenho em Matemática, do 7º ano. No 7º ano, em Matemática, os cortes dos Padrões de Desempenho “Abaixo do Básico” e “Básico”, aumentam em 25 pontos, se comparados aos cortes do 7º ano, em Língua Portuguesa. Já no 7º ano, em Matemática, no Padrão de Desempenho “Proficiente” e “Avançado”, o aumento é de 50 pontos.

1.2.3.3 Proficiência e Padrões de Desempenho do Sadeam – 2011, 2012 e 2013

A Proficiência é a medida de desempenho dos alunos nas habilidades avaliadas pelos testes. Os resultados de Proficiência foram agrupados em quatro Padrões de Desempenho – Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado. Tais Padrões permitem uma interpretação pedagógica das habilidades desenvolvidas pelos alunos, possibilitando localizá-los em níveis de desempenho dentro de cada Padrão. Por meio dos Padrões, é possível analisar os aspectos cognitivos que demarcam os percentuais de alunos situados nos diferentes níveis de desempenho, bem como a diferença de aprendizagem entre eles, refletindo a distância existente entre aqueles que apresentam um maior grau de desenvolvimento nas habilidades avaliadas e aqueles que apresentam menores graus de desenvolvimento nas referidas habilidades, permitindo-se pensar em ações e políticas educacionais destinadas à promoção da equidade.

Os níveis de proficiência compreendidos em cada um dos Padrões de Desempenho para as diferentes etapas de escolaridade avaliadas são descritos mais detalhadamente nas Revistas Pedagógicas enviadas para as escolas.

A seguir, são apresentados os dados das Médias de Proficiência do Sadeam em Língua Portuguesa e Matemática, para as etapas avaliadas em 2011, 2012 e 2013:

Quadro 3 - Média de Proficiências para as edições de 2011, 2012 e 2013 da Rede Estadual no Sadeam em Língua Portuguesa e Matemática no 7º ano do Ensino Fundamental

Etapas de Escolaridade	Edição	Proficiência Média					
		Língua Portuguesa			Matemática		
		2011	2012	2013	2011	2012	2013
Ensino Fundamental	7º Ano EF	207,7	206,3	206,6	210,9	211,8	211,7

Fonte: CAED-UFJF/SEDUC/DPGF/GAD/Sumário Executivo (2013, p.36)

Os resultados gerais de Média de Proficiências em Língua Portuguesa, no 7º ano do Ensino Fundamental, mostram uma diminuição na média entre 2011 e 2012 de 1,4 pontos e entre 2012 e 2013 um leve aumento de 0,3 pontos, quando comparados os anos de 2011, 2012 e 2013.

Em Matemática, os resultados gerais de Média de Proficiência, no 7º ano do Ensino Fundamental apresenta crescimento de 1 ponto quando comparado os três

anos em questão, apesar de percebermos uma oscilação para baixo de 0,1 ponto entre 2012 e 2013.

De acordo com as Revistas Pedagógicas disponibilizadas pela Seduc-AM, através da Gerência de Avaliação e Desempenho, a todas as escolas participantes do Sadeam, os Padrões de Desempenho indicam:

[...] o grau de cumprimento dos objetivos educacionais considerados essenciais e expressos na Matriz de Referência para a avaliação, bem como as metas de desempenho a serem alcançadas. (REVISTA SADEAM, 2012, p. 14).

No Padrão de Desempenho Abaixo do Básico, o aluno demonstra carência de aprendizagem do que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Ele fica abaixo do esperado, na maioria das vezes, tanto no que diz respeito à compreensão do que é abordado, quanto na execução de tarefas e avaliações. Por isso, é necessária uma intervenção focada para que possa progredir em seu processo de aprendizagem. O aluno que se encontra no Padrão de Desempenho Básico demonstra ter aprendido o mínimo do que é proposto para o seu ano escolar. Neste nível, ele já iniciou um processo de sistematização e domínio das habilidades consideradas básicas e essenciais ao período de escolarização em que se encontra. No Padrão de Desempenho Proficiente, o aluno demonstra ter adquirido um conhecimento apropriado e substancial no que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Neste nível, ele domina um maior leque de habilidades, tanto no que diz respeito à quantidade, quanto à complexidade, as quais exigem um refinamento dos processos cognitivos nelas envolvidos. O aluno que atingiu o Padrão de Desempenho Avançado revela ter desenvolvido habilidades mais sofisticadas e demonstra ter um aprendizado superior ao que é previsto para o seu ano escolar. O desempenho desses alunos nas tarefas e avaliações propostas supera o esperado e, ao serem estimulados eles podem ir além das expectativas traçadas

No Quadro 4, estão apresentados os dados percentuais da Distribuição dos Alunos por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa, da etapa avaliada do Sadeam, para os anos de 2011, 2012 e 2013:

Quadro 4 - Distribuição dos alunos, em percentuais, nos Padrões de Desempenho Língua Portuguesa no 7º ano do Ensino Fundamental

Etapa de Escolaridade		Edição	Padrão de Desempenho			
			Abaixo do Básico	Básico	Proficiente	Avançado
Ensino Fundamental	7º Ano EF	2011	22,9	43,0	27,2	7,0
		2012	23,8	43,5	26,6	6,1
		2013	25,2	40,8	27,0	6,9

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no site: < www.sadeam.caedufjf.net>. Acesso em: 14 set. 2015.

Apresentamos abaixo o Quadro 5, onde estão registrados os dados percentuais da Distribuição dos Alunos por Padrão de Desempenho em Matemática, da etapa avaliada do Sadeam, para os anos de 2011, 2012 e 2013:

Quadro 5 - Distribuição dos alunos, em percentuais, nos Padrões de Desempenho Matemática no 7º ano do Ensino Fundamental

Etapa de Escolaridade		Edição	Padrão de Desempenho			
			Abaixo do Básico	Básico	Proficiente	Avançado
Ensino Fundamental	7º Ano EF	2011	41,8	41,0	16,7	0,4
		2012	39,3	45,0	15,4	0,3
		2013	40,8	41,7	17,1	0,4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no site: < www.sadeam.caedufjf.net>. Acesso em: 14 set. 2015.

Os resultados gerais para as distribuições por Padrões de Desempenho para as disciplinas e etapa avaliada mostram tendências interessantes. Em primeiro lugar, podemos observar, na etapa avaliada, um elevado percentual de alunos nos padrões Abaixo do Básico e Básico, ou seja, acima de 65% dos alunos se encontram nos Padrões de Desempenho indesejados em Língua Portuguesa, percebemos ainda que os percentuais mais elevados estão concentrados na disciplina Matemática, nos três anos avaliados. Na disciplina Língua Portuguesa, chama a atenção a crescente concentração do percentual de alunos no Padrão de Desempenho Abaixo do Básico no ano de 2013, que culminou com o registro do maior percentual de alunos, no referido padrão apesar da quase estagnação dos percentuais nos Padrões Proficiente e Avançado. A disciplina Matemática apresenta, invariavelmente, os resultados mais críticos. No entanto, podemos considerar que existe uma grande concentração de alunos nos Padrões menos

desejáveis para a etapa e disciplinas analisadas. Vale ressaltar ainda, que essa é uma realidade observada na maioria dos sistemas de avaliações de outras redes de ensino pelo Brasil.

Importante ressaltar ainda que, além do percentual de participação dos alunos na avaliação externa, da Proficiência Média dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática e do desempenho da escola, explícito através dos Padrões de Desempenho no sistema de avaliação do Amazonas, descritos acima, o Sadeam oportuniza o conhecimento do perfil dos alunos, professores, coordenadores pedagógicos e gestores, através da aplicação de questionários socioeconômicos, uma referência geral para orientar o foco sobre as possíveis diferenças entre cada região. Por fim, as Revistas Pedagógicas distribuídas a todas as escolas participantes da avaliação externa tomam conhecimento de uma análise que amplia as perspectivas de planejamento e intervenções em aspectos associados ao desempenho das escolas no sistema, abordando temas importantes para orientar a organização e as atividades de docentes e gestores em função de melhores resultados de aprendizagem e ensino para os alunos, como por exemplo: avaliação externa e avaliação interna, interpretação de resultados e análises pedagógicas, temas relacionados às disciplinas avaliadas, experiências pedagógicas exitosas de professores e gestores, informações sobre a construção da Matriz de Referência do Sadeam, artigos focados nas competências à serem desenvolvidas em sala de aula, etc.

1.2.4 Divulgação, apropriação e estratégias de divulgação dos resultados do Sadeam

A divulgação e apropriação dos resultados do Sadeam possibilitam a reflexão e a tomada de decisões administrativas e educacionais, contribuindo para a adoção de práticas pedagógicas mais eficazes. Compreende-se que a conscientização sobre a importância e a devida compreensão acerca da função diagnóstica da avaliação externa leva ao comprometimento para com a melhoria dos resultados, motivando a equipe pedagógica para a criação de estratégias a fim de que os resultados espelhem a melhoria da qualidade do ensino.

A escola deve pensar na avaliação educacional em larga escala como mais uma ferramenta de análise da aprendizagem escolar, como uma outra forma do

próprio professor avaliar o trabalho pedagógico que vem sendo desenvolvido em sua unidade escolar e, conseqüentemente, utilizar esses dados junto com as informações e observações que ele mesmo faz em sala de aula.

Para isso, é necessário que as avaliações sejam relevantes para a toda a comunidade escolar, que todos compreendam seus objetivos e que estes estejam realmente comprometidos com a melhoria da qualidade da educação. Para tanto, a divulgação dos resultados precisa sempre ser de fácil compreensão, para que haja um maior interesse em conhecê-los em profundidade, favorecendo o debate que pode ocorrer na comunidade escolar e não apenas no meio acadêmico.

Sendo assim, o resultado das avaliações externas pode agregar informações ao conhecimento que o professor tem do trabalho que vem desenvolvendo na escola em que atua e dos resultados alcançados pelos alunos em relação ao desempenho escolar.

Através da realização de oficinas, envolvendo os Departamentos e Gerências da Seduc, Coordenadorias Distritais e Regionais de Educação e Escolas, são divulgados amplamente os resultados do Sadeam, pois, conforme destaca a Gerente de Avaliação e Desempenho³, o Amazonas, pela dimensão geográfica e pela dificuldade de acesso e comunicação, tem como uma das maiores dificuldades fazer chegar a cada escola os seus resultados de forma clara e possível para a construção e redirecionamento do seu planejamento e trabalho pedagógico. Em síntese, as oficinas contam com a participação efetiva dos gestores escolares e assessores técnicos-pedagógicos das coordenadorias distritais da capital que serão os responsáveis pela divulgação e apropriação dos resultados da avaliação na escola, além dos assessores técnicos-pedagógicos dos departamentos e gerências da Seduc-Am que são convidados a participar, estas oficinas são ferramentas primordiais para que os resultados da avaliação cheguem à sala de aula.

Não obstante, os avanços realizados, somente a partir de 2011, quando o Caed/UFJF assume a responsabilidade pela avaliação externa da educação no Amazonas, apresentando uma ampla política de divulgação e apropriação dos resultados do Sadeam, através de uma Coleção de Revistas Pedagógicas para gestores e professores, cartazes personalizados com os resultados de cada unidade

³ Informação obtida com Jane Bete Nunes Rodrigues, Gerente da Gerência de Avaliação e Desempenho, Seduc-AM, através de entrevista descritiva, realizada em 30 de abril de 2015.

escolar e oficinas de estudos, a Seduc-Am começa a utilizar os resultados das avaliações externas como forma de identificar as dificuldades do processo ensino e aprendizagem nas escolas.

Após a análise dos resultados do Sadeam 2012, realizada pela Gerência de Avaliação e Desempenho – GAD - verificou-se que a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas e um número considerável de escolas precisavam repensar sua prática pedagógica, rever suas estratégias de ensino, exercer de fato, uma gestão participativa em busca de melhores resultados quanto à equidade no processo de aprendizagem de seus alunos, uma vez que, nas séries testadas, foram relevantes os resultados de proficiência abaixo do esperado, significando que muitos alunos matriculados no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio da rede estadual de ensino ainda estão demonstrando fragilidade pedagógica, pelo menos, nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática que são objetos da avaliação feita pelo Sadeam

Nesse sentido, a partir de 2013, novas ações, planejadas e sistematizadas com todos os setores pedagógicos que compõem o sistema de ensino estadual, relacionadas a interpretação e apropriação dos resultados do Sadeam são implementadas pela Seduc-Am: sensibilização das equipes gestoras e professores para leitura e interpretação dos índices educacionais com foco na Escala de Proficiência do Sadeam; identificação dos descritores da Matriz de Referência do Sadeam na Proposta Curricular da Seduc-Am; sensibilização de alunos e comunidade para compreender os índices educacionais como oportunidade de melhoria do processo educacional; criação de um grupo de trabalho formado por professores de Língua Portuguesa e Matemática em todos os níveis de ensino, na Seduc-Am, para atendimento das necessidades pedagógicas das escolas e professores; socialização de práticas pedagógicas exitosas nas escolas que precisam melhorar seus índices; formação continuada para professores em novas metodologias em Língua Portuguesa e Matemática; ou seja, ações pedagógicas, de planejamento e de gestão que buscam elevar a qualidade da aprendizagem na sala de aula e não apenas utilizar os resultados como um indicador para premiar as escolas que obtiveram as maiores médias no Sadeam, através do Prêmio Escola de Valor.

As ações de divulgação dos resultados do Sadeam tem seu início no mês de março, quando a GAD apresenta, através de reuniões com os integrantes do

macrossistema educacional – secretarias adjuntas de gestão, da capital, do interior, pedagógica, departamentos pedagógicos, gerências, coordenadorias distritais e regionais - os resultados do Sadeam – proficiência média e acertos por descritores - de cada escola estadual e coordenadoria distrital/regional, que têm a responsabilidade de realizar as primeiras análises deste resultado e planejar as ações necessárias para divulgação e análise dos mesmos entre as coordenadorias e gestores escolares. A GAD ainda realiza, no mês de maio, uma Oficina de Apropriação de Resultados em parceria com o Caed/UFJF para técnicos da Seduc-Am, técnicos das coordenadorias distritais/regionais e gestores escolares de todas as escolas estaduais da capital.

Nesse sentido, em 2013, a Seduc promoveu diversas ações de acompanhamento e intervenção pedagógica junto às escolas, constituindo em um sistema articulado de informações que objetivava subsidiar a escola na superação dos desafios colocados pelo seu contexto, com foco na melhoria das proficiências de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos da rede estadual de ensino.

Inicialmente, estas atividades foram destinadas a um grupo composto por 64 escolas estaduais, denominadas de “Escolas Prioritárias”, que apresentaram baixo desempenho no resultado da avaliação externa e um elevado número de alunos matriculados. As escolas que participaram destas atividades atendem a alunos do 5º, 7º e 9º anos Ensino Fundamental, assim como 3º ano do Ensino Médio.

As ações de acompanhamento e intervenção pedagógica a que foram submetidas as escolas prioritárias foram planejadas para serem executadas por todos os envolvidos – Seduc e seus departamentos, coordenadorias distritais e seus assessores pedagógicos, equipe gestora da escola e seus professores - através das seguintes ações ao longo do ano letivo: i) Apresentação dos resultados do Sadeam – ao receber as planilhas com os resultados da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática e dos descritores com menor percentual de acertos de cada escola, a Gerência de Avaliação e Desempenho elabora uma apresentação destes dados ao Secretário de Estado da Educação. Posteriormente, é realizado pela Seduc-Am um evento denominado Encontro de Gestores das Escolas Estaduais do Amazonas, que está em sua oitava edição, onde estes resultados são apresentados aos departamentos, gerências, coordenadorias e gestores escolares, além de outros assuntos de cunho pedagógico e administrativo; ii) Divulgação dos resultados do Sadeam – no Encontro de Gestores das Escolas Estaduais do Amazonas acontece

a divulgação dos resultados do Sadeam para departamentos, gerências, coordenadorias e gestores escolares. Através desta apresentação, a Gerência de Avaliação e Desempenho procura sensibilizar a todos para a importância da efetiva divulgação e apropriação dos resultados da avaliação externa por todos os envolvidos nas ações pedagógicas na escola. Importante ressaltar que cabe ao gestor escolar a responsabilidade de replicar a divulgação dos resultados do Sadeam em sua própria escola através da reflexão sobre as Médias de Proficiência e análise dos descritores com menos acertos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de sua escola com professores e pedagogos; iii) Proposta de Intervenção Pedagógica – após a divulgação dos resultados, o Departamento de Políticas e Programas Educacionais da Seduc-Am, através dos assessores técnico-pedagógicos das Gerência de Ensino Fundamental e Gerência de Ensino Médio, se debruça sobre estes resultados do Sadeam, procurando definir ações de responsabilidade da própria Seduc-Am, das Coordenadorias e das escolas na busca da melhoria da qualidade da aprendizagem, através de ações pedagógicas e administrativas que busquem sanar as deficiências demonstradas pelos resultados da avaliação externa.

Entre as ações definidas pelo DEPPE, para serem realizadas pela própria Seduc-Am, Coordenadorias e escolas, citamos: i) Plano de Intervenção Pedagógica – elaborado pela escola após análise da planilha com os descritores onde a mesma obteve menos acertos e definição de um Plano de Ação Pedagógica onde deverão ser retrabalhados estes conteúdos ao longo do 1º semestre letivo; ii) Oficinas Pedagógicas de Língua Portuguesa e Matemática - destinadas aos professores das séries avaliadas pelo Sadeam, com foco na matriz de referência e nos descritores que mais os alunos demonstraram dificuldade em acertar; iii) Monitoramento das ações - os técnicos das Coordenadorias realizam visitas quinzenais nas escolas prioritárias para acompanhar as ações implementadas; iv) Implantação do Sistema de Ensino Aprende Brasil⁴ – a GENF redefiniu as escolas que teriam acesso aos livros didáticos integrados, Assessoria Pedagógica e Portal Aprende Brasil, priorizando as escolas de Ensino Fundamental que se encontravam entre as 64

⁴ O Sistema de Ensino Aprende Brasil é um sistema de ensino da Editora Positivo, que oferece um conjunto de soluções – Livro Didático, Assessoria Pedagógica e acesso ao Portal Aprende Brasil – com objetivo de potencializar as ações direcionadas a utilização de ferramentas pedagógicas, virtuais e de formação continuada de professores com vistas a melhoria da qualidade da rede pública de ensino.

escolas prioritárias para intervenção pedagógica. Através das ações do Portal Aprende Brasil, estas escolas teriam um suporte pedagógico semanal dos pedagogos do Sistema Aprende Brasil nas escolas, para intensificar o uso da ferramenta pedagógica através dos Laboratórios de Informática; v) Aplicação de Simulados – foram disponibilizados bimestralmente simulados a todas as escolas, cabendo aos técnicos das Coordenadorias Distritais o acompanhamento das escolas na análise dos resultados dos simulados e na definição de um Plano de Ação Pedagógico para suprir as possíveis deficiências que viessem a surgir; vi) Oficina de Contextualização da Matemática – por intermédio do DEPPE, foi elaborada uma Oficina de 20h para professores de Matemática, onde os descritores com menos acertos no Amazonas foram exaustivamente trabalhados de uma forma prática e contextualizada; vii) Projeto Reforço Escolar – foi definida pelo DEPPE a contratação de estagiários de Língua Portuguesa e Matemática, cursando a partir do 5º período, para lotação nas escolas prioritárias e atendimento aos alunos identificados com dificuldades de aprendizagem em conteúdos curriculares das séries anteriores pelos professores de cada escola. Este atendimento do reforço deveria ser trabalhado no turno contrário ao que o aluno estuda na escola.

As ações realizadas pela Seduc-Am, através dos seus Departamentos, Coordenadorias Distritais e equipes gestoras das escolas, descritas anteriormente, tem o objetivo de oportunizar aos profissionais da educação uma melhor compreensão de como funcionam os sistemas de avaliação educacional em larga escala. O professor e outros profissionais da escola, das Coordenadorias e da Seduc-Am, podem melhor utilizar os seus resultados, e assim ampliar o alcance dessa política, favorecendo a busca do crescimento da qualidade educacional. Para isso, é importante que, ao analisar os resultados, os gestores e professores compreendam os conceitos utilizados, como habilidades e competências, itens e testes cognitivos, análise de contexto, matriz de referência e escala de proficiência, entre outros.

1.2.4.2 Estratégias de apropriação dos resultados do SADEAM na esfera interna da SEDUC-AM

Um dos grandes desafios da avaliação em larga escala é justamente garantir que os indicadores gerados pelo sistema de avaliação em larga escala sejam

compreendidos pelos membros da comunidade educativa e, quando compreendidos, sejam utilizados de modo apropriado. No instante em que os resultados das avaliações externas não são apropriados pelos atores do processo de ensino e aprendizagem que estão na ponta da lida do cotidiano escolar, o fulcro principal dessa importante política acaba por prejudicar sua identidade na busca constante por uma educação pública de qualidade.

É grande o esforço do sistema educacional do estado e dos gestores educacionais para que os resultados pedagógicos das avaliações externas possam, cada vez mais, ser apropriados e utilizados como instrumento pedagógico que balize o trabalho de escolas e professores, a partir dos resultados do Sadeam.

A primeira esfera envolvida na apropriação dos resultados do Sadeam se dá no interior da Gerência de Avaliação e Desempenho (GAD) da Seduc-Am, que tem a responsabilidade de implementar as ações necessárias que envolvem o sistema de avaliação externa do Amazonas.

Em seguida, o DEPPE, através da Gerência de Ensino Fundamental e Gerência de Ensino Médio, realiza uma análise prévia dos resultados da proficiência e descritores da rede estadual para planejar as ações de divulgação junto aos assessores das coordenadorias distritais/regionais e gestores escolares. São realizadas várias reuniões envolvendo, inicialmente, os coordenadores adjuntos pedagógicos das coordenadorias distritais e regionais, tanto da capital quanto dos outros municípios, de modo que todos tomem ciência dos resultados e planejem as ações de divulgação e apropriação dos resultados da avaliação externa junto aos gestores escolares.

O próximo passo envolve as coordenadorias distritais/regionais e diretamente os gestores das escolas estaduais, quando são convocados para participar das reuniões por coordenadoria distrital com a presença dos técnicos de cada coordenadoria, que assumem a responsabilidade pela divulgação, interpretação e apropriação dos resultados da avaliação externa de cada escola estadual. Os gestores saem destas reuniões com o intuito de voltar às suas escolas com os dados de Proficiência Média de Língua Portuguesa e Matemática e percentual de acerto por descritores nas mesmas disciplinas e replicar estas informações, discutir, analisar, refletir sobre estes resultados junto à equipe pedagógica e aos professores de suas escolas. Importante esclarecer que, neste momento, ainda não são

disponibilizados esses dados através da Coleção de Revistas Pedagógicas, mas sim através de arquivos informatizados.

Na sequência de ações realizadas, chegamos ao interior das escolas estaduais que têm até o início do 2º bimestre letivo, após a Oficina de Apropriação de Resultados realizada pela GAD e Caed/UFJF, para que seus gestores socializem as informações referentes à Proficiência Média e ao percentual de acertos por descritor, recebidas da GAD, DEPPE, GENF, GEM e coordenadorias distritais/regionais com seus professores. As escolas deverão refletir sobre seus resultados e elaborar um Plano de Ação Pedagógico focado na melhoria da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática e baseado na identificação dos descritores que tiveram menos acertos, sendo necessário o replanejamento pedagógico dos professores no sentido de retrabalhar estes descritores para garantir a aprendizagem dos alunos, sem deixar de lado os demais conteúdos curriculares que fazem parte da Proposta Pedagógica de cada escola. Este Plano de Ação Pedagógico é monitorado e acompanhado pelos técnicos das coordenadorias distritais/regionais, que fazem visitas periódicas as escolas com esse fim.

Paralelo a estas ações da escola, o DEPPE, através de suas Gerências de Ensino Fundamental e Ensino Médio, formou um Grupo de Trabalho envolvendo professores e pedagogos das duas gerências que também realizaram ações e atividades administrativas e pedagógicas, descritas na seção anterior, com objetivo de influenciar a melhoria dos resultados educacionais em cada escola estadual, estas ações foram detalhadas na seção anterior.

Pautado nestas considerações, o Sadeam, visto aqui como uma ferramenta de gestão através das avaliações em larga escala, tem procurado contribuir para a melhoria da qualidade da educação do Amazonas, não apenas como um instrumento para aferir as competências e habilidades, mas como uma ferramenta contínua de trabalho a partir da qual gestores, professores e pedagogos têm a oportunidade de identificar condições dificultosas para propor novas possibilidades pedagógicas na escola.

Os resultados das avaliações nos mostram possíveis deficiências no processo de ensino e aprendizagem que emanam da falta de domínio de algumas competências e habilidades que devem ser implementadas no seio da escola. Importante ressaltar que as deficiências demonstradas nos resultados não expressam a derrota da escola, mas a deficiência em algum lugar, que, quando

percebida e trabalhada de forma adequada, pode se transformar em uma intervenção pedagógica, e, por consequência, transforma também a qualidade da educação.

Para que isso aconteça é necessário que os gestores dos sistemas de ensino conheçam de perto a realidade escolar da rede de ensino e disponibilizem profissionais que acompanhem e monitorem os processos do trabalho pedagógico, assim como a identificação das ferramentas que levam a superação das dificuldades e ao incremento de uma educação de qualidade. Sem esse assessoramento as avaliações externas estão destinadas a se constituírem apenas um “ranking” de escolas, onde as melhores ficarão cada vez melhores (a tendência é que sejam atraídos para seus quadros os melhores alunos e profissionais) e as escolas que não foram tão bem posicionadas fiquem ainda piores.

João Horta (2011) afirma que existem dois grandes entraves que devem ser superados pelas escolas para que possam usar os resultados das avaliações para revisão e aprimoramento dos projetos pedagógicos:

O primeiro deles é em relação à gestão, pois de pouco adianta ter os dados e não conseguir transformá-los em informações e utilizá-las de forma a construir projetos pedagógicos viáveis, consistentes e coerentes. [...] O segundo entrave é compreender melhor a abrangência do ato de avaliar, que não significa um julgamento de valor para classificar instituições ou pessoas. Significa compreender que a avaliação, seja ela externa ou a realizada no interior das escolas, é um ato que, apesar de estar fincado no presente, aponta para a construção do futuro a partir da análise do que ocorreu no passado. (HORTA, 2011, p. 4).

A imprensa em geral e os próprios gestores escolares têm focado muito nos resultados do Sadeam, no sentido de estabelecer uma disputa entre as escolas e até mesmo na formação de um “ranking” das escolas e dos alunos. Essa prática, muitas vezes, influencia as equipes escolares, fazendo esquecer que os resultados das avaliações devem conduzir a uma reflexão diagnóstica da aprendizagem e deve voltar o olhar para o que pode ser feito a partir daquele momento em favor da qualidade do ensino. Essa visão distorcida acaba fazendo com que se enxergue que o resultado do Sadeam seja uma ferramenta de medição e classificação de escolas e, portanto, de seus profissionais.

Mesmo com todas as ações de apropriação de resultados do Sadeam promovidas pela Seduc-Am, ainda percebemos que é necessário oferecer aos gestores, professores e pedagogos das escolas resultados de fácil compreensão e

auxiliá-los na apreensão e interpretação dos resultados da avaliação, da interpretação das escalas e das análises e reflexões em torno dos baixos percentuais de acertos dos alunos nas avaliações externas.

1.3 Apresentação das Escolas pesquisadas

O caso de gestão proposto neste trabalho volta-se para os resultados do Sadeam através da leitura, interpretação e apropriação de seus resultados aplicados na melhoria do processo de ensino e aprendizagem e consequente elevação da qualidade da educação no estado do Amazonas. De acordo com Souza (2005), os relatórios pedagógicos, produzidos a partir dos resultados dos alunos e fornecidos aos gestores das escolas e aos professores, devem ser capazes de fornecer informações inteligíveis, a fim de promoverem mudanças na prática cotidiana da sala de aula. Desta forma, é de fundamental importância para a Seduc-Am, além de participar das avaliações externas nacionais e da avaliação estadual, levar aos profissionais da educação conhecimentos acerca desses processos, a fim de que eles utilizem os resultados em prol de uma efetiva aprendizagem dos estudantes.

No universo de 64 escolas estaduais que atuam com Ensino Fundamental e Ensino Médio, atendidas como escolas prioritárias e beneficiadas por ações direcionadas à interpretação e apropriação dos resultados da avaliação externa pela Seduc-Am, foram selecionadas 2 escolas por apresentarem as seguintes características: i) participaram da avaliação do Sadeam em 2011, 2012 e 2013; ii) tiveram as mesmas séries/anos escolares avaliadas; iii) as escolas escolhidas como objeto de pesquisa participaram das mesmas ações de interpretação e apropriação dos resultados do Sadeam em 2012 e 2013; vi) estas mesmas escolas apresentaram resultados bastante divergentes tanto na Média de Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática quanto nos percentuais de distribuição dos alunos por padrões de desempenho⁵. Tal fato ocorre mesmo após ambas as escolas terem participado das mesmas ações direcionadas à interpretação e apropriação de resultados da avaliação externa, promovidas pela Seduc-AM; e, também relevante, o

⁵ Ver subseção 1.2.3.3 Proficiência e Padrões de Desempenho Sadeam – 2011, 2012 e 2013.

fato de essas escolas apresentaram similaridade de condições físicas, administrativas e pedagógicas⁶.

As duas escolas estaduais selecionadas, de Ensino Fundamental Anos Finais, serão assim identificadas, Escola Estadual da Zona Centro-Oeste (EEZCO) e a Escola Estadual da Zona Oeste (EEZO).

Como já exposto, o foco da pesquisa estará na análise da distribuição do percentual de alunos nos quatro níveis dos Padrões de Desempenho, que são categorias dimensionadas a partir de cortes numéricos que agrupam os níveis da Escala de Proficiência, baseados em metas estabelecidas pelo Sadeam, assim denominados: Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado. As proficiências dos alunos são apresentadas através de médias e também de porcentagens de alunos distribuídos em cada um dos quatro níveis de desempenho já descritos na seção 1.2.3.3.

Estes Padrões de Desempenho garantem uma interpretação pedagógica das habilidades desenvolvidas pelos alunos, propiciando a localização destes em níveis de desempenho dentro de cada Padrão. Através dos Padrões, é possível:

analisar os aspectos cognitivos que demarcam os percentuais de alunos situados nos diferentes níveis de desempenho, bem como a diferença de aprendizagem entre eles, refletindo a distância existente entre aqueles que apresentam um maior grau de desenvolvimento nas habilidades avaliadas e aqueles que apresentam menores graus de desenvolvimento nas referidas habilidades, permitindo se pensar em ações e políticas educacionais destinadas à promoção da equidade. (REVISTA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO, SADEAM, 2013, p. 26).

Os Padrões de Desempenho das escolas pesquisadas serão apresentados detalhadamente nas subseções 1.3.1 Escola Estadual da Zona Centro Oeste e 1.3.2 Escola Estadual da Zona Oeste.

1.3.1 Escola Estadual da Zona Centro Oeste

A EEZCO está localizada na zona centro-oeste da cidade de Manaus, em um bairro muito populoso e na periferia da cidade. A sua localização favorece a locomoção dos alunos que, na sua maioria, moram no entorno da escola. Funciona nos três turnos, pela manhã, tarde e noite, atendendo alunos dos Anos Finais do

⁶ Importante ressaltar que para efeito dessa pesquisa não foram considerados, na seleção das escolas pesquisadas, os fatores contextuais externos.

Ensino Fundamental, turmas de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e Ensino Médio e turmas do Projeto Avançar (Programa de Correção de Fluxo dos Anos Finais do Ensino Fundamental), sendo que os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental são atendidos exclusivamente no turno matutino.

Apresenta-se, a seguir, um quadro com os dados da EEZCO referentes ao número de alunos e turmas por turno atendido.

Quadro 6 - Número de Turmas e Alunos da EEZCO

	Anos Finais do Ensino Fundamental 6º ao 9º ano		Proj. Avançar Anos Finais do Ensino Fundamental		EJA Anos Finais do Ensino Fundamental		Total de Turmas e Alunos por Turno	
	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
Manhã	16	614	---	---	---	---	16	614
Tarde	13	494	03	76	---	---	16	570
Noite	---	---	---	---	16	353	16	353
Total	19	1108	03	76	16	353	48	1537

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em SEDUC/DEGESC/ SIGEAMWEB.

A escola começou a funcionar em 1975, possui 16 salas de aula, um laboratório de informática, laboratório de Ciências, auditório, refeitório e uma biblioteca escolar. Conta, também, com uma cozinha, uma dispensa, uma sala de pedagogos, uma sala de professores, uma diretoria e uma secretaria. Todos os ambientes são climatizados⁷. Possui, ainda, uma quadra coberta, banheiros para alunos e funcionários e áreas de circulação para os alunos.

A escola EEZCO nos mostra ainda importantes dados a serem analisados e que dizem respeito à distribuição dos percentuais de alunos nos Padrões de Desempenho, os quais apresentam o perfil de desempenho dos alunos: Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado.

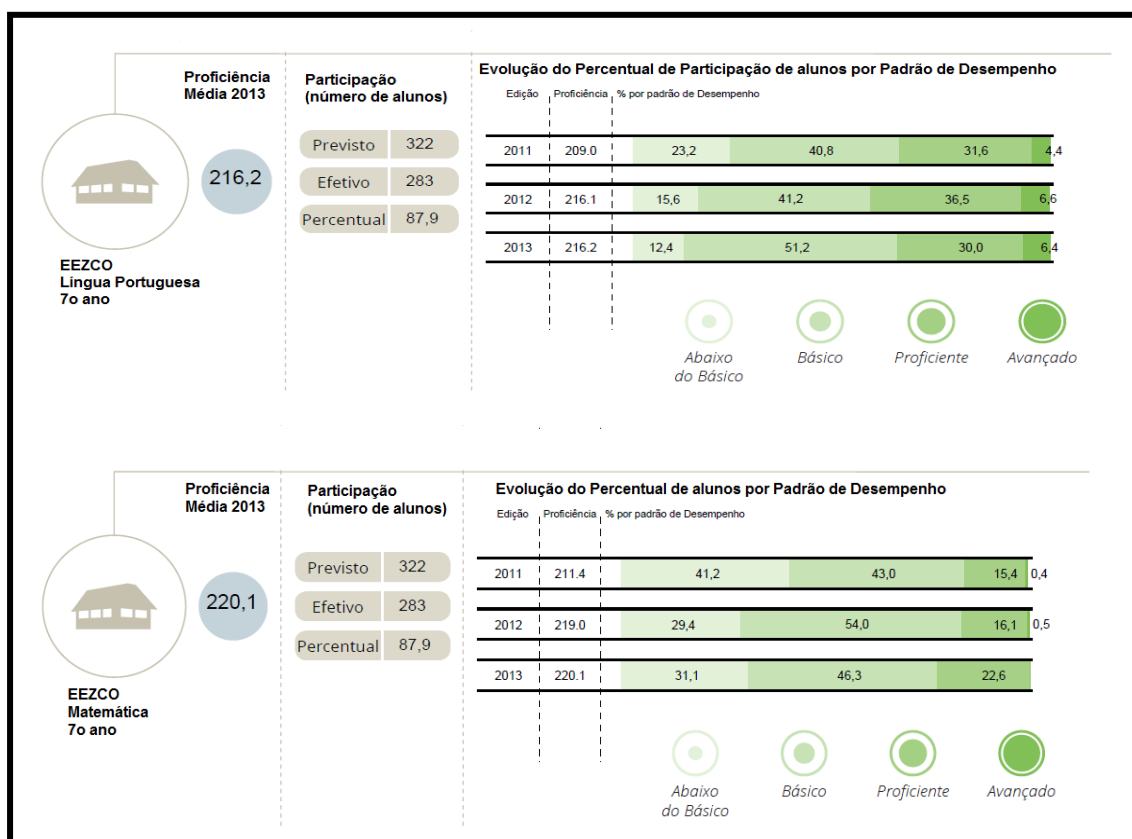
Desta forma, alunos que se encontram em um Padrão de Desempenho abaixo do esperado para sua etapa de escolaridade precisam ser foco de ações pedagógicas mais especializadas, de modo a garantir o desenvolvimento das habilidades necessárias ao sucesso escolar, evitando, assim, a repetência e a evasão.

⁷ Fonte dos dados disponíveis em: <www.idebescola.inep.gov.br/>. Acesso em: 14 set. 2015.

Por outro lado, estar no Padrão mais elevado indica o caminho para o êxito e a qualidade da aprendizagem dos alunos. Contudo, é preciso salientar que mesmo os alunos posicionados no padrão mais elevado precisam de atenção, pois é necessário estimulá-los para que progridam cada vez mais.

Apresentamos, a seguir, a Proficiência Média, o percentual de participação e a distribuição do percentual de alunos por Padrão de Desempenho, em Língua Portuguesa e Matemática, da escola selecionada EEZCO, no período de 2011 a 2013, na Figura 3:

Figura 3 – Proficiência Média, Participação e Evolução do Percentual de Alunos da EEZCO por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa e Matemática – 2011 a 2013



Fonte: Cartaz Sadeam, 2013.

A figura 3 nos mostra o índice de participação dos alunos da escola EEZCO no Sadeam, na qual é possível perceber um significativo percentual de participação dos discentes nas avaliações externas em 2013, precisamente 87,9% dos discentes responderam aos itens das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática.

Com relação à Média de Proficiência, nos anos avaliados, na disciplina Língua Portuguesa percebe-se uma evolução positiva que culmina, em 2013, com a Média de Proficiência igual a 216,2 pontos, na disciplina Matemática, no mesmo período de avaliação, verifica-se na escola EEZCO um crescimento na mesma média, correspondendo a 220,1 pontos.

Quanto ao desempenho alcançado pelos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental no Sadeam, no período de 2011 a 2013, apresentado na figura 3, percebe-se que, em Língua Portuguesa, houve uma regressão considerável no percentual de alunos que se encontravam no Padrão de Desempenho Abaixo do Básico e uma oscilação nos demais padrões ao longo dos 3 anos analisados, entretanto, chama a atenção o perceptível crescimento no percentual de alunos que se encontram no Padrão de Desempenho Básico, precisamente na ordem de 51,2% em 2013. Em Matemática, é possível observar uma oscilação no percentual de alunos na distribuição dos Padrões de Desempenho nos anos avaliados e chama a atenção, de forma negativa, a elevação do percentual de alunos no Padrão Abaixo do Básico em 2013, que foi de 31,1%, e de forma positiva, a elevação do percentual de alunos no Padrão de Desempenho Proficiente em 2013, da ordem de 22,6%, maior concentração quando considerados os três anos avaliados.

Ainda analisando os dados da figura 3, percebe-se a melhoria dos indicadores, da Média de Proficiência nas duas disciplinas avaliadas, alcançados pelos alunos da escola EEZCO, ainda que tímida, que culminaram na elevação das médias de proficiência em 2013. O que se pretende é justamente verificar quais as ações desenvolvidas que propiciaram o crescimento visualizado no Sadeam no ano de 2013.

1.3.2 Escola Estadual da Zona Oeste

A EEZO está localizada na zona oeste de Manaus, em um bairro de periferia. A sua localização favorece a locomoção dos alunos por estar situada na principal rua de acesso do bairro. Funciona nos três turnos, manhã, tarde e noite, atendendo a alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e turmas do Projeto Avançar (Programa de Correção de Fluxo dos Anos Finais do Ensino Fundamental). Importante ressaltar que, EEZO atende turmas dos Anos Finais do Ensino

Fundamental exclusivamente nos turnos matutino e vespertino e as turmas do Projeto Avançar no turno noturno.

Apresenta-se, a seguir, os dados da EEZO referentes ao número de turmas e de alunos por turno.

Quadro 7 - Número de Turmas e Alunos da EEZO

	Anos Finais do Ensino Fundamental 6º ao 9º ano		Projeto Avançar Anos Finais do Ensino Fundamental		Total de Turmas e Alunos por Turno	
	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
Manhã	11	474	---	---	11	474
Tarde	11	467	---	---	11	467
Noite	---	---	06	103	06	103
Total	22	941	06	103	28	1044

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em SEDUC/DEGESC/SIGAMWEB.

A EEZO foi inaugurada no ano de 1986, com 12 salas de aula, e possui um laboratório de informática, uma biblioteca escolar, uma cozinha, uma dispensa, uma sala de pedagogos, uma sala de professores, uma diretoria, uma secretaria onde todos os ambientes são climatizados. Possui ainda um refeitório, banheiros para alunos e funcionários, uma quadra coberta e áreas de circulação para os alunos⁸.

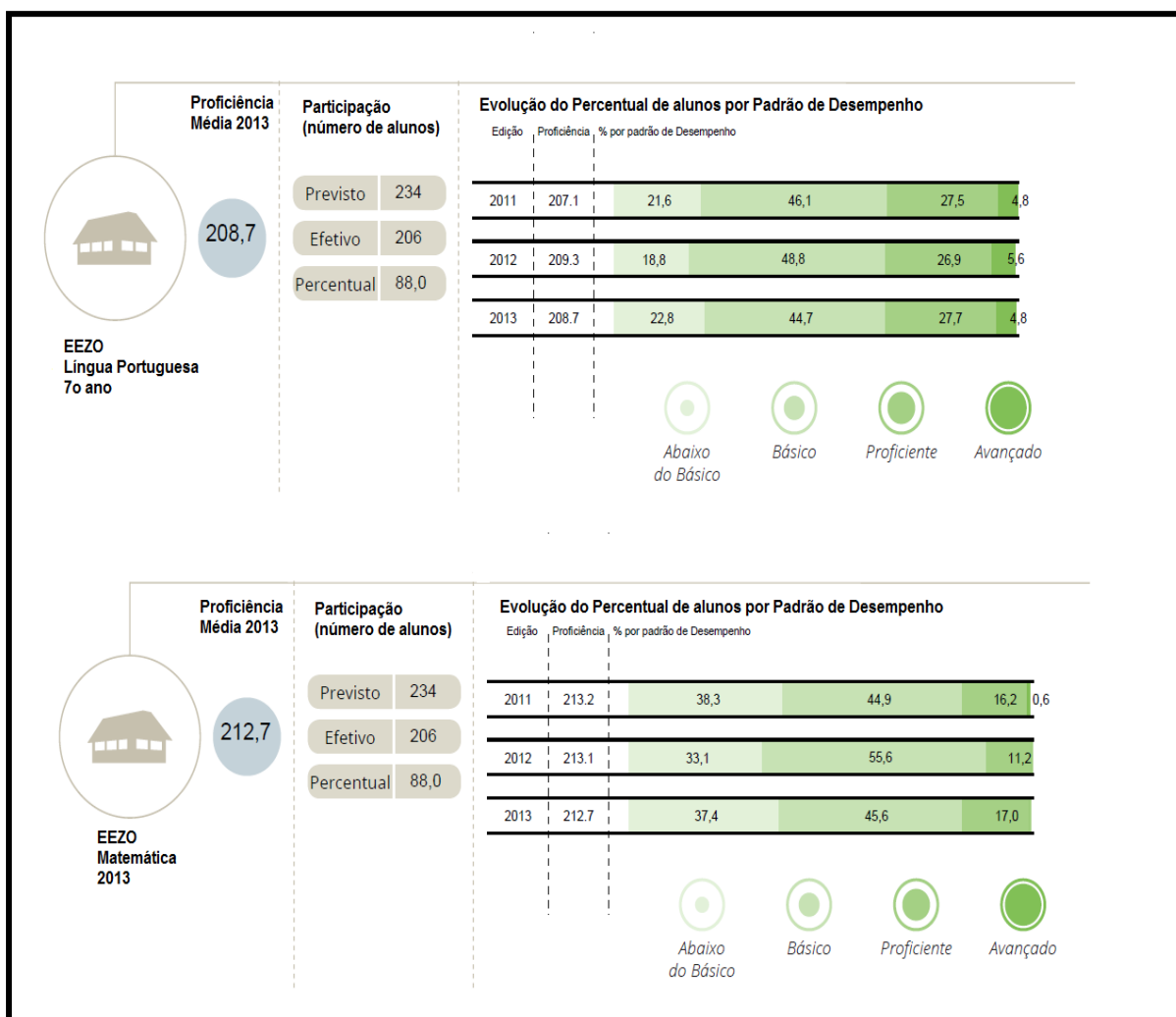
A realidade da escola EEZO também nos possibilita fazer uma análise relacionada à Proficiência que é a medida de desempenho dos alunos nas habilidades avaliadas pelos testes. Os resultados de proficiência foram agrupados em quatro Padrões de Desempenho – Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado. Tais Padrões permitem uma interpretação pedagógica das habilidades desenvolvidas pelos alunos. Por meio dos Padrões, é possível analisar os aspectos cognitivos que demarcam os percentuais de alunos situados nos diferentes níveis de desempenho, bem como a diferença de aprendizagem entre eles, refletindo a distância existente entre aqueles que apresentam um maior grau de desenvolvimento nas habilidades avaliadas e aqueles que apresentam menores graus de desenvolvimento nas referidas habilidades, permitindo se pensar em ações e políticas educacionais destinadas à promoção da equidade.

Na Figura 4, apresentada a seguir, está demonstrada a Proficiência Média, o percentual de participação e a distribuição do percentual de alunos por Padrão de

⁸ Disponível em: <www.idebescola.inep.gov/>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Desempenho, em Língua Portuguesa e Matemática, da escola EEZO no 7º ano do Ensino Fundamental, nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, em 2011, 2012 e 2013:

Figura 4 - Proficiência Média, Participação e Evolução do Percentual de Alunos da EEZO por Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa e Matemática – 2011 a 2013



Fonte: Cartaz Sadeam, 2013.

Analisando os resultados alcançados pelos alunos no Sadeam, expostos na Figura 4, constata-se que, em 2013, a escola EEZO apresentou uma participação igual a 88,0% dos alunos matriculados. Percebemos ainda que a Média de Proficiência dessa escola, em Língua Portuguesa, demonstra uma alternância nos anos avaliados, e apresenta uma redução quando comparados os resultados de 2012 e 2013, respectivamente 209,3 pontos e 208,7 pontos. Na disciplina Matemática, esse decréscimo fica mais transparente quando comparados os três

anos analisados, culminando com a Média de Proficiência igual a 212,7 pontos. Esta é uma das situações que se pretende investigar nesta pesquisa, apesar do acesso a um número maior de informações sobre a interpretação e apropriação dos resultados da avaliação externa proporcionado pela Seduc-Am, ainda assim a escola EEZO não apresentou melhoria nos índices de proficiência avaliados pelo Sadeam, em 2013.

Em relação ao Padrão de Desempenho, verifica-se que, em Língua Portuguesa, houve uma oscilação na distribuição dos percentuais de alunos nos quatro Padrões de Desempenho, entretanto, chama atenção o percentual de 22,8% dos alunos no padrão Abaixo do Básico em 2013, justamente aquele em que os alunos demonstram carência de aprendizagem do que é previsto para a sua etapa de escolaridade, quando o esperado é que haja uma diminuição deste percentual ao compararmos com os anos de 2011 e 2012. Já em Matemática, os percentuais nos mostram uma alternância na distribuição dos alunos nos mesmos Padrões de Desempenho entre os anos de 2011 e 2013, com uma preocupante elevação do percentual de alunos no Padrão de Desempenho Abaixo do Básico, da ordem de 37,4% dos alunos em 2013 quando comparado com o ano de 2012.

Ao analisarmos as informações da escola EEZO descritas na figura 4, percebemos uma alternância na distribuição dos percentuais de alunos nos quatro Padrões de Desempenho, quando comparados os anos de 2011, 2012 e 2013, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, com uma preocupante elevação do percentual de alunos no Padrão de Desempenho Abaixo do Básico, em 2013. Estes resultados acabaram por não favorecer a melhoria das médias de proficiência em 2013. O que impactou esta redução nos indicadores da avaliação externa do Sadeam em 2013 na EEZO é o que queremos verificar.

1.3.3 Os resultados das Escolas pesquisadas nas avaliações do Sadeam

Na caracterização das escolas objeto desta pesquisa, e com a intenção de identificar a situação dessas no Sadeam, será apresentado um histórico do desempenho de seus alunos focado no 7º ano do Ensino Fundamental, abrangendo os anos de 2011, 2012 e 2013⁹.

⁹ Recorte da presente pesquisa, conforme apresentado na introdução.

Apresentamos a seguir a evolução da Média de Proficiência das duas escolas em Língua Portuguesa e Matemática, no Sadeam.

Quadro 8 - Resultados das Médias de Proficiência das Escolas Pesquisadas no 7º ano do Ensino Fundamental – Sadeam 2011 - 2012 – 2013

ESCOLAS	SADEAM 2011		SADEAM 2012		SADEAM 2013	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
EEZCO	209,0	211,4	216,1	219,0	216,2	220,1
EEZO	207,1	213,2	209,3	213,1	208,7	212,7
REDE ESTADUAL	207,7	210,9	206,3	211,8	206,6	211,7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em CESPE/CAED/INEP/SEDUC/DPGF/GAD.

O que percebemos, ao analisar as Médias de Proficiência das escolas em questão é que a EEZCO apresentou significativas melhoras nas Médias de Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, enquanto a EEZO apresentou uma regressão nas mesmas médias e disciplinas, na avaliação externa do Sadeam no período de 2011 a 2013, apesar das duas escolas possuírem condições estruturais semelhantes, e, principalmente, terem sido submetidas às mesmas ações pedagógicas relacionadas à divulgação e apropriação dos resultados da avaliação externa trabalhadas pelo sistema estadual de ensino. Ao compararmos as médias de proficiência das escolas pesquisadas com os resultados do estado do Amazonas, percebemos uma evolução ainda tímida na EEZCO em 2011, enquanto a EEZO evoluiu apenas na disciplina Matemática, no mesmo ano, entretanto, no ano seguinte, 2012, percebemos uma evolução considerável nas duas escolas com médias de proficiência superiores aos resultados do estado nas duas disciplinas avaliadas. Ao analisarmos os resultados de 2013, percebemos que a EEZCO demonstra um considerável crescimento nas médias de proficiência avaliadas nas duas disciplinas em relação aos resultados do estado e dos seus próprios resultados de anos anteriores, enquanto a EEZO apresenta uma média de proficiência inferior

aos seus próprios resultados do ano de 2012, apesar de demonstrar um crescimento quando comparados com os resultados estaduais do ano de 2013.

Os resultados das avaliações realizadas fornecem informações para que o desempenho dos estudantes possa ser verificado. Ao comparar os resultados atuais com os anteriores, pode-se perceber a evolução do desempenho dos estudantes.

Os dados em análise das duas escolas, no que se refere à distribuição dos alunos nos Padrões de Desempenho, e já fartamente explicitados nas duas seções anteriores, nos mostram em Língua Portuguesa uma redução significativa dos alunos que se encontram no Padrão de Desempenho Abaixo do Básico na EEZCO, que culmina em 2013 com 12,4% dos alunos quando comparados desde 2011. Este resultado contrasta com a mesma disciplina na EEZO que, apesar da oscilação dos percentuais neste mesmo padrão ao longo dos anos avaliados, nos mostra um crescimento igual a 22,8 % dos alunos concentrados no Padrão de Desempenho Abaixo do Básico em 2013. Importante ressaltar que espera-se a redução cada vez maior do percentual de alunos neste padrão e uma evolução que caminhe para o crescimento dos percentuais de alunos até o Padrão de Desempenho Avançado.

Na disciplina Matemática percebe-se uma oscilação dos percentuais dos alunos no Padrão de Desempenho Abaixo do Básico nas duas escolas ao longo dos anos de 2011, 2012 e 2013, entretanto, é preocupante o alto percentual de alunos neste padrão em 2013, tanto na EEZCO com 31,1 % quanto na EEZO com 37,4 % dos alunos no Padrão de Desempenho Abaixo do Básico, principalmente se levarmos em considerações as ações de divulgação e apropriação dos resultados do Sadeam implementadas pela Seduc-Am no ano de 2012.

Aprofundar os conhecimentos sobre os Padrões de Desempenho se faz importante e fundamental como referência para a compreensão e localização da escola quanto ao seu desempenho acadêmico.

Nesse sentido, é preciso pensar em ações voltadas para atender não só àqueles que estão com uma proficiência igual ou muito próxima à média da turma ou se encontrem em um Padrão de Desempenho adequado, mas também aos alunos que estão distantes dessa média ou desse padrão, para mais ou para menos e, conseqüentemente, planejar atividades focadas em atender às necessidades de aprendizagem do máximo possível de alunos.

É importante destacar que as escolas EEZCO e EEZO, assim como as demais escolas estaduais da rede estadual de ensino, receberam, inicialmente, em

meados de março de 2013, os resultados em arquivos de mídia constando de planilhas com os resultados de todas as escolas da rede onde estão dispostas as médias de proficiência de cada ano/série e disciplina avaliados das escolas e outra planilha apresentando os percentuais de acertos dos Descritores em cada escola participante da avaliação externa. As Revistas Pedagógicas com informações detalhadas de cada escola e seus comparativos com os resultados das CDE e da própria rede estadual de ensino são disponibilizadas pela GAD, para as escolas, em meados de setembro.

De posse dos resultados da avaliação externa, cabe ao gestor escolar reunir com os professores e pedagogos de cada escola para socializar os resultados, refletir sobre os gráficos disponibilizados e definir um Plano de Ação Pedagógico, que deve estar centrado no replanejamento pedagógico das disciplinas avaliadas pelo Sadeam com foco nos descritores onde os alunos daquela escola obtiveram menores índices de acertos. Este Plano de Intervenção Pedagógica é elaborado pelo gestor, professores e pedagogos e entregue à Coordenadoria Distrital, que fará o monitoramento das ações planejadas e sua implementação nos diários de classe dos professores ao longo dos bimestres subsequentes de modo a perceber se os conteúdos replanejados estão contemplados no dia a dia dos alunos em sala de aula.

2 A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS, OS REFERENCIAIS TEÓRICOS E OS DADOS COLETADOS NA PESQUISA

Iniciamos este capítulo focando na discussão sobre a apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas fundamentadas nas concepções teóricas de autores como Pequeno (2000), Locatelli (2002), Vianna (2009), Soares (2004), Souza (2007), Souza e Oliveira (2010), Silva (2011), Brooke e Cunha (2011), Machado (2012), Souza e Bonamino (2012), Silva (2013) e Silva (2014). Todos os autores citados defendem a apropriação e utilização dos resultados das avaliações em larga escala pela equipe gestora e pelos professores, como instrumentos na busca constante do aperfeiçoamento das práticas pedagógicas na escola, garantindo assim que essas avaliações atendam o papel a que se destinam, qual seja o de melhorar a qualidade da educação. Importante ressaltar ainda, que estes autores lançam um olhar para as dificuldades que a maioria das escolas e seus respectivos sistemas têm ao se deparar com o desafio de colocar essas ações em prática.

Este capítulo tem o objetivo, também, de refletir a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada nas escolas alvo deste trabalho, alicerçado pelas contribuições teóricas, buscando compreender se as estratégias e ações desenvolvidas pela Seduc-Am, assim como pelas escolas, têm-se efetivado exitosamente no processo de apropriação dos resultados do Sadeam. Apresentamos, ainda, no tocante às concepções teóricas que fundamentam a importância da apropriação dos resultados como instrumento para a gestão pedagógica da escola a contribuição de cada autor na busca da escola perceber os resultados da avaliação externa como importante ferramenta voltada à reflexão sobre o trabalho pedagógico, assim como para a efetivação de políticas e ações que visem à melhoria da aprendizagem.

Foram selecionadas para esta pesquisa duas escolas estaduais que participaram das avaliações do Sadeam nos últimos três anos; tiveram as mesmas séries/anos escolares avaliados; participaram das mesmas ações de apropriação dos resultados promovidas pela Seduc-Am; apresentaram resultados divergentes quando comparadas as Médias de Proficiência e o percentual de distribuição dos alunos nos Padrões de Desempenho. Os depoimentos coletados, na pesquisa de campo, dizem respeito à forma como os gestores, pedagogos e os professores têm

se apropriado e utilizado dos resultados do Sadeam na definição de ações eficazes com vistas à melhoria do processo ensino e aprendizagem.

De acordo com o que já vimos no capítulo 1 desta dissertação, o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas – Sadeam - foi implementado no ano de 2007 com o objetivo de ser uma ferramenta para sistematizar o monitoramento do desempenho de cada aluno da série/ano escolar avaliado nas escolas estaduais, de forma a oportunizar a intervenção educacional a partir de avaliações diagnósticas dos alunos da rede de ensino amazonense.

A apropriação dos resultados das avaliações externas, tanto pelos sistemas de ensino, quanto pelas escolas, devem colaborar para uma profunda reflexão que oportunize rever todos os seus aspectos e gerar transformações. Vianna reforça:

Os resultados das avaliações não devem ser usados única e exclusivamente para traduzir um certo desempenho escolar. A sua utilização implica em servir de forma positiva na definição de novas políticas públicas, de projetos de implantação e modificação de currículos, de programas de formação continuada dos docentes e, de maneira decisiva, na definição de elementos para a tomada de decisões que visem a provocar um impacto, ou seja, mudanças no pensar e no agir dos integrantes do sistema (VIANNA, 2009, p. 14).

Nessa perspectiva, a Seduc-Am tem implementado ações que visam a enfrentar esse desafio, a partir de atividades planejadas e executadas pelas suas Gerências e Departamentos, lideradas na escola por suas equipes gestoras e contando com o comprometimento dos pedagogos e professores, conforme descrito com detalhes no Capítulo 1, na seção 1.2.4 Divulgação e Apropriação dos Resultados do Sadeam. A reflexão e compreensão em torno da necessidade da apropriação dos resultados do Sadeam tem o objetivo de impelir os educadores do Amazonas a otimizar a gestão pedagógica, o processo de ensino e aprendizagem e o desempenho acadêmico de seus alunos, como ficou evidente quando da apresentação, descrita no capítulo 1, acerca das ações voltadas para a melhoria da apropriação dos resultados das avaliações externas pelas escolas.

Frente ao exposto anteriormente e, no sentido de refletir sobre a importância da escola saber lidar com os resultados da avaliação externa enquanto uma efetiva e sistemática fonte de informações voltadas à constante reflexão sobre a ação pedagógica, assim como à implementação de estratégias e ações que estejam focadas na melhoria da aprendizagem dos alunos e, por consequência, a melhoria

dos resultados da escola, buscaremos fazer uma relação entre às concepções teóricas e o discurso de cada um dos autores citados, bem como a contribuição que os mesmos têm dado no que diz respeito à apropriação dos resultados da avaliação externa.

Brooke e Cunha (2011) nos mostram a importância da produção de “feedback” como objetivo central da avaliação externa. Partindo desse princípio, é fundamental que gestores, pedagogos e professores tenham absoluto domínio dos temas abordados pelas avaliações externas e a relevância dos seus resultados para que estes possam servir como alicerce principal na busca por soluções para os problemas de aprendizagem dos educandos. Complementando esse raciocínio, Souza e Oliveira (2010) enfatizam que os resultados da avaliação externa devem ser levados em consideração tanto pelos gestores dos sistemas de ensino quanto pelos demais profissionais que atuam nas escolas. Ainda de acordo com esses autores, os resultados das avaliações externas, precisam ser de conhecimento de toda a comunidade escolar, inclusive considerados nesse rol os pais e alunos, com o objetivo de oportunizar e garantir a transformação e democratização da educação através das dimensões de acesso, permanência e qualidade. Seguindo essa mesmo viés do pensamento acadêmico de Soares (2004), focamos na relação entre as funções das avaliações em larga escala e o papel do gestor enquanto líder das ações realizadas na escola com foco no trabalho coletivo que deve estar embasado na criação de um clima escolar de união e compromisso de todos que figuram entre os atores do processo de ensino e aprendizagem, lembrando que esses dois fatores, entre muitos outros, são fundamentais na busca do sucesso no seio da escola.

De Locatelli (2002), abordamos a crítica à ineficácia da utilização dos resultados da avaliação externa, baseado na carência de ações geradas com foco na análise dos dados coletados. No mesmo sentido, de Silva (2011), trazemos a ideia de que, devido ao grande número de avaliações externas já realizadas no Brasil, o maior desafio que se apresenta é o da apropriação e utilização desse conjunto de informações pelos gestores das escolas, gestores dos sistemas de ensino e elaboradores de políticas de avaliação.

Compartilhamos com Vianna (2009) que a utilização dos resultados das avaliações em larga escala, pelos professores, nos planejamentos escolares são a base para a definição de estratégias a serem implementadas pela escola na busca dos avanços necessários na melhoria da qualidade da formação acadêmica

oferecida aos alunos. Seguindo esse mesmo raciocínio, Machado (2012) argumenta que a escola deve assumir, também, a responsabilidade pela socialização das discussões sobre a análise dos resultados das avaliações externas nas reuniões escolares, encontros de capacitação e formação continuada objetivando que os professores possam refletir sobre a influência destes resultados no desempenho acadêmico dos alunos, ressaltando ainda que as discussões ultrapassem o limiar das médias e índices que a escola atingiu e cheguem na reflexão do desempenho dos alunos.

De Souza (2007), abordamos as considerações que fazem referência sobre as avaliações externas não como solução para os problemas da educação, mas sim que assumem o papel de mostrar quais vieses do processo de ensino e aprendizagem precisam ser melhorados, requisitando, dessa forma, atenção específica da equipe escolar.

De Pequeno (2000), refletimos sobre a importância da participação dos docentes em todas as fases do processo de avaliação, sendo este, segundo a autora, um fator decisivo para uma maior aceitação e aplicabilidade das orientações oriundas das avaliações externas, por parte dos professores, na incorporação destes resultados à prática pedagógica e, conseqüentemente, na melhoria do desempenho acadêmico dos alunos.

De Sousa e Bonamino (2012), destacamos os cuidados que a escola deve ter para que o trabalho pedagógico não se restrinja a uma constante preparação do estudante para participação nos testes das avaliações externas, priorizando as competências e habilidades descritas nas Matrizes de Referência sem levar em consideração a efetividade da Proposta Curricular da rede de ensino, que deve ser o objetivo principal da escola, levando em consideração que a Matriz de Referência é apenas um recorte do que está contido na Proposta.

Para finalizar, destacamos o pensamento de Silva (2014) sobre a importância da apropriação dos resultados da avaliação externa pelos gestores escolares, e a liderança que deve ser exercida pelo mesmo, no tocante a implementação de ações que privilegiem o trabalho coletivo e o fomento de momentos de formação na escola, objetivando que os pedagogos e professores se apoderem desses resultados e percebam o quão significativo essa “interferência” na prática pedagógica da escola pode levar a uma melhoria na aprendizagem dos alunos.

Tem-se observado a necessidade da utilização concreta e objetiva dos resultados da avaliação externa pela equipe gestora, pelos professores e por todos os integrantes da escola como base para a tomada de decisão sobre os destinos da mesma, principalmente nas atividades relacionadas às ações pedagógicas, pois não basta só identificar os percentuais de acertos dos descritores, pelos docentes, ou ainda comparar a Média de Proficiência de uma escola com outra, é preciso utilizar os resultados para uma reflexão conjunta de todos os integrantes da equipe na escola, para a redefinição e o planejamento de ações que conduzam a uma postura colaborativa no sentido de auxiliar os gestores, pedagogos e professores na definição de práticas que conduzam à melhoria do processo ensino e aprendizagem. Não podemos perder de vista que estas reflexões devem nos conduzir para um caminho onde o foco seja a exploração e apropriação efetiva dos resultados das avaliações externas a favor da aprendizagem, procurando assim cumprir os objetivos a que se propõem as avaliações externas.

Na seção adiante, apresentamos algumas reflexões sobre os processos de apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas enquanto ferramenta pedagógica de gestores, pedagogos e professores no cenário escolar, à luz dos teóricos aqui citados, entre outros.

2.1 Algumas considerações sobre a Apropriação dos Resultados das Avaliações Externas

No Brasil, de acordo com Souza e Bonamino (2012), as avaliações em larga escala se apresentam, no decorrer das fases de sua aplicação, em três gerações de avaliações.

Segundo as autoras, a primeira geração chamava a atenção para um caráter diagnóstico de qualidade sem, no entanto, prever alguma consequência direcionada para a escola e para o currículo. O foco principal desta fase era estava direcionado ao acompanhamento da evolução da qualidade da educação. A característica desta fase foram os testes cognitivos do SAEB, que conduziam a uma definição do que os educandos deveriam aprender e serem capazes de realizar ao final de determinados ciclos, entretanto, por ser de natureza amostral, não produziam grandes interferências no cenário da escola e no currículo.

Neste cenário, o sistema de avaliação brasileiro foi se ampliando a partir da década de 80 quando foi criado o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (Saep/MEC) que realizou uma aplicação piloto nos Estados do Paraná e Rio Grande do Norte, passando pela década de 90 com a criação e implementação do primeiro ciclo do SAEB, e chegando até a década de 2000 quando foi repaginado e ampliado com a inclusão da Prova Brasil, passando a ser uma avaliação em larga escala de caráter universal com aplicação bianual. A partir da solidez e robustecimento do SAEB, as redes estaduais e municipais de ensino começam a implantar seus sistemas próprios de avaliação. De acordo com as autoras já citadas, é nessa fase, onde surgem no universo educacional, as avaliações estaduais, o SAEB e a Prova Brasil, que as avaliações externas, enquanto diagnóstico, dão lugar a um novo propósito, o de associar resultados a responsabilidades.

Nessa segunda geração, a avaliação começa a traçar os rumos da responsabilização, dirigida aos professores e gestores do processo. Essa tendência se torna visível quando os resultados começam a ser publicados nas redes de ensino e escolas, possibilitando assim a criação de mecanismos que possibilitam aferir o desempenho destas.

Essa nova geração das avaliações enquanto política de responsabilização é marcada pela Prova Brasil, que tem seus resultados integrando o Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹⁰, com a definição de metas que deverão ser alcançadas pelas redes públicas de ensino até 2021.

Em 2006 ocorreu a divulgação dos resultados da Prova Brasil, por escola, e em escalas de desempenho, que foram publicados nos meios de comunicação, chamando a atenção para os melhores e piores resultados entre as escolas que integram as redes municipal, estadual e federal. Para as edições seguintes, da Prova Brasil, foram disponibilizados a todas as escolas, a Matriz de Referência¹¹ da Prova Brasil e do Saeb, tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio, assim como foram divulgados também alguns exemplos de Itens¹² comentados das provas anteriores, onde se percebe um direcionamento com o objetivo de

¹⁰ IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais em 2007.

¹¹ Matriz de Referência – é o referencial curricular do que será avaliado em cada disciplina e série/ano escolar, informando as competências e habilidades esperadas dos alunos.

¹² Item – é o nome dado para as questões que compõem a avaliação em larga escala, com uma diferença das propostas em sala de aula, pois o item avalia apenas uma habilidade, aborda uma única dimensão do conhecimento.

estabelecer o que se espera dos educandos e o que fazer para que alcancem as metas, ou seja, os atores do processo educacional são diretamente responsabilizados e tem referenciais para o trabalho que precisam realizar em busca dos objetivos.

Nesta fase, as avaliações são associadas às políticas de responsabilização, com o fulcro de estimular o professor, para que ele se comprometa com o aprendizado de seus alunos.

De acordo com as autoras, na terceira geração do ciclo de avaliações em larga escala, surge o que elas denominam de política de responsabilização sólida, ou seja, o instrumento que vai subjugar aos resultados, prêmios, bônus, sanções, às escolas e aos professores.

Nos referenciais teóricos pesquisados, quando nos deparamos com a relação entre a apropriação dos resultados das avaliações externas e medidas de responsabilização, esses discursos referem-se à instituição escolar, aos profissionais que dela fazem parte, à família ou, até mesmo, a todos, simultaneamente.

Para exemplificar este contexto, trazemos Brooke e Cunha (2011), que associam o termo responsabilização como *accountability*, chamando a atenção para duas vertentes conceituais deste termo, sendo um inspirado na concepção de prestação de contas, e, o outro, ligado à responsabilização pelos resultados. Os autores afirmam que:

quando aplicada especificamente à escola, a noção de prestação de contas significa a cobrança legítima de um serviço público de qualidade em troca da manutenção da escola com recursos públicos oriundos dos impostos pagos pela população. O segundo significado da palavra é inseparável e consequência do outro, mas expressa a ideia que o público tem o direito de demandar que a escola assuma sua responsabilidade direta pelos resultados de seus alunos. *Accountability*, portanto, significa uma cobrança por bons resultados e a demanda de que cada um dos atores envolvidos assumam a sua responsabilidade na produção desses resultados. (BROOKE; CUNHA, 2011, p. 21)

Neste sentido, Souza e Bonamino (2012), chamam a atenção para os riscos que as políticas de responsabilização podem criar, ao levar as escolas a se preocuparem, de forma excedida, com a preparação de seus alunos para os testes, criando o que se convencionou chamar de estreitamento do currículo, ou seja, deixam de priorizar os conteúdos curriculares dispostos em suas Propostas

Curriculares e focam o trabalho do professor nos conteúdos relacionados nas Matrizes de Referência dos sistemas de avaliação externa. As autoras defendem que, dentre os riscos:

Um deles é a situação conhecida como *ensinar para o teste*, que ocorre quando os professores concentram seus esforços preferencialmente nos tópicos que são avaliados e desconsideram aspectos importantes do currículo, inclusive de caráter não cognitivo. (SOUZA; BONAMINO, 2012, p. 383)

O Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam) é um exemplo dessa prática. No Amazonas, o Prêmio Escola de Valor, o 14º, 15º e 16º Salário, associam os resultados da avaliação a programas de meritocracia, dessa forma, podem contribuir para o risco de o professor pautar o conteúdo trabalhado em sala de aula ao conteúdo programático que será avaliado nas avaliações externas, e que está contido nas Matrizes de Referência.

Este é um dos desafios colocados pela avaliação em larga escala, ou seja, o risco de se concentrar o processo de ensino e aprendizagem em uma comprovação de competências e habilidades relacionadas nas Matrizes de Referências dos exames, configurando assim um movimento nos sistemas de ensino e nas escolas no sentido de ensinar para obter bons resultados nas avaliações externas, foco, portanto, apenas nos resultados.

Essa prática pode gerar impactos na organização do trabalho pedagógico, levando o professor, no momento do planejamento e de sua prática docente, a sentir-se pressionado em atingir as metas definidas pelos sistemas de ensino e pela escola, lembrando que o resultado obtido pela escola nas avaliações em larga escala depende de um conjunto de ações, dentre elas, a organização do trabalho na sala de aula, neste caso, elaborado para atender as exigências das avaliações externas.

Outro desafio no tocante à apropriação dos resultados, diz respeito às resistências apresentadas pelos professores com relação aos resultados das avaliações externas. A avaliação deve levar o docente a sentir-se responsável pelo seu fazer pedagógico junto aos alunos, deve levá-lo a perceber que os dados oriundos da avaliação devem ser utilizados na fundamentação do replanejamento pedagógico de suas ações com vistas à melhoria da forma como os processos acontecem no ambiente da sala de aula.

É de fundamental importância que os profissionais da escola percebam que os resultados das avaliações em larga escala podem oportunizar momentos de reflexão em busca da melhoria da prática pedagógica através do conhecimento das informações que estas avaliações proporcionam à escola. Urge que os profissionais da escola conscientizem-se da necessidade de realizar seu trabalho em sala de aula considerando o compromisso com a efetiva e sistemática aprendizagem do aluno e, conseqüentemente, com a melhoria da qualidade da educação. Nesse sentido, Souza e Bonamino (2012), afirmam que:

raramente [os professores] se sentem obrigados a prestar contas dos resultados de seu trabalho ou têm motivação para inteirar-se dos resultados das avaliações para levá-los em consideração em sua atuação educacional e pedagógica. (SOUSA & BONAMINO, 2012, p. 386).

Entre os grandes desafios colocados no tocante a qualquer sistema de avaliação externa, Locatelli (2002) enumera a sensibilização, comprometimento e participação de todos os atores do processo educacional nas várias fases que compõem este momento. A pesquisadora afirma que:

Para obter a adesão dos professores às avaliações de larga escala, é preciso que os professores entendam que essas podem ajudá-los, fornecendo informações complementares às avaliações que realizam. Para tanto, devem ser bem definidos e divulgados os objetivos das avaliações. (LOCATELLI, 2002, p. 5).

Nesse sentido, Vianna (2003) destaca que, tanto professores quanto alunos apresentam resistência aos resultados das avaliações externas, chegando até a apontar dúvidas em relação à generalização das conclusões:

É comum ouvirmos: - “a minha escola não fez parte da amostra” ou “os meus alunos não foram sorteados para a composição da amostra”. Tudo isso faz com que importantes avaliações tenham o seu impacto, quando ocorre, bastante restrito, ou até mesmo seja inexistente, em relação ao sistema e a suas escolas. (VIANNA, 2003, p. 10).

Tanto Locatelli (2002), quanto Vianna (2003), trazem no bojo de suas publicações diversas razões para ratificar o quase inexistente impacto das avaliações externas no processo educativo para os profissionais da escola: os relatórios não costumam chegar às mãos dos professores para fins de análise, discussão e estabelecimento de planos de ação; tais relatórios são demasiadamente

técnicos, possuindo um linguajar distante dos docentes que os recebem; os dados são apresentados em termos globais, sem identificação das unidades escolares; e a própria resistência cria barreiras para que os resultados sejam efetivamente utilizados na definição de novas estratégias pedagógicas.

Portanto, nesse sentido, apropriar-se dos resultados dessas avaliações, assim como compreender de que forma eles são produzidos, conduz o professor a perceber a relação existente entre os resultados da avaliação externa e o trabalho interno que ele realiza em sala de aula.

Outro desafio que as avaliações externas e seus resultados enfrentam na busca por uma educação de qualidade, está relacionado a pensar a avaliação externa como um projeto da escola. Nessa perspectiva, é preciso compreender a avaliação externa nas escolas como um poderoso instrumento de gestão onde a definição e adoção de políticas educacionais devem provocar não apenas a conscientização dos envolvidos, sobre a importância dos resultados, mas também preocupar-se com a forma como a gestão toma as decisões durante todo o processo avaliativo. Nesse sentido, Soligo (2010) afirma que:

Para transformar a avaliação em larga escala em um projeto da escola, há que se considerar a necessidade de formação de docentes e técnicos no assunto. Cursos internos, estudos dirigidos, palestras com especialistas e reuniões com explicações e discussões sobre o conjunto da avaliação externa precisam ser realizados. Pois não basta informar sobre a avaliação, faz-se necessário formar opiniões e indivíduos capacitados para problematizar o processo e os resultados. (SOLIGO, 2010, p. 7)

Ao relacionar a avaliação externa enquanto parte do contexto de um projeto de escola, espera-se que a apropriação dos resultados das avaliações externas no cenário das escolas e das secretarias de educação estaduais e municipais, esteja focada na interpretação pedagógica dos resultados e não apenas em visões simplistas como, por exemplo, a comparação de números, que podem oportunizar e favorecer a definição de ações que priorizem o trabalho coletivo entre os atores do processo ensino e aprendizagem na busca da melhoria da qualidade deste processo.

Nesse contexto do foco na apropriação dos resultados da avaliação externa criam-se as condições de identificação das ações que estão sendo realizadas e a possibilidade de levantar as hipóteses que nos mostram os fracassos e as possibilidades de melhoria.

No patamar da Secretaria de Educação, a interpretação dos resultados da avaliação em larga escala é uma incumbência que diz respeito a todos aqueles que têm a responsabilidade pela tomada de decisões que irão ecoar no cotidiano das escolas, aqui configurados desde o Secretário de Educação aos Técnicos, dos Coordenadores Distritais aos Assessores Educacionais, etc. No patamar da escola, esta é uma ocupação coletiva, onde devem ser envolvidos todos os professores de todas as áreas do conhecimento, e não apenas os professores de Língua Portuguesa e Matemática, levando-se em consideração que as áreas avaliadas nos testes são de fundamental importância para todos os professores, ainda que para alguns de forma indireta. Lembrando ainda que essas reflexões sobre os resultados da avaliação externa devem ser estendidas à comunidade escolar – pais e alunos – que têm o direito de compreender os resultados das avaliações.

Nesse sentido, Vianna (2003) reforça esse entendimento da necessidade da apropriação dos resultados da avaliação externa por todos aqueles que dela participam, de forma direta ou indireta, quando afirma que essa temática:

não pode ficar restrita ao âmbito da escola, deve, necessariamente, abranger todos os níveis da hierarquia da administração educacional, a partir das Secretarias de Estado, quando for o caso, passando por outros níveis, inclusive técnicos, até chegar à sala de aula e ao professor. A avaliação, conseqüentemente, não é uma ação isolada, integra toda a comunidade educacional e a própria sociedade. (VIANNA, 2003, p.15).

É importante termos a compreensão de que os sistemas de ensino, as equipes gestoras nas escolas, todos os professores, de todas as disciplinas e de todas as séries/anos escolares da Educação Básica, e tratando do presente trabalho, dando ênfase nos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental, devem sentir-se responsáveis com a aprendizagem dos alunos da escola. Importante ressaltar ainda que, as habilidades de leitura, bem como de resolução de problemas, aferidos nos testes padronizados, são desenvolvidas e consolidadas durante todos os anos de escolarização, e não apenas nas séries/anos avaliadas, levando em consideração que os alunos são apresentados a diversificados momentos de aprendizagem nos diversos campos do conhecimento (geografia, história, ciências, artes, etc.). Faz-se necessário perceber a importância da colaboração de todos os professores no processo de apropriação e utilização dos

resultados da avaliação externa, considerando que os esforços despendidos desse processo serão de todos.

O trabalho coletivo de apropriação dos resultados das avaliações externas oportuniza momentos de reflexões e questionamentos aos gestores, pedagogos e professores das escolas. Mais do que garantir a participação dos gestores das redes de ensino e das escolas, de todos os professores de todas as disciplinas, nessas atividades, é de fundamental importância garantir que todos compreendam a natureza dos resultados e participem da vida escolar apontando encaminhamentos a partir deles.

Nesse sentido é que se deve pensar o projeto de escola, onde a articulação entre as três vertentes da gestão, representadas aqui pelo macro sistema (Secretaria Estadual ou Municipal); meso sistema (equipe gestora na escola) e micro sistema (sala de aula) devem planejar as ações e implementá-las de modo sistemático e eficaz, onde todos, tenham consciência e compreensão dos dados produzidos pelas avaliações externas, saibam os seus significados e, principalmente, como utilizá-los na busca pela qualidade da educação.

Frente à necessidade de que a avaliação em larga escala esteja inserida nas discussões do projeto da escola, urge que se reflita sobre a formação de professores e técnicos a cerca deste assunto, sem deixar de lado a responsabilidade das redes de ensino e gestores escolares com esta mudança de cenário. Muito já se tem feito através de oficinas, cursos, reuniões, palestras e estudos envolvendo o universo relacionado a avaliação externa, entretanto, não basta informar os atores deste processo sobre a avaliação, é preciso ir mais longe e, envolver todos de forma que compreendam o processo e os resultados que dizem respeito ao tema em questão, garantindo-lhes as condições necessárias para se apropriarem dos resultados das avaliações em benefício da qualidade do ensino nas escolas.

Com relação a isso, Vianna (2003) destaca a importância de refletirmos nos resultados das avaliações, não apenas para demonstrar o desempenho escolar, mas principalmente voltado para a formação dos professores:

A avaliação educacional não subsiste isoladamente, devendo estar associada a outros programas, destacando-se, inicialmente, o de capacitação docente; em que a área da avaliação deve integrar, necessariamente, o conjunto das atividades que levam à formação de professores em quaisquer dos níveis de ensino; por outro lado, a avaliação

precisa estar ligada à pesquisa educacional voltada para a realidade dos problemas educacionais relevantes. (VIANNA, 2003, p. 14).

Importante perceber que as avaliações em larga escala não são o objetivo final da educação, mas sim, que elas sejam a ferramenta capaz de criar as condições necessárias para análise da qualidade da educação em cada escola.

De modo geral, partindo da premissa que a avaliação mostrará um diagnóstico que apontará os rumos para uma tomada de decisão, por parte das redes de ensino e da escola, no replanejamento do seu fazer pedagógico, aí está colocado o principal desafio dos sistemas de avaliação, tanto das redes estaduais quanto municipais, e da própria escola, em relação aos resultados desta avaliação, qual seja, o uso pedagógico dos resultados, isto é, como se apropriar dos resultados da avaliação externa e sua consequente utilização didática e pedagógica no aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem de nossos alunos.

Nesse sentido, na percepção de Pestana (2013), a disseminação, leitura e interpretação dos resultados da avaliação são uma das etapas mais desafiadoras para a gestão das políticas públicas instituídas pelos governos, segundo o autor:

Como há convergência entre todos os que lidam com o tema da avaliação educacional em considerar as informações da avaliação necessárias e úteis, pode-se dizer que parte significativa das preocupações diz respeito à disseminação das informações. A disseminação, entendida aqui como o desenvolvimento e a utilização de ferramentas de divulgação de informações que permitam a apropriação significativa e consequente dos resultados das avaliações por parte dos interessados, é uma preocupação permanente daqueles que desenvolvem um sistema de avaliação. (PESTANA, 2013).

Corroborando esse mesmo pensamento, Locatelli (2002) faz críticas a cerca do tratamento dado a essas informações, e o quanto elas poderiam colaborar para oportunizar mudanças na qualidade da educação oferecida pelos sistemas de ensino e pelas escolas. O autor afirma que:

os dados gerados por pesquisas deste tipo viabilizam tão grande quantidade de informações que estas terminam por não serem eficazmente utilizadas nem pelas instâncias produtoras do conhecimento, nem pelos gestores dos sistemas. Alega-se, finalmente, que, em geral, não são implementadas medidas derivadas da análise dos dados coletados. (LOCATELLI, 2002, p. 6).

Também nessa linha de pensamento que aborda a dificuldade que as instâncias envolvidas na leitura e interpretação dos resultados da avaliação e o seu interesse, aproveitamento, adesão e mobilização demonstram e que aguardam a sua utilização adequada, estão os estudos da Revista Avaliação e Aprendizagem, ao afirmar que:

Mesmo ocupando espaço central no desenho das políticas educacionais de estados e municípios, estudos apontam que as informações produzidas por essas avaliações ainda não são suficientemente exploradas como subsídio para a gestão educacional e o trabalho pedagógico. Observam-se dificuldades para a compreensão dos resultados e pouca influência destes nos planejamentos e intervenções educacionais, o que indica a necessidade de trabalho direcionado para atender às novas demandas de uso, tanto por parte de escolas como de secretarias de educação. (CENPEC, 2013, p. 6):

Desse modo, gestores das redes de ensino, gestores escolares, pedagogos e professores devem ter em mente que os resultados das avaliações devem estar centrados na efetivação de ações pedagógicas que garantam o melhor desempenho dos alunos, onde seja possível que um número cada vez maior de educandos se aproprie com segurança e efetividade dos conhecimentos inerentes às competências e habilidades esperadas para cada fase escolar.

As colocações dos autores citados nos levam a compreender que a disseminação, leitura e interpretação dos resultados das avaliações externas nos mostram alguns caminhos no sentido da reflexão sobre o planejamento e definição de políticas educacionais, a cerca do trabalho de assessoramento educacional e da prática pedagógica, desde os corredores da Secretaria de Educação até o interior das escolas, principalmente quando os resultados dizem respeito a aspectos ou elementos que podem influenciar no conjunto das atividades escolares do processo de ensino e aprendizagem e, futuramente, na vida de nossos educandos.

É nesse sentido que deve ser pensado a avaliação externa, como um ponto de partida, primordial e essencial para apoiar o trabalho pedagógico em todas as instâncias institucionais do meio educacional. Devemos ter em mente que o foco, o destino à vista, devem ser o direito de aprender de nossos educandos e a busca constante pela melhoria do ensino no seu contexto global.

Portanto, mister se faz que todos os profissionais da escola e do macro sistema de ensino tenham a compreensão do real significado dos dados e informações oriundas das avaliações externas, chegando mesmo a dominar esta

temática de modo a sensibilizar e envolver alunos, pais e comunidade na busca da melhoria do processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração os seus resultados. Faz-se necessário que tenham a percepção de que os resultados devem ser apropriados não apenas com o objetivo de definir e implementar ações, mas além disso, ultrapassar o paradigma de que a avaliação externa é mais um instrumento de controle sobre o trabalho educacional, ou ainda, que seja sua função comparar os resultados das escolas.

2.2 Apropriação dos resultados do Sadeam pelos gestores, pedagogos e professores das escolas pesquisadas

Nesta subseção, são apresentados os instrumentos de pesquisa, assim como as análises e reflexões sobre os resultados da nossa pesquisa de campo acerca da apropriação dos resultados do Sadeam em duas escolas da Rede Estadual do Amazonas, com base em considerações teóricas, nos dados documentais e nos coletados através das entrevistas semi estruturadas e grupo focal realizados durante pesquisa de campo.

Dividido em três partes, a primeira traz o percurso metodológico e a caracterização dos participantes da pesquisa. A segunda parte inicia-se com a seção 2.2.3, que mostrará a visão dos gestores e pedagogos das escolas pesquisadas, continuando com a seção 2.2.4, que trata da visão dos professores que participaram da pesquisa. Por fim a seção 2.3, traz algumas considerações sobre a apropriação dos resultados do Sadeam e sua relação com as escolas pesquisadas.

2.2.1 Percurso Metodológico

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a entrevista semiestruturada e o grupo focal, realizadas no ambiente escolar com o objetivo de perceber como gestores, pedagogos e professores enxergam as avaliações externas, o que pensam sobre este processo e procurando identificar como cada um dos envolvidos e a própria escola estão se apropriando destes resultados, das revistas pedagógicas enviadas às escolas e se eles conseguiam descrever as ações realizadas no ambiente escolar a partir da apropriação destes resultados.

As entrevistas semiestruturadas, nas duas escolas pesquisadas, contaram com a participação de um gestor(a) e uma pedagoga, de cada uma das escolas, um de cada vez, a partir de um roteiro previamente elaborado e dividido em três momentos: i) Conhecimento/Formação sobre avaliação educacional; ii) Divulgação dos resultados do Sadeam; iii) Apropriação dos resultados do Sadeam.

A escolha da entrevista semiestruturada se justifica por ser uma técnica que permite conhecer as percepções individuais de cada um dos entrevistados com relação às dinâmicas da apropriação dos resultados das avaliações externas em sua escola, além de oportunizar construir um entendimento coletivo sobre os métodos e ações inerentes a esse processo.

Nesse sentido, Duarte (2004) afirma a decisão acertada no emprego da técnica da entrevista semiestruturada a essa pesquisa, ao afirmar que:

nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (DUARTE, 2004, p. 215)

Quanto aos envolvidos na aplicação desse instrumento, sua definição se deu em razão do objeto de estudo, a apropriação dos resultados das avaliações externas pela equipe gestora, aqui compreendida na figura do gestor escolar e da pedagoga, estando, portanto, entendido a participação destes atores no cenário da gestão escolar, com ênfase na gestão pedagógica e no processo de ensino e aprendizagem.

A técnica do grupo focal foi empregada com a participação de dois professores de Língua Portuguesa e dois professores de Matemática, dos Anos Finais do Ensino Fundamental, perfazendo um total de quatro professores de cada uma das duas escolas pesquisadas, uma escola de cada vez, a partir de um roteiro previamente elaborado com o objetivo de conhecer o que os professores pensam e vivenciam sobre as avaliações externas e a apropriação dos seus resultados. O roteiro foi dividido em três partes, sendo: i) Conhecimento e Divulgação sobre avaliações externas; ii) Formação e Monitoramento das ações do Sadeam, e; iii) Apropriação dos Resultados do Sadeam.

A técnica do grupo focal foi escolhida por possibilitar a interação entre os entrevistados, levando-se em consideração que uns completam as respostas dos outros. Nesse sentido, Dias (2000) afirma que através desta técnica é possível:

identificar percepções, sentimentos, atitudes e idéias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade. Seus objetivos específicos variam de acordo com a abordagem de pesquisa. (DIAS, 2000, p. 3).

Além de possibilitar ao pesquisador a análise das linguagens verbal e não verbal, na interação com cada um dos grupos pesquisados.

A escolha pelos professores de Língua Portuguesa e Matemática, dos Anos Finais do Ensino Fundamental, deu-se em razão de estas duas disciplinas, atualmente, serem contempladas na avaliação do Sadeam, nesta modalidade de ensino. Considerando a importância da participação, envolvimento e contribuição dos professores das disciplinas avaliadas, não apenas do 9º ano, que participam da avaliação externa, mas também dos docentes destas disciplinas dos demais anos escolares, no que concerne à motivação e ao incentivo a todos os alunos se prepararem com entusiasmo para participar das avaliações externas, optamos em trabalhar com professores das disciplinas citadas de todos os anos escolares, 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano do Ensino Fundamental das escolas pesquisadas, compreendendo que suas reflexões produzirão importantes informações para o direcionamento do trabalho das escolas e consequentemente para o aprendizado dos alunos.

2.2.2 Caracterizando os participantes da pesquisa de campo

Objetivando ter uma melhor compreensão das respostas dadas pelos entrevistados e para que se entenda o contexto de cada um deles, apresentar-se-á uma rápida descrição dos respondentes, antes da exposição dos resultados obtidos com a pesquisa de campo.

2.2.2.1 Os gestores escolares das escolas pesquisadas

Os gestores entrevistados são aqui identificados por Gestora da Escola EEZCO e Gestor da Escola EEZO. Os dois são servidores efetivos do quadro do

magistério da Seduc-Am. Ambos cursaram Magistério no ensino secundário, possuem formação superior completa, com especialização em cursos da área da educação.

A gestora da EEZCO tem 46 anos, atua na gestão de escolas estaduais há 6 anos e está na função de gestora da escola pesquisada há 3 anos, antes de assumir a função de gestora atuou como professora de Língua Portuguesa em outras escolas. Já o gestor da EEZO tem 58 anos, há 5 anos exerce a função de gestor em escolas estaduais e desde fevereiro de 2012 está na gestão da escola pesquisada; atuou como professor de Matemática antes de assumir a gestão escolar.

2.2.2.2 As pedagogas das escolas pesquisadas

As pedagogas entrevistadas são aqui identificadas por pedagoga da Escola EEZCO e pedagoga da Escola EEZO. As duas cursaram no ensino secundário Magistério, no ensino superior Licenciatura Plena em Pedagogia e tem especialização em curso da área da educação.

A pedagoga da EEZCO tem 54 anos, é contratada através de Processo Seletivo Simplificado para desempenhar a função de pedagoga na Seduc-Am desde 2012, inicialmente desempenhou a função de Apoio Pedagógico em outra escola estadual e atualmente exerce a função de pedagoga na escola pesquisada há 2 anos. A pedagoga da EEZO também tem 54 anos, é servidora efetiva do quadro do magistério da Seduc-Am desde o ano de 2001 e exerce a função de pedagoga na escola pesquisada há 14 anos, ou seja, nunca atuou em outra escola.

2.2.2.3 Os professores das escolas pesquisadas

Os professores participantes da pesquisa de campo foram os docentes de Língua Portuguesa e Matemática que atuam nas duas escolas para todos as turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Quatro professores se mostraram dispostos a participar do grupo focal, sendo dois professores de Língua Portuguesa e dois professores de Matemática, de cada uma das escolas pesquisadas.

Os professores participantes da pesquisa serão aqui identificados com a seguinte descrição: Professores Escola EEZCO – P1A, P2A, P3A e P4A; Professores Escola EEZO – P1B, P2B, P3B e P4B.

Para facilitar a descrição dos sujeitos que participaram desta pesquisa, será montado um quadro com o resumo do perfil dos professores das escolas EEZCO e EEZO. Os Quadros 09 e 10 contêm os dados dos perfis dos participantes.

Quadro 9 – Perfil dos Professores da EEZCO

ESCOLA EEZCO	Professores	Componente Curricular	Grau de Formação	Tempo no Magistério	Tempo na Escola
	P1A	Língua Portuguesa	Licenciatura Plena	12 anos	11 anos
	P2A	Língua Portuguesa	Licenciatura Plena	15 anos	15 anos
	P3A	Matemática	Licenciatura Plena	22 anos	14 anos
	P4A	Matemática	Licenciatura Plena	20 anos	16 anos

Fonte: Elaborado com base nos dados dos questionários aplicados aos professores participantes da pesquisa.

Quadro 10 – Perfil dos Professores da EEZO

ESCOLA EEZO	Professores	Componente Curricular	Grau de Formação	Tempo no Magistério	Tempo na Escola
	P1B	Língua Portuguesa	Licenciatura Plena	10 anos	03 anos
	P2B	Língua Portuguesa	Licenciatura Plena	14 anos	03 anos
	P3B	Matemática	Licenciatura Plena	18 anos	08 anos
	P4B	Matemática	Licenciatura Plena	21 anos	09 anos

Fonte: Elaborado com base nos dados dos questionários aplicados aos professores participantes da pesquisa.

No próximo tópico, serão apresentados os resultados e as análises realizadas a partir do depoimento dos gestores e pedagogos das escolas pesquisadas.

2.2.3 A visão dos gestores e pedagogos das escolas EEZCO e EEZO

Nesta subseção serão apresentadas as visões dos gestores escolares, aqui identificados como gestora da EEZCO e gestor da EEZO, e pedagogos das escolas pesquisadas, aqui identificados como pedagoga da EEZCO e pedagoga da EEZO, sobre a divulgação e apropriação dos resultados do Sadeam no cenário escolar, cujas percepções foram identificadas através das entrevistas semi estruturadas, já descritas anteriormente na seção 2.2.1.

Para a organização das informações coletadas as questões que integram as entrevistas semi estruturadas foram classificadas em três partes, a saber: Parte I –

Conhecimentos sobre avaliação externa; Parte II – Divulgação dos resultados das avaliações na escola; Parte III – Ações relacionadas à apropriação dos resultados dessas avaliações, na visão da equipe gestora, junto aos professores e demais atores do cenário escolar.

Parte I – Conhecimentos sobre avaliação externa

Neste bloco, gestores e pedagogos das escolas pesquisadas, são indagados sobre quais as ações participaram envolvendo os resultados do Sadeam e quem foram os responsáveis pelas ações; até que ponto se consideram aptos a interpretar os resultados divulgados nas Revistas do Sadeam; e foram ainda solicitados a opinar sobre a importância dos resultados produzidos pelas avaliações em larga escala e especificamente pelo Sadeam.

Os gestores escolares EEZCO e EEZO, ao serem questionados sobre as ações que participaram envolvendo os resultados do Sadeam, foram unânimes em afirmar que tiveram acesso a essas informações em reuniões promovidas pela Seduc-Am inicialmente para divulgar os resultados da rede escolar e, em outros momentos, em reuniões promovidas pelos técnicos da Coordenadoria Distrital a qual a escola está vinculada, para divulgar os resultados das escolas dessa Coordenadoria.

Tanto a pedagoga da EEZCO quanto a pedagoga da EEZO afirmaram terem conhecido os resultados do Sadeam a partir das informações recebidas dos gestores de cada escola e depois, em reunião de pedagogos, na Coordenadoria Distrital.

O que se percebe nas respostas das duas equipes gestoras é que a Seduc-Am privilegia a figura dos gestores escolares nas ações de socialização dos resultados do Sadeam e deixa sob a responsabilidade deste a divulgação dos resultados na escola. Já a Coordenadoria Distrital, a qual cada escola pertence, envolve os pedagogos nesta ação de socialização dos resultados da avaliação externa.

Sobre o tópico em questão, chama a atenção na fala da gestora da EEZCO a preocupação com os índices que conduzem a bonificação e não a utilização dos resultados no diagnóstico da realidade pedagógica da escola:

as reuniões da Seduc-Am são basicamente para mostrar os resultados e as reuniões da Coordenadoria Distrital são mais na questão de dar sugestões

do que a escola pode fazer para continuar melhorando os índices.”
(GESTORA EEZCO, Entrevista concedida em jul. 2015).

É possível perceber uma preocupação maior com os índices gerados pelas avaliações externas, que acabam desaguando na valorização excessiva das políticas de bonificação para as escolas do que priorizar a compreensão de que o trabalho com os resultados dessas avaliações deve, primeiramente, estar ligada ao objetivo da análise diagnóstica e coletiva da realidade escolar e na busca por um redirecionamento das práticas pedagógicas da escola com vistas ao enfrentamento dos entraves ao sucesso do desempenho dos alunos na escola.

O trabalho pedagógico com foco na melhoria do processo de ensino e aprendizagem, em todos os seus aspectos, deve ser alicerçado em um trabalho que envolva gestores, pedagogos e professores para o exercício da tomada de decisões educacionais no âmbito da escola, e mais precisamente, da sala de aula. Deve estar fortalecido por embasamentos teóricos voltados a compreensão de como se pode aproximar estes conhecimentos, da ação propriamente dita, procurando usar a teoria como suporte para uma prática responsável, coerente e eficaz.

Perguntados sobre a importância dos resultados produzidos pelas avaliações em larga escala e mais especificamente pelo Sadeam, tanto a gestora da EEZCO quanto a gestora da EEZO, foram unânimes em falar do uso dos resultados como diagnóstico para melhoria das escolas, da criação de um Plano de Ação Pedagógico a partir destes resultados.

As pedagogas da escola EEZCO e EEZO, também comentaram sobre a importância dos resultados oriundos das avaliações externas, citando situações como a perspectiva de diagnóstico do desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática e a oportunidade de identificar práticas pedagógicas que possam garantir a melhoria dos índices educacionais.

Compreender os resultados das avaliações externas como diagnóstico da realidade escolar é um dos desafios dos profissionais da escola no replanejamento pedagógico em busca da melhoria do desempenho dos alunos, no aperfeiçoamento do projeto político pedagógico da escola, na definição de novos procedimentos didáticos-pedagógicos que atendam as demandas do momento que vivemos e, também, a possibilidade de melhoria de integração entre os profissionais da escola na busca de um clima escolar que garanta a satisfação de todos que ali convivem diariamente.

Urge que se repense este Plano de Ação em uma perspectiva que não seja apenas emergencial para atender os alunos avaliados naquele ano, mas que se crie uma cultura avaliativa na escola onde as informações resultantes das avaliações externas sejam trabalhadas pelo coletivo dos profissionais da escola para todos os educandos.

Em relação ao conhecimento que têm sobre os resultados divulgados nas Revistas Pedagógicas do Sadeam e a segurança em interpretar os resultados contidos nas Revistas que são disponibilizadas para cada escola, no 2º semestre do ano letivo, a gestora da EEZCO afirmou que domina parte do conteúdo mas não soube descrever os conteúdos da Revista Pedagógica. Já o gestor da EEZO afirmou dominar, em média, 70% do conteúdo das Revistas Pedagógicas, entretanto, também não soube descrever sequer uma das partes que compõem as Revistas do Sadeam.

Quando solicitados a mostrar as Revistas Pedagógicas da Escola, os dois gestores não souberam localizá-las em algum dos ambientes das escolas.

Sobre as Revistas Pedagógicas do Sadeam, a pedagoga da EEZCO afirmou que nunca viu as Revistas Pedagógicas do Sadeam na escola, o que sabe sobre as Revistas ela pesquisou na internet. A pedagoga da EEZO afirma ter dificuldades em interpretar os resultados contidos nas Revistas, disse ainda que quando as Revistas chegam na escola já está no final do ano e os alunos já estão saindo da escola para outra de Ensino Médio, mas que as reuniões promovidas pela Coordenadoria Distrital tem ajudado neste sentido da compreensão dos resultados da avaliação. As pedagogas das duas escolas pesquisadas não souberam localizar as Revistas em algum lugar da escola, quando solicitadas pelo pesquisador.

As Revistas Pedagógicas do Sadeam, entregues aos gestores escolares na versão impressa e disponível no site oficial do Sadeam¹³, detalham a temática da Avaliação Externa, apresentando: um histórico das aplicações do Sadeam desde a sua criação, os termos utilizados com a Avaliação Externa, como Matriz de Referência, Escala de Proficiência, Habilidade, Item, parâmetros da TRI, e outros.

O posicionamento dos gestores e pedagogas reflete a pouca importância dada, pelos mesmos, ao importante material representado pelas Revistas. Conclui-se que não há muita preocupação, por parte das equipes gestoras das duas escolas,

¹³ Disponível em: < www.sadeam.caeduff.net>. Acesso em: 13 ago. 2015.

em conhecer os benefícios do acesso as informações contidas nas Revistas Pedagógicas e utilizá-las como recurso de apoio às intervenções no fazer pedagógico dos professores em busca da melhoria do desempenho dos alunos nas avaliações externas.

Percebe-se, ainda, que a abordagem do tema apropriação dos resultados, pela Seduc-Am, permanece bastante limitado a reuniões e oficinas para a divulgação dos resultados do Sadeam aos gestores escolares, sem um maior detalhamento de como deverão trabalhar estes temas nas escolas; como explorar o conteúdo das revistas junto aos profissionais da escola se o próprio gestor não tem domínio sobre as temáticas apresentadas nas Revistas Pedagógicas que deveriam ser amplamente discutidas no cenário escolar.

Muito embora não se tenha conhecimento de um documento oficial da Seduc-Am tratando da importância da apropriação dos resultados das avaliações externas, entende-se que os resultados não falam por si mesmo, que eles devem ser discutidos e que as ações devem ser traçadas a partir da preocupação de que os gestores escolares tenham acesso a ferramentas e estratégias que oportunizem a interpretação dos resultados obtido pelas escolas.

Nesse sentido, Arruda e Noronha (2009) demonstram esta preocupação ao afirmar:

Como a prática das avaliações sistêmicas está cada vez mais difundida, torna-se imprescindível a criação de ferramentas que, primeiramente, permitam aos gestores escolares proceder a análise dos resultados obtidos por sua escola, a fim de que identifiquem corretamente os fatores que os levaram a aquele desempenho e, num segundo momento, ofereçam ao gestor algumas estratégias de intervenção para sanar as possíveis deficiências encontradas e acompanhar o desenvolvimento de seus alunos. (ARRUDA e NORONHA, 2009, p. 2).

É possível perceber nas estratégias da Seduc-Am, voltadas para os trabalhos envolvendo as avaliações externas, muitas lacunas relacionadas às orientações aos seus departamentos escolares no macro sistema, às Coordenadorias Distritais, aos gestores escolares, aos pedagogos das escolas e aos professores no sentido da realização de ações efetivas e sistemáticas voltadas às discussões dos resultados e a definição de estratégias pedagógicas para a apropriação destes resultados.

Parte II – Divulgação dos resultados das avaliações na escola

Neste bloco procurou-se sondar de que forma os resultados das avaliações do Sadeam chegam em cada escola pesquisada e qual o pensamento dos entrevistados em relação à acessibilidade e divulgação dos resultados.

Os gestores e pedagogos das escolas pesquisadas afirmaram ter recebido os resultados por email e logo depois por mídia digital (em CD) no final do 1º bimestre letivo, em meados de abril.

Indagados sobre a intelegibilidade aos resultados do Sadeam, a gestora da EEZCO disse que o material é de fácil compreensão, que os resultados recebidos no CD são de todas as escolas avaliadas e que ela “filtra” para ver apenas os resultados da escola EEZCO. O gestor da EEZO foi bastante sucinto na resposta e se limitou a responder que os resultados são bastante acessíveis.

As respostas dos dois gestores indicam que os resultados das avaliações externas chegam às escolas ainda no início do ano letivo, em tempo de os profissionais da escola poderem refletir sobre estes resultados e replanejarem sua prática pedagógica no sentido atender as demandas oriundas dos relatórios avaliativos.

A pedagoga da EEZCO afirmou ter conhecido os resultados da escola, no Sadeam, através da reunião organizada pela Coordenadoria Distrital, onde foram expostos os índices de todas as escolas e foram chamados a apresentar estes resultados aos professores, com objetivo de refletirem e elaborarem o Plano de Intervenção da escola para melhoria dos resultados. A pedagoga afirmou ainda que a gestora apresentou os resultados da escola no Sadeam aos professores e, posteriormente, aos pais dos alunos, procurando sensibilizar todos para a importância da família e da escola com a melhoria dos resultados.

A pedagoga da EEZO afirmou ter acessado os resultados do Sadeam por email, detalhando que os resultados que recebeu foram de todas as escolas e assim foi possível perceber, segundo a mesma, que a EEZO havia avançado pouco em relação a outras escolas. A pedagoga da EEZO também foi concisa na sua resposta e apenas disse que não teve problemas em acessar o resultado da escola.

Com base na experiência do pesquisador como gestor, podemos afirmar que a realidade observada nas escolas é que mesmo após o recebimento dos relatórios dos resultados de suas escolas, os gestores continuam envolvidos com os demais

afazeres diários da escola, na expectativa de que a Coordenadoria Distrital ou a Seduc-Am direcionem as atividades relacionadas aos resultados das avaliações externas.

Seria de fundamental importância que tanto o macro sistema educacional quanto as escolas enveredassem por um caminho que possibilitasse o entendimento e utilização das informações divulgadas nos relatórios de disseminação dos resultados. Nesse sentido, talvez seja essa a mais importante etapa de todo o processo das avaliações externas: garantir a apropriação dos resultados das avaliações externas tanto em nível de políticas públicas, quanto nos projetos pedagógicos das escolas.

Parte III - Apropriação dos resultados do Sadeam

Devido a extensão do tema referente a este bloco, foram criados itens aos quais serão vinculados os grupos de questões da entrevista semi estruturada, a fim de melhor reproduzir as impressões dos entrevistados sobre a apropriação dos resultados do Sadeam no cenário escolar, a saber:

a) Ações de Apropriação dos Resultados do Sadeam na Escola:

Neste conjunto de perguntas, procurou-se verificar a percepção dos entrevistados quanto às mudanças na prática profissional dos mesmos a partir das ações desenvolvidas em relação a avaliação externa e seus resultados; as ações de socialização dos resultados pedagógicos do Sadeam junto a equipe gestora, professores, alunos e comunidade; a descrição das ações promovidas pela Seduc ao trabalhar os resultados do Sadeam.

Indagada sobre as mudanças percebidas em sua prática após a implementação de ações voltadas as avaliações externas na escola, a gestora da EEZCO afirma que, após participar das ações da Seduc-Am e da Coordenadoria Distrital, o trabalho com os resultados das avaliações:

passou a exigir mais da gente, a gente tem uma meta a alcançar, e se tem uma meta tem um planejamento, você tem que se apropriar de tudo sobre sobre os dados, propor ações para tentar melhorar e crescer cada vez mais. Com certeza passou a exigir mais de mim e com que eu me organizasse

mais por conta das avaliações. (GESTORA EEZCO, entrevista concedida em 09 jul. 2015).

Sobre o mesmo tema em questão o gestor da EEZO afirmou que:

até algum tempo atrás não tinha como a gente enxergar o resultado da escola e a partir do momento que a Seduc-Am começou a exigir que se trabalhasse em cima dos resultados eu acho que melhorou muito a educação no Amazonas” (GESTOR DA EEZO, entrevista concedida em 07 jul. 2015).

Em relação às mudanças em sua prática pedagógica, a partir do contato com as ações voltadas as avaliações externas, a pedagoga da EEZCO diz que:

precisou conhecer um pouco mais sobre os resultados da avaliação externa para estar mais bem preparada para intervir com práticas inovadoras naquilo que precisa ser melhorado na escola e para estar mais próxima do trabalho dos docentes a fim de ajudá-los e orientá-los no que for necessário para alcançar melhores resultados.(PEDAGOGA EEZCO, entrevista concedida em 10 jul. 2015).

Já a pedagoga da EEZO, sobre o mesmo tema abordado, afirmou que:

a gente esbarra em muitas dificuldades, principalmente por parte dos professores que não aceitam as mudanças, os pais dos alunos são muito ausentes e eu acabo me desestimulando devido estas dificuldades.”(PEDAGOGA EEZO, entrevista concedida em 07 jul. 2015).

Com exceção da pedagoga EEZO, que demonstra na sua fala um perfil avesso a mudança de postura profissional e pessoal em relação a importância das avaliações externas, os demais entrevistados correspondem às expectativas de serem levados a se apropriar dos conhecimentos necessários a trabalhar os resultados das avaliações externas no seio da escola.

Neste sentido, Souza e Oliveira (2010),afirmam que:

Embora isso não configure plenamente a construção de uma “cultura de avaliação”, objetivo explicitado na literatura proponente dessas iniciativas, indica a sedimentação, pelo menos por parte dos gestores dos sistemas analisados, da ideia da importância dos sistemas de avaliação.(SOUZA E OLIVEIRA, 2010, p. 817).

O que se percebe é uma mudança na postura dos profissionais da equipe gestora das escolas pesquisadas, indo ao encontro do que se almeja em relação as

avaliações externas, que é justamente a “cultura de avaliação” sendo implementada no cenário escolar.

Sobre a realização de ações de socialização dos resultados do Sadeam no ambiente escolar, promovidas pela Seduc-Am, os gestores entrevistados, tanto da EEZCO e EEZO, afirmam que ao receber os resultados, inicialmente, fazem uma apresentação dos gráficos aos professores, e a partir destes resultados elaboram um Plano de Ação voltado à reflexão a partir dos percentuais dos descritores com menos acertos pelos alunos na avaliação externa; posteriormente apresentam estes resultados aos alunos e também aos responsáveis dos alunos durante a Reunião de Pais bimestral.

Sobre este mesmo tema, a pedagoga da EEZCO e a pedagoga da EEZO foram unânimes em afirmar que estas ações acontecem em reunião da gestora com os professores e depois em reunião com a comunidade externa. Após a divulgação dos resultados do Sadeam, a pedagoga reúne com os professores para identificar os descritores com menos acertos nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática e elaboram um Plano de Intervenção para recuperar os conteúdos curriculares que dizem respeito a estes descritores.

Apesar do esforço da Seduc-Am em oportunizar momentos de reflexão, para os gestores escolares da rede estadual de ensino, voltados para a importância de enxergar os resultados das avaliações externas como um caminho para o replanejamento de ações pedagógicas com o objetivo de garantir a melhoria da aprendizagem dos alunos, ainda está longe a conscientização destes gestores para oportunizar esta reflexão na escola.

Analisando criticamente estas reuniões, percebemos que elas garantem o seu papel de divulgar os resultados, entretanto, não são capazes de garantir a definição de ações pedagógicas que levem à superação das possíveis dificuldades apresentadas pelos alunos. Essa definição das ações é uma responsabilidade dos gestores escolares em suas escolas sem que a Seduc-Am ou as Coordenadorias Distritais sequer apresentem sugestões, essas ações cumprem o seu papel na divulgação dos resultados.

Nesse sentido, Silva e Gimenes (2012), afirmam:

A crescente apropriação das avaliações externas e a discussão que desencadeia a cada onda de divulgação dos resultados não raro se converte em um momento ímpar de reflexão e autoavaliação da escola e

seus profissionais. Contudo, é fundamental que essa discussão tome as avaliações externas e seus resultados como um ponto de partida e subsidio capaz de orientar a ação e não como simples instrumento de cobrança que não se paute pelo trabalho pedagógico que pode ser aperfeiçoado e pelo reconhecimento em torno daquilo que pode ser feito até o momento. (SILVA E GIMENES, 2012, p. 81).

Com a ênfase dada aos números na apresentação dos resultados, geralmente traduzidos no formato de gráficos e tabelas, mas difícil se torna a sua compreensão e análise, é preciso associar a interpretação destes dados a partir da realidade do cenário escolar.

b) Divulgação e Análise dos Resultados do Sadeam pelos Professores sob a visão da equipe gestora.

A abordagem neste tópico procura chamar a atenção para a definição de tempos e espaços específicos voltados a discussão sobre os resultados das avaliações no cenário escolar e as percepções do gestor e pedagogo em relação a responsabilização dos professores, envolvendo os resultados das avaliações externas.

Ao ser questionada, sobre a disponibilidade de tempos e espaços específicos para os professores refletirem sobre os resultados das avaliações externas, a gestora da EEZCO, afirmou:

infelizmente essa ainda é uma deficiência na escola, devido o volume de trabalho do dia a dia na escola. Nós não podemos suspender aula, os pais reclamam quando os alunos são liberados mais cedo e aí a gente discute somente quando sai os resultados e nos momentos dos planejamentos bimestrais. Não tem uma discussão periódica, sistemática, que eu acho que deveria ter. (GESTORA DA EEZCO, entrevista concedida em 09 jul. 2015).

O gestor da EEZO afirmou que não dispõe de tempo no espaço escolar para estas discussões, que quando é preciso refletir sobre as avaliações externas os técnicos da Coordenadoria Distrital a qual a escola está ligada é que fazem estas reuniões com os professores.

A pedagoga da EEZCO afirmou que o tempo destinado na escola para discutir os resultados das avaliações externas com os professores acontece unicamente nos dias de planejamento bimestral, e na reunião envolvendo todos os professores, pedagoga e gestora.

A pedagoga da EEZO, por sua vez, afirmou que

geralmente acontece no início do ano letivo quando, em reunião com os professores, são apresentados os resultados para ver se avançou alguma coisa. Nessas reuniões participam o diretor, a pedagoga e todos os professores. Antes a gente trabalhava somente com os professores de Língua Portuguesa e Matemática. Parecia que as outras disciplinas não tinham importância nenhuma. Atualmente a gente percebe que todos têm responsabilidade com os resultados” (PEDAGOGA EEZO, entrevista concedida em 07 jul. 2015).

Faz-se necessário que gestores e pedagogos assumam a responsabilidade de oportunizar o estudo e as reflexões possíveis sobre as avaliações externas e seus resultados, no âmbito da escola, contribuindo para que todos os profissionais compreendam que estes resultados podem ser uma importante ferramenta na busca pela melhoria do desempenho dos estudantes.

A definição de momentos específicos e voltados para o planejamento estratégico, com foco nos resultados das avaliações externas, no cenário escolar, envolvendo todos os profissionais da escola, é de fundamental importância, considerando que não basta apenas identificar os descritores menos acertados pelos alunos e que precisam ser retrabalhados, é preciso definir ações de intervenção com o objetivo de sanar as deficiências encontradas.

Na sequência da entrevista foi solicitada a opinião dos gestores escolares e pedagogos com relação a identificar em que nível os professores se sentem responsáveis pelos resultados alcançados pela escola nas avaliações externas, a gestora da EEZCO afirmou que a maioria se sente responsável, entretanto, não conseguiu demonstrar como percebe essa reação dos professores. Disse ainda, e com muita ênfase, quase em tom de desabafo:

que uma boa parte dos professores continuam na mesmice, não procuram inovar na sala de aula, não procuram dinamizar suas atividades, acham que o aluno não tem mais jeito, acham que os alunos são os mesmos de vinte anos atrás. (GESTOR EEZCO, entrevista concedida em 10 jul. 2015).

Nessa mesma questão, o gestor da EEZO afirmou:

Eu vejo nós, e os professores, na completa solidão. Eles se sentem responsáveis sim mas não totalmente, nós sempre dizemos que a família também tem participação nos resultados. Por mais que o professor faça o melhor na sala de aula só isso não vai influenciar nos resultados. A

responsabilidade é metade da família e metade do professor. (GESTOR EEZO, entrevista concedida em 07 jul. 2015).

Perguntada se os professores se sentem responsáveis pelos resultados alcançados pela escola nas avaliações externas a pedagoga da EEZCO, afirma:

posso dizer que os professores se sentem responsáveis na faixa de 50%, os outros 50% são prejudicados pelos problemas sociais, envolvimento com drogas e pela família que não colabora com a escola na educação dos seus filhos” (PEDAGOGA EEZO, entrevista concedida em 10 jul. 2015).

Já a pedagoga da EEZO, sobre o mesmo tema, afirma:

eles se enxergam sim, eles comentam “o nosso 14º salário já era”. Eles se empenham fazendo mais atividades com os alunos, usam novas metodologias, a gente pensa que vai dar tudo certo e quando vem o resultado é uma negação. Outro problema é que os alunos não dão importância para as provas da escola quanto mais para o Sadeam, se a gente deixar eles respondem a prova do Sadeam em uma hora e já querem ir embora.” (PEDAGOGA EEZO. Entrevista concedida em 07 jul. 2015).

Percebe-se que a equipe gestora - gestor escolar e pedagoga – não conseguem desarticular esta visão, por parte dos professores, que a responsabilidade pelo sucesso do processo ensino e aprendizagem é dividida com os alunos e com a família. Evidentemente a participação da família no contexto escolar e o compromisso dos alunos com sua própria aprendizagem, fazem alguma diferença, na busca pela qualidade da educação nas escolas, entretanto, cabe aos profissionais da escola sensibilizar alunos e familiares para a atenção e cuidados que devem ter com a educação trabalhada nas escolas. Deve ser papel da escola articular as ações necessárias no sentido de mostrar a sua comunidade a importância do trabalho pedagógico realizado na sala de aula.

Socializar os resultados da escola, nas avaliações externas, para sua comunidade, deve ser um desafio a ser vencido, de tal maneira que todos percebam a real situação em que se encontram e juntos possam implementar ações que vençam essas dificuldades.

c) Monitoramento das Ações de Apropriação dos Resultados na Escola

Neste conjunto de perguntas procurou-se perceber se existe alguma ação em curso, implementada, pela escola, no sentido de melhoria do processo de apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas; qual a opinião dos entrevistados sobre a influência dos resultados dessas avaliações na qualidade de ensino ofertada pela escola.

Indagada se há alguma iniciativa, implementada pela escola, no sentido de aperfeiçoar o processo de apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas, a gestora da EEZCO informou que, após as discussões sobre os resultados da última avaliação divulgada, foi consenso entre professores e equipe gestora que o foco deveria estar em trabalhar as deficiências da escola na disciplina Língua Portuguesa, durante todo o ano, através de uma atividade interdisciplinar que foi denominada Feira Literária, onde seriam trabalhados os descritores que apresentaram maior percentual de erro na escola.

O gestor da EEZO afirmou que a pedagoga da escola é que está mais próxima das ações de aperfeiçoamento do processo de apropriação e utilização dos resultados do Sadeam, o gestor não soube descrever sequer uma ação neste sentido.

A pedagoga da EEZCO, ao abordar as iniciativas da escola no aperfeiçoamento do processo de apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas, falou do Plano de Intervenção realizado pelos professores, com foco na disciplina Língua Portuguesa e que culminou na implementação de um projeto interdisciplinar, chamado de Feira Literária, contextualizado com outras disciplinas e realizado através de gincanas onde foram trabalhados os descritores com menor percentual de acertos no Sadeam. Falou ainda que os professores de Matemática deram uma ênfase maior nos conteúdos trabalhados na Olimpíada de Matemática como preparatório para a próxima avaliação externa.

A pedagoga da EEZO, ao ser questionada sobre alguma iniciativa da escola para aperfeiçoar o processo de apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas, não soube citar nenhuma ação, se limitando a falar das reuniões onde são discutidos estes resultados com os professores e posteriormente com os pais.

A definição dessas ações no âmbito da escola, vão ao encontro do que Brooke e Cunha (2011), descrevem como sendo o objetivo das avaliações externas, a produção de “feedback”, a partir do qual as escolas planejam ações que podem minimizar os resultados negativos do desempenho dos alunos nas avaliações em larga escala.

Importante ressaltar que na fala da pedagoga da EEZO, do gestor da EEZO e do gestor da EEZCO, se percebe um desencontro de informações, que demonstra a dificuldade da equipe gestora em articular ações, no ambiente escolar, a partir dos resultados das avaliações.

Indagados se a apropriação dos resultados das avaliações externas interferem na qualidade do ensino ofertado pela escola, a gestora da EEZCO afirmou que:

com certeza, trabalhar a apropriação dos resultados na escola levam a melhoraria do ensino na instituição, faz com que a gente planeje mais, se organize mais, esteja preocupada com a qualidade do que nós fazemos. (GESTORA DA EEZCO, entrevista concedida em 09 jul. 2015)

Enquanto o gestor da EEZO, afirmou que:

Interfere para melhor, porque o professor as vezes ensina de uma forma não muita correta e com os resultados do Sadeam você tem uma visão deste trabalho. O Sadeam mostra o que o Estado quer da aprendizagem dos alunos. O professor consegue perceber se ele está trabalhando dentro do que é exigido ou não. (GESTOR DA EEZO, entrevista concedida em 07 jul. 2015)

Ao ser perguntada sobre a influência da apropriação dos resultados da avaliação externa na qualidade do ensino ofertado pela escola, a pedagoga da EEZCO respondeu “com certeza interfere e muito, porque a partir do momento que o docente começa a perceber o que tem que melhorar isso só leva ao crescimento profissional.” (PEDAGOGA EEZCO. Entrevista concedida em 09 jul. 2015).

A pedagoga da EEZCO informou ainda que a Coordenadoria Distrital acompanha de perto as ações da escola e a execução do Plano de Intervenção focado nos resultados do Sadeam, dando suporte à pedagoga e aos professores. A pedagoga da EEZO indagada se a apropriação dos resultados das avaliações externas interferem na qualidade do ensino da escola, afirmou “interfere sim, a medida que os professores identificam os descritores com menos acertos pelos

alunos fica mais fácil definir o que trabalhar em sala de aula.” (PEDAGOGA EEZO. Entrevista concedida em 07 jul. 2015).

Ter a percepção da importância dos resultados das avaliações externas serem trabalhadas na escola e, principalmente, acreditar que a apropriação destes resultados pode influenciar positivamente no trabalho pedagógico da escola, na busca da melhoria do desempenho do aluno é um ponto fundamental na compreensão do trabalho coletivo que precisa ser realizado, envolvendo os profissionais da escola.

As estratégias e as ações articuladas pelos gestores e pedagogas, no sentido de sensibilizar os professores, para a construção e consolidação de uma cultura de apropriação dos resultados, influencia positivamente, a gestão pedagógica da escola, contribuindo, decisivamente, no fazer pedagógico dos professores.

No tópico seguinte, será exposta a visão dos professores de Língua Portuguesa e Matemática, sobre a apropriação dos resultados das avaliações externas e em especial do Sadeam, nas escolas pesquisadas.

2.2.4 A visão dos professores das escolas EEZCO e EEZO

Nesta subseção, será apresentada a análise dos dados levantados pela aplicação da técnica do grupo focal (instrumento citado e descrito na subseção 2.2.2.3) de modo que seja possível perceber o atual estágio de desenvolvimento das estratégias e ações implementadas pela Seduc-Am, na visão dos professores das escolas pesquisadas, no contexto do processo de apropriação dos resultados do Sadeam. Essa análise será embasada nos referenciais teóricos discutidos neste trabalho (na seção 2.1), possibilitando, dessa forma, a reflexão de entendimentos e percepções alicerçados na realidade e ancorados por teorias já amplamente discutidos nos meios científicos.

O roteiro do grupo focal, ao qual foram submetidos os professores das duas escolas pesquisadas, foi organizado em três blocos, a saber: i) Conhecimento e Divulgação; ii) Formação e Monitoramento; e iii) Apropriação.

a) Conhecimentos sobre avaliações externas

De início procurou-se investigar o que os professores conhecem sobre as avaliações externas dos sistemas educacionais; com quais avaliações estão mais familiarizados; quais materiais com informações do Sadeam já tiveram acesso na escola; como os professores de sua escola tem acesso aos resultados do Sadeam; quais as suas impressões sobre os resultados do Sadeam em sua escola; a que fatores você atribui estes resultados na escola; se os professores sabem qual a Média de Proficiência da instituição e em qual Padrão de Desempenho Estudantil do Sadeam se encontra a escola .

Os quatro professores da escola EEZCO, demonstraram desconhecimento sobre o tema, pois citaram como exemplo de avaliações externas o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Processo Seletivo Contínuo da Universidade Federal do Amazonas (PSC-UFAM) e a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP).

Já na escola EEZO, os professores demonstraram conhecer sobre o tema em questão, citaram como exemplos de avaliações externas o Sadeam e a Prova Brasil. Uma professora afirmou: “Todas as avaliações externas que nós participamos tem o foco de avaliar a qualidade do ensino trabalhado na escola” (P4B). Dois professores da EEZO, descreveram da seguinte forma a metodologia das avaliações: “Quando acontece alguma avaliação nós somos informados do dia em que vai acontecer com um ou dois dias de antecedência. Sempre é o professor de Língua Portuguesa ou Matemática que fica na sala acompanhando o Aplicador da prova e na maioria dos casos nós somos, em seguida, sabatinados com os questionários.” (P1B); “O objetivo é avaliar os alunos em Língua Portuguesa e Matemática.” (P3B).

A fala dos professores da EEZCO reproduz as vozes de muitos professores da rede estadual de ensino que ainda desconhecem as avaliações externas e sua importância para o desenvolvimento de ações pedagógicas, principalmente ao que diz respeito às desigualdades de aprendizagem.

É possível constatar que os professores da EEZO, ao contrário, dizem conhecer sobre as avaliações externas, porém, suas falas evidenciam que não há articulação entre a equipe gestora e os professores no processo que antecede as avaliações. O trabalho pedagógico articulado é uma condição fundamental para que

a escola conduza um trabalho eficaz e eficiente visando a melhoria da qualidade do ensino. Soligo enfatiza que

As avaliações em larga escala contribuem para a melhoria da qualidade da educação, não apenas como um instrumento para aferir as competências e habilidades, mas como uma ferramenta contínua de trabalho, onde professores, gestores e técnicos identificam condições problemáticas para propor novas possibilidades pedagógicas da escola. (SOLIGO, 2010, p.5)

De acordo com o autor, as avaliações externas podem ser consideradas uma ferramenta de trabalho a ser utilizada pelos profissionais que lidam com os processos pedagógicos.

Outro aspecto identificado na fala dos professores da EEZO refere-se aos questionários aplicados por ocasião dos testes. Ao referir-se a eles como uma “sabatina” de questões, os professores demonstram não reconhecer que os resultados obtidos através dos questionários estão relacionados com os fatores contextuais que interferem no desempenho, tanto de forma positiva quanto negativa.

Indagados sobre o acesso a materiais com informações do Sadeam no ambiente escolar, uma professora da EEZCO afirmou que: “ A gestora faz a apresentação sobre os resultados do Sadeam, em slides, onde são demonstrados os descritores onde os alunos tiveram mais dificuldades onde são destacados o que a escola tem que melhorar.” (P1A). Os demais professores (P2A, P3A e P4A) também confirmaram suas participações na reunião com a gestora e disseram ainda terem participado das reuniões promovidas pela Seduc-Am para divulgação dos resultados. Na escola EEZO, os professores P3B e P4B afirmaram nunca terem tido acesso a nenhum material do Sadeam e que já ouviram falar das Revistas do Sadeam, mas nunca manusearam nenhuma delas. O professor P2B afirmou que teve acesso as informações apenas através das apresentações da gestora, sobre os resultados da escola.

A divulgação dos resultados é condição precípua para que a escola inicie um processo de apropriação dos mesmos. O ato de divulgar não significa ranquear ou classificar as escolas em relação aos índices, porém isto é inevitável e compromete os objetivos reais da avaliação externa. Se a divulgação tiver a intenção de expor resultados, é possível que a equipe da escola reduza ou anule suas pretensões de melhoria do processo educativo.

O uso dos materiais de divulgação deve ser planejado em conjunto com a equipe pedagógica da escola, analisando suas especificidades e buscando significado aos dados.

As Revistas do Sadeam são ferramentas esclarecedoras que proporcionam entendimento da avaliação externa desde a composição da matriz de referência até a interpretação das escalas de proficiência. É um material disponível e acessível, porém, como pudemos constatar pouco utilizado como subsídio para a compreensão inteligível do Sadeam.

Foi solicitado aos professores que fizessem uma análise sobre os resultados do Sadeam na sua escola e, identificassem os fatores aos quais eles atribuem estes resultados. O professor P1A comentou que os resultados da escola EEZCO melhoraram devido “ao empenho dos professores após a apresentação dos resultados do Sadeam quando decidiram implementar um Plano de Ação envolvendo todos os professores para execução da Feira Literária, com base no programa Rede de Letras da seduc-Am.” (P1A). Os demais professores (P2A, P3A E P4A) relataram que algumas ações da Seduc-Am deram um apoio ao trabalho dos professores, entre estas ações, citaram as apostilas do Sistema Positivo de Ensino, os estagiários de Língua Portuguesa e Matemática que fazem parte do programa Reforço Escolar e a uma maior participação da família dos alunos que tem correspondido sempre que são chamados a escola para tratar de assuntos relacionados a aprendizagem dos jovens.

Sobre a mesma temática, os professores da escola EEZO afirmaram que os resultados estão ligados diretamente ao pouco comprometimento dos alunos com o ato de estudar e ao fato das famílias não assumirem a responsabilidade pela educação de seus filhos juntamente com a escola. Um dos professores da EEZO afirmou que “quando é dia de prova do Sadeam e os alunos são informados da data da prova antecipadamente, eles faltam a aula, ou ainda quando estão na sala eles respondem a prova de qualquer jeito e querem logo sair da sala. Talvez se eles se comprometessem mais o índice da escola seria melhor” (P2B). Todos os outros professores (P1B, P3B E P4B) corroboraram a fala do professor P2B, atrelando os baixos índices da escola EEZO a responsabilidade dos alunos e professores.

A questão da responsabilização dos resultados das avaliações externas, e em específico do Sadeam, objeto de nosso estudo, engloba um conjunto de fatores internos e externos que influenciam diretamente no desempenho dos alunos, os

quais são evidenciados nos relatórios contextuais oriundos das respostas aos questionários contextuais.

Desta feita, é importante que os professores devam saber interpretar estes relatórios, os quais demonstram pistas sobre os motivos do baixo desempenho. Há por detrás do entendimento dos relatórios contextuais a necessidade de o profissional ser competente para perceber os vieses socioeconômicos implícitos nas circunstâncias reais em que vivem os alunos. A postura proativa, colaborativa e de responsabilização compartilhada da escola frente a estas circunstâncias pode vir a ser um elemento facilitador do sucesso escolar dos alunos.

Em relação a Média de Proficiência e ao Padrão de Desempenho Estudantil do Sadeam de cada uma das escolas pesquisadas, os professores da EEZCO e EEZO, afirmaram desconhecer estes números. Todos os professores foram unânimes em dizer que estes números foram informados durante a reunião onde a gestora apresentou os resultados do Sadeam, entretanto, não sabiam ao certo seu significado e nem os índices precisos de cada uma das escolas pesquisadas.

A divulgação dos resultados não tem significado positivo se o mesmo for interpretado e utilizado apenas como medição.

Horta Neto (2010) apresenta o conceito de avaliação externa como

ir além das medições ou apresentação de resultados e envolveria a definição de políticas e estratégias governamentais que levariam ao aperfeiçoamento institucional e do próprio processo de ensino-aprendizagem em seus diferentes graus e modalidades. (NETO, 2010, p.86).

Considerando esta definição, o autor enquadra, implicitamente a necessidade do uso dos resultados para planejamento e execução de políticas públicas com vistas a qualidade da educação.

Isto posto, na ocasião da divulgação, os dados devem ser apresentados com clareza para oferecer aos interessados uma visão ampla dos problemas levantados. Quanto à apropriação, esta tem relação com a responsabilização dos dados obtidos pelos diferentes níveis do sistema educacional, ou seja, utilizar os dados como fonte de informação para planejar e executar políticas com o objetivo de aprimorar a qualidade da educação.

b) Formação e Monitoramento das avaliações externas

Neste tópico pretende-se investigar o que pensam os professores sobre a relação entre a Matriz de Referência do Sadeam e a Proposta Curricular da Seduc-Am; se os professores conseguem perceber a articulação entre as habilidades que são planejadas para serem trabalhadas em sala de aula, e que devem estar contidas na Proposta Curricular da Seduc-Am, e o que é avaliado pelo Sadeam; identificar quais ações ou projetos foram desencadeados na escola a partir da análise dos resultados do Sadeam; se a equipe gestora define tempos e espaços específicos na rotina escolar para a discussão dos resultados das avaliações externas e como isso acontece.

Foi proposto aos professores das duas escolas que fizessem uma relação entre os conteúdos curriculares que compõem a Proposta Curricular da Seduc-Am e a Matriz de Referência do Sadeam, que é um pequeno recorte do currículo trabalhado na escola e é a base para elaboração da avaliação do Sadeam. Os professores da EEZCO se posicionaram em crítica àquilo que é cobrado dos alunos nas avaliações do Sadeam, segundo estes professores, a Matriz de Referência prioriza a interpretação de textos e a Proposta Curricular da Seduc-Am está voltada para a gramática. Estes professores afirmam ainda que a disposição dos conteúdos na Proposta Curricular está em desconcontro com os conteúdos da Matriz de Referência, no que concerne a distribuição destes conteúdos ao longo de cada bimestre, ou seja, determinados conteúdos priorizados na Matriz de Referência são definidos pela Proposta Curricular da Seduc-Am para serem trabalhados no final do ano letivo quando os alunos já não tem tanto interesse e motivação para os estudos.

Por sua vez os professores da EEZO alegam que não é possível trabalhar toda a Proposta Curricular da Seduc-Am em um ano letivo, que as turmas têm níveis de aprendizagem que impedem avançar com todos os conteúdos da Proposta ao mesmo tempo. Ao chegarem as provas do Sadeam, algumas turmas ainda não tiveram aula de todos os conteúdos que serão cobrados, falaram da constante transferência de alunos para a escola que não estão nivelados no mesmo conteúdo o que obriga o professor a voltar em conteúdos já trabalhados, do fato de os livros didáticos/apostila do Sistema Positivo de Ensino/diário digital não fazerem uma relação sequencial entre seus conteúdos.

A fala dos professores das escolas pesquisadas, ao tratar da relação entre a Matriz de Referência do Sadeam e a Proposta Curricular da Seduc-Am, nos induz à interpretação de que os professores entrevistados, apesar de conhecerem a proposta curricular, não diferenciam com exatidão avaliação de desempenho e avaliação da aprendizagem.

Discutimos, ao longo deste estudo, que o objetivo das avaliações externas é fornecer informações sobre desempenho dos alunos e do sistema. Estes resultados devem ser utilizados para propor e redirecionar ações educativas. Sobre isto, Machado (2012) afirma que:

[...] os resultados quando apropriados pelo diretor e pelo coordenador da escola podem contribuir para a reflexão de todas as áreas de atuação da gestão escolar, mas devem, principalmente, servir à análise sobre a efetiva condução da escola na realização da sua função social na sociedade democrática que deve garantir o ensino-aprendizagem para todos os alunos. (MACHADO, 2012, p. 74)

No entendimento da autora, a avaliação de desempenho extrapola as fronteiras da avaliação da aprendizagem, o que remete a um pensamento mais amplo sobre a função social da escola. Nesta dimensão, não cabe pensar apenas em conteúdos, mas nas competências que os alunos devem desenvolver para lidar com as situações a que serão inevitavelmente submetidos no contexto social.

Perguntados sobre que ações ou projetos foram realizadas nas escolas a partir da análise dos resultados do Sadeam, os professores da EEZCO relataram que a partir da divulgação dos resultados na escola eles procuram identificar os descritores com menores percentuais de acertos de cada turma, elaboram um Plano de Intervenção com foco nestes descritores para um determinado tempo e trabalham nas salas de aula com os alunos, objetivando a recuperação destes conteúdos. Os professores da EEZCO citaram ainda o Projeto Feira Literária, que foi uma ação interdisciplinar onde todos os professores se envolveram e participaram das ações em sala de aula e dos momentos de culminância no final de cada bimestre, envolvendo os alunos de forma prazerosa e extrovertida na aprendizagem dos conteúdos tratam da literatura e são os pontos que mais tiveram problemas nas avaliações do Sadeam.

Os professores da EEZO, sobre as ações ou projetos realizados na escola, relataram que após a reunião para divulgação dos resultados do Sadeam,

identificaram os descritores mais críticos em Língua Portuguesa e Matemática, para serem retrabalhados na escola. Citaram que os professores de Matemática e Ensino das Artes trabalharam de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos mais críticos da Matemática e que foram sinalizados pelos descritores.

Mais uma vez é possível perceber na prática dos professores das duas escolas, que os resultados das avaliações estão sendo utilizados como parte do processo educacional, e como tal, estão auxiliando na solução das dificuldades de aprendizagem sinalizados pelas avaliações. Com a utilização destes resultados no replanejamento pedagógico e na definição de práticas pedagógicas inovadoras, diferenciadas e mais atrativas aos alunos, os professores conseguem enxergar até que ponto os objetivos educacionais foram alcançados e o que precisa ser feito para garantir a aprendizagem dos alunos.

Os professores foram indagados se existem tempos e espaços específicos na rotina escolar para a discussão dos resultados das avaliações externas e de que forma isso acontece. Nesse tópico os professores da EEZCO informaram que as discussões sobre estes resultados acontecem no horário de trabalho pedagógico dos professores, geralmente na Biblioteca e sob a supervisão da pedagoga e da gestora.

De acordo com os professores da EEZO, em 2014 houve a definição de um Plano de Intervenção e o acompanhamento das ações pela pedagoga. Em 2015, as coisas caminham de forma mais lenta, tendo em vista que a pedagoga da EEZO está em período de férias e o gestor assumiu esta função, entretanto, devido aos inúmeros afazeres do gestor estas ações não estão acontecendo como deveriam.

Percebemos a dificuldade que as equipes gestoras das escolas têm em definir momentos de reflexão para trabalhar com os dados das avaliações externas. Em parte pelo fato de as escolas possuírem em seu quadro de pessoal, apenas um pedagogo, que na maioria das vezes, assume funções administrativas e burocráticas, em detrimento do fazer pedagógico que é sua função precípua, em parte devido a dificuldade que estes pedagogos tem com relação aos conhecimentos inerentes a avaliação externa.

Os momentos de formação na escola, deveriam ser uma realidade possível, tendo em vista que o trabalho com os resultados das avaliações externas pode servir de mote para que se reflita sobre diferentes questões, como o conhecimento teórico do professor, a diversidade de metodologias para trabalhar com os alunos, o papel

das políticas públicas no cenário escolar, além da própria discussão para definir que escola nós queremos para nossos alunos. É preciso preocupar-se com a maneira como esses momentos são definidos na escola, é preciso perceber os professores como sujeitos e buscar resolver as dificuldades apresentadas, e não ser reduzida a um mero treinamento.

c) Apropriação dos resultados do Sadeam

Neste tópico espera-se identificar, na fala do professor, se foi implementada alguma mudança no currículo trabalhado pela escola a partir da análise dos resultados das avaliações externas; na prática pedagógica do professor aconteceu alguma mudança a partir do trabalho com os resultados do Sadeam; qual a percepção dos professores com relação as orientações da equipe gestora para o cumprimento das obrigações curriculares dos professores e os resultados alcançados pelos alunos nas avaliações externas;

Todos os professores da EEZCO afirmam que procuram adaptar o conteúdo das aulas que trabalham em sala de aula a partir da necessidade de superação do déficit de aprendizagem identificado pelos resultados das avaliações externas. Exemplificaram estas ações dizendo que trabalham no livro didático de acordo com os descritores e, quando estão trabalhando determinado conteúdo que foi sinalizado como crítico pelo Sadeam eles reforçam as atividades para garantir a aprendizagem dos alunos, utilizam metodologias diferenciadas para contextualizar os conteúdos e tornar mais atrativo para os alunos a prática pedagógica. Afirmam ainda que tiveram que se adaptar ao trabalho com os resultados das avaliações externas, principalmente relacionado às práticas pedagógicas mais contextualizadas e diversificadas. Relataram ainda que tanto a gestora quanto a pedagoga estão envolvidas e comprometidas com a realização de atividades baseadas nos resultados das avaliações externas e procuram sempre acompanhar as ações definidas no Plano de Intervenção.

Os professores da EEZO afirmam que através do Plano de Intervenção, baseado nos descritores mais críticos, eles replanejam o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula e assim garantir a aprendizagem dos alunos. Relataram ainda, de forma unânime, que procuram adaptar sua prática pedagógica, levando em conta o trabalho com os resultados das avaliações externas, entretanto, acreditam que os

alunos não se esforçam em aproveitar estas mudanças para aprender, pelo contrário, são acomodados e não tem interesse nem boa vontade em estudar. Com relação ao acompanhamento das ações pela equipe gestora, os professores da EEZO, dizem que a pedagoga é muito presente e atuante, sempre a frente dos acontecimentos, procurando ajudar, principalmente, na sensibilização dos alunos para importância do ato de estudar.

É possível perceber aqui que os professores das duas escolas utilizam os resultados das avaliações externas, enquanto diagnóstico, como ponto de partida para o replanejamento pedagógico dos conteúdos que precisam ser trabalhados em sala de aula no sentido de garantir a qualidade do processo ensino e aprendizagem dos alunos, traduzidos nos Planos de Ação construídos a partir dos resultados das avaliações externas.

2.3 Considerações sobre a Apropriação dos Resultados do Sadeam e a relação com as escolas pesquisadas

A expectativa do Sadeam ao avaliar o desempenho dos alunos atendidos pela rede pública de ensino,

[...] reforça seu compromisso com a melhoria da qualidade da educação do estado, compartilhando os resultados com toda a sociedade amazonense, e convidando-a a fazer parte, junto com todos os professores, diretores, funcionários das escolas, e todos aqueles envolvidos com a educação, deste enorme esforço de mobilização. (REVISTA DO SISTEMA, 2013, p. 11).

A divulgação dos resultados às escolas é feita, inicialmente, através de mídia eletrônica disponibilizada aos gestores escolares, e posteriormente, através das Revistas Pedagógicas que compõem a Coleção Sadeam. Os quatro volumes, das Revistas Pedagógicas do Sadeam, que são entregues as escolas anualmente e que retratam os níveis de proficiência atingidos pelos alunos, devem ser utilizados para a reflexão dos profissionais da escola a se aprofundarem nos elementos que compõem a avaliação em larga escala, de forma a se criar no cenário escolar um grupo de estudo permanente, objetivando a idealização de atividades coletivas com foco na melhoria do processo educacional.

Frente às informações disponibilizadas pelos resultados do Sadeam, não se compreende como, a partir de uma avaliação externa que divulga informações sobre

a Proficiência Média e o Padrão de Desempenho dos alunos, esses resultados não sejam apropriados pela escola como embasamento para uma profunda reflexão sobre a realidade educacional. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível a utilização dos resultados do Sadeam enquanto diagnóstico para um planejamento pedagógico focado nas reais necessidades dos alunos com base no desenvolvimento de habilidades mínimas, descritas na Matriz de Referência. O que se prevê aqui, é a utilização de um instrumento que já existe, representado pelos resultados das avaliações externas, mas que tem sido relegado ao esquecimento nos arquivos e gavetas da escola, podendo tornar-se uma ferramenta utilizável e utilizada pelos profissionais da escola.

A apropriação dos resultados do Sadeam possibilita à reflexão e a tomada de decisões no cenário escolar, oportunizando a definição de práticas pedagógicas mais eficazes. A tomada de consciência sobre a importância e a compreensão da função diagnóstica da avaliação externa pode conduzir ao comprometimento com a melhoria dos resultados educacionais e com o desempenho dos alunos em sala de aula, motivando os profissionais da escola para a definição de estratégias com o objetivo de que os resultados traduzam a melhoria da qualidade do ensino.

Importante ressaltar que a simples implementação de um sistema de avaliação em larga escala, no âmbito da Seduc-Am, não pode ficar limitada à aplicação dos testes e divulgação de seus resultados. Somente o fato de conhecer estes resultados não conduz a efetivas mudanças no processo educacional, é preciso muito mais, ou seja, urge que seja definido uma série de ações sistematizadas para que esses resultados se transformem em dados capazes de fornecer informações importantes, tanto para o macro sistema, quanto para as escolas, sobre a qualidade do ensino ofertada.

A partir da análise das entrevistas com os profissionais das escolas pesquisadas, é possível identificar ações que podem ser melhor sistematizadas para que todos estes profissionais – gestores, pedagogos, professores – se apropriem dos resultados das avaliações do Sadeam e os utilizem como ferramenta com foco na melhoria da aprendizagem dos alunos. Além disso, é possível ainda identificar aspectos a serem enfrentados, tanto pela Seduc-Am, quanto pelas escolas, na busca de solucionar os desafios postos com relação a divulgação e apropriação dos resultados.

Nesse sentido, chama a atenção na pesquisa realizada, o fato de que as avaliações externas, e todo o leque de possibilidades que elas oportunizam para a efetivação de um trabalho pedagógico sistematizado, estão subutilizados nas escolas pesquisadas. Os resultados das avaliações do Sadeam, apesar de serem conhecidos pelos profissionais da escola, de forma geral, não são compreendidos e utilizados como ferramentas pedagógicas no aprimoramento da prática pedagógica e consequente melhoria do desempenho dos alunos. As dificuldades percebidas no universo pesquisado demonstram que os profissionais da escola não compreendem a linguagem técnica dos resultados das avaliações externas, e apontam, para a necessidade de formação continuada, destes profissionais, que contemple estes estudos.

A partir desta constatação, identifica-se outra dificuldade, que diz respeito ao embarço que a equipe gestora – gestor e pedagogo – das escolas têm, ou seja, a falta de conhecimentos sobre as avaliações externas; o desconhecimento da linguagem própria utilizada nas Revistas Pedagógicas; a impossibilidade da definição de tempos e espaços, na escola, que garantam momentos para estudos e reflexões sobre os resultados da escola.

Na sequência, podemos sinalizar, a dificuldade que a Seduc-Am demonstra, através de suas gerências e departamentos, na realização de momentos de formação voltados não apenas para a divulgação dos resultados, mas que contemple também estratégias de apropriação desses resultados envolvendo os profissionais da escola, de forma efetiva e sistemática, e não apenas pontual, quando da divulgação dos resultados do Sadeam.

Nesse sentido, corroborando a dificuldade da Seduc-Am, citada acima, percebe-se a ausência de profissionais devidamente preparados para ações voltadas à discussão da influência dos resultados das avaliações externas no cenário escolar, tanto no âmbito do sistema macro, quanto no âmbito das Coordenadorias Distritais, que estão mais próximas das escolas.

A definição de ações de formação com profissionais que tenham o domínio das informações, sobre apropriação de resultados do Sadeam, no cenário escolar, contribui sobremaneira para que os profissionais da escola percebam a importância que o estudo e conhecimento destes resultados tem na busca pelo melhor desempenho dos alunos e consequentemente na melhoria da qualidade da educação.

Dessa forma, no capítulo seguinte, estruturamos o Plano de Ação Educacional embasado nas proposituras que pensamos serem interessantes e potencialmente efetivas para institucionalizar, no âmbito de cada escola pesquisada, o estudo da apropriação dos resultados do Sadeam, entre todos os profissionais da escola, buscando a sua utilização como ferramenta para o replanejamento da prática pedagógica.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA DE TRABALHO PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DO AMAZONAS COM BASE NA APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DO SADEAM

Neste trabalho nos propomos a investigar, junto a gestores, pedagogos e professores de duas escolas da rede estadual de ensino, como se apropriam e utilizam os dados resultantes do Sadeam – Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas, os quais são divulgados pela Gerência de Avaliação e Desempenho da Seduc-Am, seja por meios digitais (CD e site), seja por via impressa (Revistas Pedagógicas).

Através da pesquisa de campo, conhecemos, de forma específica, como estas escolas conduzem as ações de divulgação dos dados aos profissionais e quais estratégias são utilizadas para transformar os dados em ferramentas pedagógicas que parametrizam o desempenho dos alunos e permitem uma reflexão analítica sobre o trabalho desenvolvido e as possibilidades de aprimoramento com vistas a garantia ao aluno do direito de aprender, de acordo com o artigo 206 da CF 1988:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade.
VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

A pesquisa permitiu constatar que nas escolas investigadas existem ações destinadas à divulgação dos resultados do SADEAM e não há encaminhamentos pertinentes à apropriação destes resultados, ou seja, não realizam procedimentos sistemáticos e padronizados no âmbito da análise e reflexão dos dados.

Constatou-se ainda que os professores responsabilizam, em parte, a família pelo baixo desempenho e não enxergam no trabalho desenvolvido pela escola um

fator determinante que influencie diretamente nos resultados obtidos. Neste cenário, o papel desempenhado pelos pedagogos e os gestores das escolas está voltado para cumprimento das rotinas burocráticas e gerenciais.

Esta postura da equipe pedagógica não privilegia e nem provê tempo para planejamento estratégico com base nos resultados do SADEAM, pois não possuem conhecimentos técnicos suficientes para conduzir um trabalho nesta magnitude. Desta feita, faz-se necessária uma intervenção das instâncias superiores para que as escolas repensem suas práticas a partir da ressignificação dos resultados das avaliações em larga escala.

Neste capítulo apresentamos um Plano de Ação Educacional – PAE como proposta à Secretaria de Educação, a ser desenvolvido no ano de 2016, inicialmente como projeto piloto nas duas escolas pesquisadas.

O objetivo é disseminar nas escolas, ações relacionadas à apropriação de resultados do SADEAM para que construam, de forma democrática e participativa, uma cultura de análise dos índices educacionais com o intuito de oferecer, de forma equânime, o direito subjetivo da educação com qualidade. É de importância fundamental que essas avaliações externas completem um ciclo, ou seja, após serem aplicadas e gerarem relatórios pedagógicos, seus resultados retornem à sala de aula para que sejam efetivamente utilizados como instrumento de apoio da gestão pedagógica implementada na escola.

Após a avaliação e monitoramento das ações propostas, intencionamos que a SEDUC amplie este atendimento às escolas da rede, tornando-a uma política de gestão macro sistêmica institucionalizada e orgânica.

Faz-se necessário que as escolas-piloto atendam os seguintes critérios de participação: i) empenho da equipe gestora em participar do projeto; ii) interesse da equipe docente; iii) espaços-tempos adequados à formação docente; iv) disponibilidade para reestruturar e adaptar a HTP dos professores aos momentos de formação.

Este PAE tem como finalidade precípua o aperfeiçoamento da ação docente e a adoção de um novo paradigma de gestão dos resultados educacionais. O intuito é tornar os profissionais da escola capazes de analisar os resultados das avaliações externas e sua influência no desempenho dos alunos, assim como garantir que se vejam como corresponsáveis pelos resultados da escola e busquem aprimorar seus

conhecimentos sobre a utilização de dados das avaliações externas como instrumento de gestão e planejamento.

Por este motivo, e considerando que a formação inicial dos profissionais da educação não contempla o estudo sobre os conceitos e vieses da avaliação em larga escala, é que propomos um programa que valorize a formação continuada, com o objetivo de torná-los sensíveis à adoção de uma nova postura diante dos resultados das avaliações. Isto posto, esta proposta tem como objetivos:

1. Realização de oficinas e formação continuada com os professores, pedagogos e gestores objetivando o desenvolvimento de competências e habilidades com ênfase na apropriação de resultados;
2. Incentivar a prática reflexiva dos resultados divulgados a partir do estudo dos relatórios contextuais e revistas pedagógicas;
3. Utilizar os resultados de forma inteligível como parâmetros para o planejamento escolar.
4. Tornar a prática reflexiva dos resultados das avaliações externas um evento sistemático e orgânico na escola, definido por seu Projeto Político Pedagógico;
5. Favorecer práticas pedagógicas que incentivem a permanência do aluno na escola.

Como meta de curto prazo, sugerimos a criação de uma coordenação de apropriação de resultados, no âmbito da SEDUC, formado por professores especializados e pedagogos, ligados à Gerência de Avaliação e Desempenho, a qual irá responsabilizar-se pela condução do programa, inicialmente, atendendo as duas escolas-piloto participantes desta pesquisa, envolvendo os gestores, os professores e pedagogos no ano de 2016. Como meta a longo prazo estabelecemos a ampliação do projeto a todas as escolas da rede.

Para atingir estas metas, propõe-se que o PAE componha-se das seguintes fases de execução:

1ª – Indicar à SEDUC a criação do SISPAR – Sistema Permanente de Apropriação de Resultados, através de encaminhamento ao Secretário de Educação;

2ª - Formação da equipe de coordenação geral do SISPAR, composta por pedagogos e professores com formação específica nas disciplinas avaliadas, bem como definir suas atribuições;

3º - Permanente divulgação da atuação do SISPAR - Sadeam junto aos Departamentos e Gerências da SEDUC, assim como das Coordenadorias Distritais/Regionais e escolas da Rede Estadual de Ensino;

4º - Buscar adesão das escolas piloto para a participação no projeto;

5º - Definir cronograma de execução do programa nas escolas;

6º - Execução das formações nas escolas piloto;

7º - Elaboração dos planos de ação das escolas a partir das formações onde apresentarão experiências inovadoras;

8º - Monitoramento das ações das escolas previstas nos planos de ação;

9º - Avaliação do Programa;

Detalharemos no tópico a seguir estas fases a fim de descrever as ações do PAE de forma específica.

3.1 Ações a serem efetivadas para implementação do Sistema Permanente de Apropriação de Resultados - SISPAR

As intervenções sugeridas neste PAE têm o intuito de estimular a análise dos resultados do Sadeam e a tomada de decisão no âmbito das escolas envolvidas no Programa, com foco na apropriação dos resultados da avaliação externa, na melhoria do processo de ensino e da aprendizagem e, conseqüentemente na melhoria do desempenho dos alunos, refletido em uma elevação gradual do percentual de alunos nos Padrões de Desempenho Proficiente e Avançado nas avaliações do SADEAM.

Brooke (2006) salienta que

[...] a lógica de estabelecer uma associação entre as atividades e os resultados da escola é clara: se os membros profissionais da comunidade escolar podem ser considerados responsáveis pela qualidade da experiência educativa sob seu controle direto, e se os resultados dessa experiência podem ser medidos objetivamente, então a avaliação do desempenho do aluno pode se tornar parte de um sistema de responsabilização que visa estimular a melhoria mediante a divulgação dos resultados da escola (BROOKE, 2006, p.22).

Amparados nas idéias do autor e na Constituição Federal em seu Art. 206 que assim diz: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VII -

garantia de padrão de qualidade”, este PAE irá corroborar com a melhoria da qualidade do ensino nas escolas. Para que atinja os objetivos, seguiremos as seguintes fases:

I – Indicar à Seduc-Am a criação do SISPAR – Sistema Permanente de Apropriação de Resultados através de encaminhamento de proposta ao Secretário de Educação

Inicialmente, será encaminhada uma proposta ao Secretário de Educação com a intenção principal de apresentar o projeto e sustentar a justificativa de criação do SISPAR. Na proposta, o Sistema estará sob a responsabilidade da Gerência de Avaliação e Desempenho da Seduc-Am, com a previsão de atuação junto as escolas-piloto e objetivando efetivar ações relacionadas a apropriação dos resultados do Sadeam como referencial para a melhoria da prática pedagógica.

II - Formação da equipe de coordenação geral do SISPAR

A Gerência de Avaliação e Desempenho, a qual será responsável pelo programa, deverá selecionar profissionais para compor a equipe do SISPAR que será formada por pedagogos, professores de língua portuguesa e professores de matemática, os quais deverão ser oriundos de escolas que apresentaram excelentes resultados em avaliações externas. Estes profissionais deverão especializar-se em sistemas de avaliação e apropriação de resultados através de formações junto à empresa aplicadora do Sadeam, no caso em questão, o CAEd. Esta equipe será responsável pelas ações de divulgação e apropriação de resultados nas escolas piloto, orientando-as a dar significado pedagógico aos dados resultantes do Sadeam.

O núcleo do SISPAR deverá elaborar suas estratégias de trabalho pautadas na elaboração de um plano de ação geral e um plano de ação específico para cada escola. Este último será planejado juntamente com os gestores e docentes das escolas, considerando suas especificidades de tempos-espacos, bem como outras realidades e contextos singulares inerentes a cada uma.

Os planos de ação deverão contemplar como objetivo primordial a garantia aos alunos dos seus direitos de aprendizagem. Isto implica em identificar, através dos resultados da avaliação externa, o nível de desempenho dos alunos e, através

deste parâmetro, organizar os conteúdos curriculares e prática docente com o intuito de recuperar e aprofundar conhecimentos que não foram adquiridos.

III - Permanente divulgação da atuação do SISPAR - SADEAM junto aos Departamentos e Gerências da SEDUC

Divulgar as ações do programa aos departamentos e gerências no âmbito interno da SEDUC é condição *sine qua non* para que seja impulsionada a criação da cultura de apropriação de resultados nas escolas, a partir do macro sistema. É fundamental a articulação entre estas instâncias: Departamento de Gestão Escolar, Departamento de Políticas e Programas Educacionais, Secretaria Executiva da Capital. Estes devem promover um trabalho conjunto para que as escolas tenham suporte técnico pedagógico, no entanto, os profissionais destes departamentos necessitam de esclarecimentos e conhecimentos específicos a cerca da necessidade das escolas apropriarem-se de seus resultados.

Para tanto, a Gerência de Avaliação e Desempenho, através do SISPAR, deverá promover cursos de aperfeiçoamento em avaliação, com ênfase nas avaliações externas, bem como oficinas de apropriação a todos os técnicos destes departamentos, inicialmente, a fim de que posteriormente possam alinhar procedimentos e discursos a cerca da temática entre Seduc – Escolas.

IV - Buscar adesão das escolas piloto para a participação no projeto

Nesta fase, o núcleo do SISPAR deverá entrar em contato com as escolas para justificar a escolha e implementação do programa para os gestores, pedagogos e professores, bem como buscar adesão dos mesmos para que não se sintam sob imposição, mas envolvam-se de forma voluntária, conscientes de que irão passar por momentos de estudos e reflexões pedagógicas. Estes profissionais serão convidados a participar da construção do plano de ação proposto pelo SISPAR.

V - Definir cronograma de execução do programa nas escolas

Após adesão das escolas junto aos gestores, pedagogos e professores, será definido, em comum acordo com estes atores, um calendário de atividades de

formação a serem desenvolvidas pelo SISPAR, sem, contudo, alterar a rotina da escola e seu calendário letivo, para estas ações será sugerido o horário de trabalho pedagógico¹⁴. O êxito desta etapa só será possível se houver, de fato, interesse da escola em envolver-se no projeto, participando dos momentos de estudo, das formações e oficinas que serão realizadas ao longo do processo, nos momentos de horário de trabalho pedagógico.

VI - Execução das formações do SISPAR nas escolas piloto

Esta ação tem o objetivo de sensibilizar e envolver os atores do cenário escolar na busca do conhecimento e compreensão do desempenho dos alunos, assim como refletir sobre o fazer pedagógico na escola com base nos conteúdos das Revistas Pedagógicas do Sadeam, a saber: interpretação de resultados e análises pedagógicas, matriz de referência, escalas de proficiência, padrões de desempenho estudantil, os resultados da escola expressos pela TCT e TRI e artigos pedagógicos. Neste sentido, as atividades desenvolvidas deverão objetivamente contribuir para uma reflexão da prática docente e a melhoria do desempenho dos alunos.

A equipe de profissionais do SISPAR organizará estes momentos de formação na escola através de uma estruturação composta de: i) tópicos de estudo; ii) objetivos; iii) metodologia; iv) recursos; v) instrumentos de avaliação, que oportunizarão aos profissionais da escola a promoção de maior discussão e apropriação dos resultados do Sadeam junto à comunidade escolar.

VII - Elaboração dos planos de ação das escolas

Após os momentos de formação implementados pelo SISPAR e aquisição de conhecimentos dos conteúdos das revistas pedagógicas, os profissionais da escola deverão fazer uma análise dos resultados oriundos da Teoria Clássica dos Testes (TCT), onde é possível identificar os percentuais de acerto por descritor das disciplinas avaliadas, a fim de elaborar um plano de ação com foco nos descritores com menor índice de acertos.

¹⁴ Horário de Trabalho Pedagógico – Regulamentado pela Instrução Normativa No 004/2013-SEDUC, que disciplina os procedimentos operacionais relativo a hora de trabalho pedagógico dos docentes e estabelece 1/3 da carga horária do docente para as atividades descritas na Instrução Normativa.

Este plano de ação deverá priorizar o replanejamento dos conteúdos que não foram assimilados pelos alunos, sem, contudo, deixar de contemplar a continuidade da proposta curricular da escola.

VIII - Acompanhamento das ações envolvendo os momentos de formação na escola voltados à reflexão sobre a apropriação dos resultados do SADEAM

Nesta fase, os profissionais do SISPAR, gestores, pedagogos e professores da escola deverão reunir-se para fazer a verificação das ações que estarão sendo implementadas no cenário escolar, voltadas para a contribuição dos momentos de formação nas práticas pedagógicas, assim como, identificar os pontos a serem melhorados na contextualização dos resultados das avaliações externas.

Este momento de monitoramento acontecerá bimestralmente com a participação de todos os envolvidos na implementação do SISPAR.

O Quadro 11, a seguir, apresenta uma síntese das fases a serem implementadas, as ações a serem desenvolvidas, os seus objetivos, os responsáveis pelas ações propostas, os prazos de execução, o local onde acontecerão as formações e a carga horária.

Quadro 11 – Síntese das fases a serem implementadas durante a execução do Plano de Ação Educacional (PAE)

FASE	AÇÃO	OBJETIVO	QUEM	QUANDO	ONDE	CARGA HORÁRIA
1ª	Indicar à Seduc-Am a criação do SISPAR – Sistema Permanente de Apropriação de Resultados através de proposta ao Secretário de Educação.	Legitimar, no âmbito da Seduc-Am, a criação de uma política de apropriação de resultados, através das ações do SISPAR.	Pesquisador, Gerente de Avaliação e Desempenho da Seduc-Am, Secretário de Educação.	Fevereiro de 2016	Sede da Seduc-Am	Sem previsão de carga horária
2ª	Formação da equipe de coordenação geral do SISPAR	Selecionar profissionais para a equipe do SISPAR	Gerência de Avaliação e Desempenho	Março de 2016	Sede da Seduc-Am	Sem previsão de carga horária
3ª	Permanente divulgação da atuação do SISPAR - SADEAM junto aos Departamentos e Gerências da SEDUC	Impulsionar a cultura de apropriação de resultados no macro sistema através de formação para os técnicos da Seduc-Am	Gerência de Avaliação e Desempenho, Técnicos do CAEd.	Abril de 2016	Sede da Seduc-Am	40/h
4ª	Buscar adesão das escolas piloto para a participação no projeto	Justificar, junto às escolas, a sua participação no projeto de forma voluntária.	Equipe SISPAR	Maio de 2016	Escolas Piloto	2/h
5ª	Definir cronograma de execução do programa nas escolas	Estabelecer um calendário de reuniões e oficinas de formação continuada.	Equipe SISPAR, Gestores, Pedagogos e Professores das escolas piloto	Maio de 2016	Escolas Piloto	4/h
6ª	Execução das formações do SISPAR nas escolas piloto	Proporcionar conhecimentos que capacitem os profissionais a apropriarem-se dos resultados de avaliações externas de suas escolas, com vistas a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.	Equipe SISPAR, Gestores, Pedagogos e Professores das escolas piloto	Maio a Novembro de 2016	Escolas Piloto	40/h presenciais
7ª	Elaboração dos planos de ação das escolas piloto	Sistematizar ações pedagógicas pautadas nos resultados de desempenho	Equipe SISPAR, Gestores, Pedagogos e Professores das escolas piloto	Maio a Novembro de 2016	Escolas Piloto	10/h
8ª	Acompanhamento das ações envolvendo os momentos de formação na escola voltados à reflexão sobre a apropriação dos resultados do SADEAM	Melhoria das práticas pedagógicas visando melhor desempenho dos alunos, bem como sua permanência na escola.	Equipe SISPAR	Maio a Novembro de 2016	Escolas piloto	40/h

Fonte: Elaborado pelo autor .

Na sessão seguinte iremos abordar a distribuição dos recursos materiais e financeiros que subsidiarão as ações descritas neste PAE, bem como as fontes de origem destes recursos.

3.2 Recursos necessários à implementação do Plano de Ação Educacional

O Plano de Ação Educacional aqui proposto terá seus custos financiados pela Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino – Seduc-Am, através da concessão de Adiantamento Financeiro, pela Secretaria Executiva de Estado da Educação. A lotação dos profissionais que comporão a equipe do SISPAR será providenciada pelo Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) que providenciará a lotação dos profissionais no SISPAR.

A planilha orçamentária será elaborada pelo pesquisador e submetida à aprovação da SEDUC. A aprovação desta é condição primordial para dar continuidade às outras fases.

Desse modo, o Quadro 12, a seguir descreve os recursos financeiros que serão alocados na implementação deste PAE, que tem como objetivo sistematizar a apropriação de resultados do SADEAM como elemento fundamental no replanejamento da prática docente e, conseqüentemente, melhorar o nível de proficiência dos alunos, assim como a elevação dos percentuais de alunos nos Padrões de Desempenho Proficiente e Avançado nos anos finais do Ensino Fundamental.

Quadro 12 – Recursos financeiros previstos para execução do Plano de Ação Educacional

Elementos de Despesa	Definição de Recursos	Custos (R\$)
Material permanente	1 Computador	Sem custos, pois a Seduc-AM possui estes insumos
	1 data show	
	1 tela de projeção	
	1 caixa de som	
Material de Consumo	Apostilas do Curso/oficina	5.000,00
	Pastas plásticas	1.000,00
	Papel ofício	200,00
	Caneta esferográfica	200,00
	Pincel comum	150,00
	Régua	80,00
	Cola	100,00
	Tesoura sem ponta	150,00
	Caderno de anotações	350,00
	Papéis diversos	150,00
Logística	Despesas com transporte	1.000,00
	Despesas com coffee nas formações	3.500,00
	Deslocamento e hospedagem da equipe CAEd para Manaus	70.000,00
Salários	Despesas anuais com salários dos integrantes da equipe do SISPAR – 03 Profissionais – efetivos do quadro permanente da Seduc-AM com carga horária de 40/h.	200.000,00
TOTAL GERAL		R\$ 282.150,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Importante ressaltar que os pedagogos e professores que farão parte da equipe do SISPAR, lotados na Gerência de Avaliação e Desempenho deverão ser profissionais oriundos do quadro efetivo da Seduc-Am, com reconhecida experiência em escolas que tenham obtido bons resultados em avaliações externas nos últimos três anos.

Considerando, a possibilidade de expansão deste projeto, posterior à avaliação de suas ações, para um número maior de escolas, a Seduc-Am deverá designar profissionais do seu quadro efetivo com experiência em avaliações externas, e garantir-lhes as possibilidades de formação e recursos financeiros necessários.

3.3 Avaliação do Plano de Ação Educacional – PAE

A implementação deste PAE contará com o financiamento da Seduc-Am, tanto para a aquisição de recursos materiais quanto para a lotação dos profissionais do SISPAR. A presente proposta prevê ainda a possibilidade de ampliação do quadro do SISPAR, vinculada à Gerência de Avaliação e Desempenho. O SISPAR, inicialmente será composto por três profissionais, sendo um pedagogo, um professor de língua portuguesa e um professor de matemática, com o objetivo de implementar ações de formação dos profissionais da escola e do sistema macro de ensino, relacionados à apropriação dos resultados da avaliação externa estadual como instrumento para refletir e replanejar a prática pedagógica.

Neste sentido, é possível que este plano encontre algumas dificuldades relacionadas à sua implementação, tanto no que se refere a criação do SISPAR no âmbito da Gerência de Avaliação e Desempenho da Seduc-Am, quanto à adesão, à participação, ao comprometimento e ao interesse dos gestores, pedagogos e professores das escolas piloto. Assim sendo, faz-se necessário a defesa, junto à Seduc-Am da implementação desta proposta como oportunidade de melhoria do trabalho pedagógico das escolas piloto, como referencial para ampliação às demais escolas da rede estadual de ensino, como consta na meta estabelecida a longo prazo neste PAE.

Da mesma forma, faz-se importante para o êxito desta proposta a execução de ações, no cenário escolar, que atendam o objetivo de refletir com gestores, pedagogos e professores a cerca da melhoria da prática docente, por meio do

conhecimento da proficiência e dos padrões de desempenho em que se encontram os alunos. Neste sentido, é imperioso que gestores, pedagogos e professores sintam-se motivados quanto à efetiva e sistemática participação nos momentos de formação do SISPAR enquanto responsáveis pelo sucesso das ações desenvolvidas no âmbito da escola.

Definidas as condições necessárias para a implementação deste PAE, este plano deverá passar por momentos de avaliação envolvendo tanto os profissionais do SISPAR, quanto da escola durante o período de sua execução.

As atividades que deverão ser analisadas neste momento de avaliação, abordarão os seguintes aspectos: i) A relevância dos conteúdos discutidos nos momentos de formação para a melhoria do processo de apropriação dos resultados do Sadeam como instrumento a serviço da prática docente; ii) A participação dos formadores para compreensão dos conteúdos trabalhados; iii) O comprometimento dos cursistas para com as formações oferecidas; iv) A contribuição das metodologias adotadas na formação para o alinhamento das teorias da apropriação com a prática docente; v) Os aspectos da formação que precisam ser melhorados.

É imprescindível que seja garantido momentos de reflexão coletiva sobre as ações implementadas no seio deste PAE para a melhoria das práticas pedagógicas nas escolas destinadas aos processos de apropriação dos resultados discutidos. Faz-se necessário ainda garantir a realização, de momentos de avaliação bimestral entre o objeto das formações e sua relação com a prática docente, durante o ano letivo de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se alicerçou no objetivo de analisar como os profissionais da escola – gestores escolares, pedagogos e professores – desenvolvem estratégias e ações voltadas à apropriação dos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação de Desempenho do Amazonas – Sadeam, em duas escolas da rede estadual de ensino do Amazonas, localizadas na cidade de Manaus, com o objetivo de perceber como esses resultados são divulgados no ambiente escolar pelas instâncias da Seduc-Am e gestor escolar, qual o tratamento dado a estas informações pelos gestores e pedagogos na escola, que ações de apropriação dos resultados das avaliações externas são trabalhadas junto aos professores, e como essas informações tem servido de base para o replanejamento das ações pedagógicas voltadas a melhoria do fazer pedagógico e consequente elevação da qualidade do processo ensino e aprendizagem.

Como vimos, ao longo das reflexões sobre os resultados da avaliação externa, mister se faz que o trabalho com os dados obtidos, nestas avaliações, retorne a sala de aula, de forma a oportunizar aos profissionais da educação, relacionar as Proficiências obtidas pela escola, e a distribuição dos alunos nos Padrões de Desempenho, com o replanejamento do fazer pedagógico em busca das melhorias necessárias ao sucesso da aprendizagem dos alunos.

De início, foram traçadas considerações com relação ao modo como a Seduc-Am implementa as ações de divulgação e apropriação de resultados no ambiente escolar e, a partir da visão dos profissionais da escola foi possível perceber as percepções de gestores, pedagogos e professores na operacionalização das ações apropriativas do Sadeam.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou perceber as ações das gerências e departamentos da Seduc-Am voltadas ao trato com as avaliações externas, bem como, identificar e refletir sobre a postura dos profissionais das escolas pesquisadas, à luz das ações de apropriação dos resultados do Sadeam, procurando evidências na prática docente destes atores, que conduzam a repensar o fazer pedagógico a partir dos resultados das avaliações em busca da melhoria de desempenho dos alunos. Para isso, utilizou-se uma metodologia que compreende entrevistas semiestruturadas com gestores e pedagogos e, a realização de grupos

focais, com os professores de Língua Portuguesa e Matemática, que são as duas disciplinas avaliadas pelo Sadeam, no universo dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

O Sadeam almeja não ser apenas um programa de avaliação em larga escala da educação, foi criado com o objetivo de ser um importante instrumento de sistematização e monitoramento do desempenho de cada aluno avaliado nas escolas estaduais, oportunizando a intervenção pedagógica a partir dos resultados das avaliações diagnósticas dos alunos da rede estadual de ensino. O Sadeam tem, na sua estrutura, a sistematização e devolução, acompanhada de interpretação pedagógica, dos resultados de todos os alunos e escolas avaliados, através de uma Coleção de Revistas Pedagógicas, composta de Revista do Sistema, Revista do Gestor e Revista Pedagógica das disciplinas avaliadas e mídia digital para cada escola estadual participante da avaliação. Entretanto, acreditamos que ainda não há, nas escolas avaliadas pelo Sadeam, ações sistemáticas e efetivas, voltadas para o desenvolvimento de uma cultura que privilegie o estudo da avaliação externa e da apropriação dos resultados pelos profissionais da escola, de tal modo que estes resultados alicercem o trabalho pedagógico no ambiente das salas de aula, com o objetivo de garantir a melhoria da aprendizagem do aluno. Percebemos isso, ao proceder a análise dos dados obtidos, durante a pesquisa de campo, nas escolas estudadas neste trabalho.

Neste sentido, nossa proposta de um Plano de Ação Educacional tem o objetivo de desenhar uma política de estudo das avaliações externas no seio das escolas, envolvendo os profissionais da educação – gestores, pedagogos e professores – na busca da compreensão de que os dados obtidos, nas avaliações externas, oportunizem o repensar de sua prática pedagógica, assim como a melhoria da qualidade de educação oferecida pela escola. O plano de ação traz em seu bojo, a pretensão de dirimir as possíveis dificuldades no tratamento com estes dados, no cenário escolar. Acreditando que a utilização dos resultados do Sadeam, de forma efetiva e sistemática, na reflexão da prática pedagógica na escola, podem oportunizar um fazer pedagógico voltado a superação das dificuldades na aprendizagem dos alunos, é que propomos um PAE que contempla em sua estrutura uma série de ações voltadas ao estudo das avaliações externas e seus resultados pelos profissionais da escola.

Foi possível perceber, através da pesquisa em questão, que a Seduc-Am não tem definido quais as ações que os gestores escolares devem realizar, voltadas a divulgação e apropriação dos resultados do Sadeam, nas escolas. Os gestores escolares se limitam a divulgar os resultados da avaliação externa, traduzidos em números e gráficos, em reuniões no ambiente escolar, com claras limitações sobre o conhecimento que têm dos materiais que compõem as Revistas Pedagógicas do Sadeam. É nessa lacuna, da institucionalização de ações voltadas a apropriação dos resultados, que surge o SISPAR, sob a tutela da Gerência de Avaliação e Desempenho, com seu quadro pessoal composto por profissionais oriundos das escolas identificadas por excelentes resultados nas avaliações externas, com ações previstas para serem realizadas em momento de estudos nas escolas, objetivando que os profissionais da educação, de cada escola participante, adquiram o conhecimento necessário sobre as avaliações externas e seus resultados, e percebam a importância de utilizar este conhecimento como ferramenta na busca da qualidade do processo ensino e aprendizagem, assim como do melhor desempenho dos alunos na escola.

Dessa forma, faz-se necessário que as gerências e departamentos da Seduc-Am, assim como a escola, busquem garantir a realização destes momentos de estudos envolvendo os profissionais da escola. Cada um dos agentes citados, tem responsabilidades bem definidas no Plano de Ação proposto, objetivando a implementação de ações que podem levar ao sucesso do que foi planejado, na busca da utilização dos resultados do Sadeam pelos profissionais da escola.

Frente aos desafios impostos, espera-se que os resultados das avaliações externas, possam ser apropriados pelos profissionais da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação em nossas escolas. Nesse sentido, não é nossa pretensão dirimir todas as dúvidas pertinentes ao tema aqui abordado, mas sim, oportunizar momentos de reflexão onde, os profissionais da escola, possam perceber a importância da utilização dos resultados da avaliação externa no replanejamento das ações pedagógicas na escola, com um olhar lançado sobre a melhoria do desempenho dos alunos.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Qualidade na educação fundamental pública nas capitais brasileiras: tendências, contextos e desafios.** Tese (Doutorado em Educação) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.

ALAVARSE, O. M.; BRAVO, M. H. & MACHADO, C. **Políticas educacionais, avaliação de sistema e melhoria da qualidade na educação básica: experiências de dois municípios paulistas.** XII Encontro Estadual da ANPAE-SP e VIII Encontro Regional da ANPAE-Sudeste, Campinas, p. 344-356, 2012.

AMAZONAS. **Relatório Geral de Desempenho: SADEAM 2008/ UnB. Cespe.** Coordenadoria de Pesquisa em Avaliação. – Brasília, 2009.

_____. **Relatório Geral de Desempenho: SADEAM 2009 / UnB. Cespe.** Coordenadoria de Pesquisa em Avaliação. – Brasília, 2010.

_____. **Relatório Geral de Desempenho: SADEAM 2010 / UnB. Cespe.** Coordenadoria de Pesquisa em Avaliação. – Brasília, 2011.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Sumário Executivo SADEAM – 2013 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 7 (jan./dez. 2013), Juiz de Fora, 2013 –Anual.**

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Revista do Sistema de Avaliação Rede Estadual – 2013 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3 (jan./dez. 2013), Juiz de Fora, 2013 – Anual.**

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Revista do Sistema de Avaliação Rede Estadual – 2012 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3 (jan./dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual.**

ANDRADE, D. F. Tavares, H.R. & Valle. R.C. **Teoria Clássica e Teoria de Resposta ao Item: conceitos e aplicações.** ABE - Associação Brasileira de Estatística, 4^o SINAPE, 2000.

ARAÚJO, Carolina Pires; MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de; REZENDE, Wagner Silveira. Conteúdo: **Revista do Sistema de Avaliação 2012**, Juiz de Fora, MG: CAEd/UFJF, v. 3, jan./dez. 2012.

ARRUDA, Cristiano Pereira e NORONHA, Adriana Backx. **Análise do SAEM sistema de avaliação das escolas Municipais- Aplicado na rede publica municipal de Uberaba-MG**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/congressos antigos/somposio2009/67>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá; et. al. **Avaliação na educação Básica nos anos 90: segundo os periódicos acadêmicos**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 49 - 88 nov./2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a03n114.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

BARRIGA, A. D. A avaliação na educação mexicana: Excesso de programas e ausência da dimensão pedagógica. **Sísifo Revista de ciências da educação**, n.º 9, Avaliação em Educação: Perspectivas Ibero-Americanas. Mai/Jun/Jul/Ago, p.19-30, 2009.

BECKER, Fernanda da Rosa. Avaliações externas e ensino fundamental: do currículo para a qualidade ou da qualidade para o currículo? **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, 2012. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55124841004>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 108, p. 101-132, 1999.

BONAMINO. A.; SOUZA, S. K. Tres geracoes de avaliacao da educacao básica no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Congresso Nacional, 1998.

_____. LDB. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/ LEIS/L EIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 13 jan. 2014.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica**. Brasília, 2007.

BROOKE, Nigel (Org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. 1.ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012, p.520.

BROOKE, Nigel et al. **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**: relatório final. Belo Horizonte: Game/ Faculdade de Educação / Universidade Federal de Minas Gerais, ago/2011.

BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago, 2006.

Cadernos Cenpec. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. – N.3(2007) – São Paulo: CENPEC, 2007.

CASASSUS, J. Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada: a perda de qualidade e a segmentação social. **Sísifo - revista de ciências da educação**, n.º 9, Avaliação em Educação: Perspectivas Ibero-Americanas. Mai/Jun/Jul/Ago, 2009, p. 71-78.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas de Avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. São Paulo. **Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009.

CERDEIRA, Diana G. S.; ALMEIDA, Andrea B. **Os efeitos da política de avaliação e responsabilização educacional na rede pública do Rio de Janeiro**. In Anais da 36ª Reunião Nacional da ANPED. Goiânia. 2013.

COELHO, M. I. M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

COLA, André Ricardo. **Avaliação em Larga Escala**: concepções de Professores que ensinam Matemática. Disponível em: <http://ftp.ifes.edu.br/cursos/Matematica/EBRAPEM/GDs/GD08/Sessao2/Sala_A4/1251-1886-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Abrindo a Caixa – Elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas**. Disponível em: <<http://www.ppgp.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=172>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

DECRETO Nº 27.060, DE 05 DE OUTUBRO DE 2007. **Dispõe sobre a Instituição do Prêmio Escola de Valor com as finalidades que especifica e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Amazonas. Número 31.199. Ano CXIII.

DECRETO Nº 31.487, DE 02 DE AGOSTO DE 2011. **Altera na forma que especifica o Prêmio de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica, e Prêmio Escola de Valor e Modifica a legislação correspondente dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Número 32.127. Ano CXVII.

DIAS, Claudio Augusto. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Periódico Eletrônico Informação e Sociedade**, Paraíba, v. 10, n. 02, 2000. Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330/252>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Universidade Federal do Paraná, n. 24, pp. 213-225, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=155017717012>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

ESCOLA EEZCO. **Entrevista com o Gestor da Escola EEZCO**, Manaus, 2015.

ESCOLA EEZCO. **Entrevista com a Pedagoga da Escola EEZCO**, Manaus, 2015.

ESCOLA EEZO. **Entrevista com o Gestor da EEZO**, Manaus, 2015.

ESCOLA EEZO. **Entrevista com a Pedagoga da EEZO**, Manaus, 2015.

FRANCO, C. ALVES, F. & BONAMINO, A. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 989-1014, out. 2007.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.28, n.100, Especial, p.956-987, out. de 2007.

_____. **Avaliação Escolar Caminhando pela Contramão**, Petrópolis, Editora Vozes, 2009.

GATTI, B. A. (2009). Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **Sisifo. Revista de Ciências da Educação**, 09, pp. 7-18. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/51.pdf>. Acesso em: 06 Out. 2014.

_____. Avaliação educacional no Brasil: experiências, problemas, recomendações. **Estudos em Avaliação Educacional**, n.10, p.67-80, jul./dez.1994.

_____. **Avaliação e Qualidade da Educação**. Texto apresentado na Anpae, 2007. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. .

HORTA NETO, João Luiz. **Avaliações Externas e Seu Uso na Gestão Educacional**. Congresso Internacional Educação: Uma Agenda Urgente. Textos para Consulta. pág. 6. Brasília, 2011. Acessado em 16 de outubro de 2014.

IDEB. **Apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>> Acesso em: 13 Set. 2014.

LOCATELLI, I. Construção de instrumentos para a avaliação de larga escala e indicadores de rendimento: o modelo SAEB. In: **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, n.25, p.03-21, jan./jun. 2002.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜDKE, MENGA & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2237/1505>>. Acesso em: 18 out. 2014.

MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteeeducação**. pp. 70-82, jan/jun 2012.

MELO, Manuel F. P. C.; OLIVEIRA, C. F.; OLIVEIRA, L. K. M.; REZENDE, W. S.; SILVA, W.; VIEIRA, V. M. **SADEAM – Revista do Sistema 2011**, Juiz de Fora: CAEd/UFJF, v.1, jan./dez./2011, p.89.

MESQUITA, S. Os resultados do IDEB no cotidiano escolar. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 76, p. 587-606, jul.-set./2012.

MONTEIRO, Roberto Alves. **Pesquisa em educação**: alguns desafios da abordagem qualitativa.

_____. **Fazendo e aprendendo pesquisa qualitativa em educação**. Juiz de Fora: FEME/UFJF, p. 7-22, 1998.

PEQUENO, Maria Iaci Calvalcante. Sistema Permanente de avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) na vertente da avaliação do rendimento escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 197, pp. 128-134, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/162>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

PERRENOUD, Philippe e THURLER, Monica Gather. **As Competências Para Ensinar no Século XXI**, São Paulo, Artmed, 2002.

PERRY, Flavia Almeida. **Escala de proficiência**: diferentes abordagens de interpretação na avaliação educacional em larga escala / Flavia Almeida Perry. -- 2009.

PROFESSORES DA EEZCO. Depoimento Gravado [Jul. 2015]. Entrevistador: Orlando Félix de Moura. Amazonas, 2015, 1 arquivo (68 minutos). Entrevista 005/2015, concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador.

PROFESSORES DA EEZO. Depoimento Gravado [Jul. 2015]. Entrevistador: Orlando Félix de Moura. Amazonas, 2015, 1 arquivo (63 minutos). Entrevista 006/2015, concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador.

QUADROS, Fernanda M. de. **Comparação da Teoria Clássica dos Testes com a Teoria de Resposta ao Item aplicado ao subteste Semelhanças da WASI**. Dissertação (Instituto de Matemática), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

RODRIGUES, Jane Bete Nunes. **Criação e implementação do Sadeam**. Manaus: Seduc-Am - GAD, 2014. (Comunicação oral).

ROSISTOLATO, R.; VIANA, G. Os gestores educacionais e a recepção dos sistemas externos de avaliação no cotidiano escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 2, jan./mar. 2014.

SANTOS, Anderson Oramisio; GIMENES, Olíria Mendes; MARIANO, Sangelito Miranda Franco. Avaliações externas e seus impactos nas práticas pedagógicas: percepções e visões preliminares. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, Uberaba-MG, v. 1, n. 1, p. 38-50, 2013

SAVIANI, Demerval. **A Nova lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SEDUC. **Apresentação dos resultados IDEAM**. 2011. Disponível em: www.seduc.am.gov.br. Acesso em: 30 out. 2013.

_____. **Histórico e Estrutura Organizacional da SEDUC-AM**. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br>. Acesso em: 18 Abr. 2014.

SILVA, Maria Júlia de Almeida e. **Regulação Educativa: o uso dos resultados de proficiência das avaliações do PROEB por diretores escolares em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, Roberto Cláudio Bento da. **Apropriação dos Resultados do SPAECE pelos Gestores Escolares: Um Estudo de Caso Envolvendo duas Escolas do Interior do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SILVA, Vandrê Gomes da. **Usos da avaliação em larga escala em ambiente escolar**. Agências Financiadoras: FCC e Fundação Itaú Social. 36ª Reunião Nacional da ANPEd –29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia –GO.

_____, Vandrê Gomes da; GIMENES, Nelson Antonio Simão. **Uso da Avaliação Externa por Equipes Gestoras e Profissionais Docentes: Um Estudo em Quatro Redes de Ensino Público (Relatório Final)**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Itaú Social, 2012. Disponível em: http://www.fundacaoitausocial.org.br/_arquivosstaticos/FIS/pdf/pesquisa_fis_fcc.pdf. Acesso em: 04 nov. 2015.

SOARES, J. F. Análise dos pressupostos educacionais e estatísticos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 34, n. 124, p. 903-923, jul.-set. 2013.

_____, J. F. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. REICE–**Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 2, n. 2, 2004. Disponível em: <http://ice.deusto.es/rinace/reice/vol2n2/soares.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

SOARES, Sergei. Avaliação educacional como instrumento pedagógico. **Trabalho e Sociedade**, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 4, ago. 2002.

SOLIGO, Valdecir. **Possibilidades e desafios das avaliações em carga escala da educação básica na gestão escolar**. 2010. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/1_Possibilidades_e_Desafios_Valdecir_Soligo.pdf>. Acesso em: 04 set. 2015.

SOUZA, A. R. As relações entre os resultados da avaliação e os modelos de gestão escolar. **Intermeio – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMS**, volume 13, nº 25, p. 64-81, jan-jul de 2007.

SOUSA, Sandra Zákia; BONAMINO, Alícia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, pp. 373-388, abr./jun. 2012.

SOUZA, M.S. Alberto. (Org). **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis:Vozes, 2005.

SOUSA, S.M. Z. L. **Avaliação do Rendimento Escolar como instrumento de gestão educacional**. In.: OLIVEIRA, D.A. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos.Petrópolis, R.J.: Vozes, 1997.

_____. A avaliação na organização do ensino em ciclos. **Revista de Educação (Lisboa)**, São Paulo, n. 13, p. 30-36, 2001.

SOUSA, Sandra Zákia & OLIVEIRA, R. P. de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n 84, p. 873-895, set. 2003.

_____, Sandra Zákia & OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, pp. 793-822, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742010000300007&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2015.

_____ & FREITAS, D. N. T. de. Políticas de avaliação e gestão educacional – Brasil, década de 1990 aos dias atuais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, p. 165-186, dez. 2004.

_____.Avaliação e carreira do magistério: premiar o mérito? **Retratos da escola**, v. 2, p. 81-83, 2008.

VIANNA, Heraldo. **Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas**. São Paulo: DPE. Fundação Carlos Chagas, n. 28, jul-dez/2003. p. 41.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional**. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.11-27, jan./abr. 2009

VIDAL, Eloisa Maia; VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão educacional e resultados no Ideb: um estudo de caso em dez municípios cearenses. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 22, p. 419-434, 2011. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1658/1658.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Indicadores de Sucesso:** a construção da qualidade. Educação Básica: política e gestão da escola. Brasília: Liber Livros, 2009. p.105-129.

III – Apropriação dos resultados do Sadeam

5. Você considera que houve algum tipo de mudança na sua prática, no trabalho que você exercia antes das demandas por avaliação e por resultados? (tempo de trabalho, intensificação, envolvimento com a avaliação contínua, ações pedagógicas junto aos professores, etc.)
6. Quando os resultados pedagógicos do Sadeam chegam à escola alguma ação de socialização do seu conteúdo é realizada? De que forma isso acontece com a equipe gestora, professores, alunos e comunidade?
7. Você participou de alguma ação voltada aos resultados do Sadeam que tenha sido promovida pela Seduc? Descreva como aconteceu.
8. Existem tempos e espaços específicos na agenda escolar para a discussão dos resultados da avaliação? Se sim, quem participa desses momentos e como isso acontece?
9. Em sua opinião os professores se sentem responsáveis pelos resultados alcançados nas avaliações externas, em especial no Sadeam? Em caso afirmativo, como você percebe isso no dia a dia da escola? Em caso negativo, como eles enxergam a avaliação externa na rotina escolar?
10. Os professores tiveram oportunidade de se reunir para analisar e avaliar os resultados da avaliação nessas disciplinas? Se sim como isso aconteceu? Que ações surgiram dessas reuniões?
11. Quais ações foram tomadas em sua escola a partir da apropriação dos resultados do Sadeam nos últimos três anos?
12. Há alguma iniciativa em curso, implementada pela escola, no sentido de aperfeiçoar o processo de apropriação e utilização desses resultados?
13. Em sua opinião, a apropriação dos resultados da avaliação externa, pela escola, interfere na qualidade do ensino ofertado na mesma?
14. A Seduc, ou a Coordenadoria Distrital, acompanham o trabalho do gestor da escola para verificar se ações são desenvolvidas no sentido de melhorar o desempenho da escola após a divulgação dos resultados das avaliações? Como?

APÊNDICE B - MODELO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PEDAGOGAS
DA ESCOLA EEZCO E EEZO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

**Entrevista semiestruturada a ser aplicada aos Pedagogos das escolas
estaduais pesquisadas da Rede Estadual de Educação de Manaus**

Caracterização do participante

Escola	
Idade:	Sexo:
Formação: () Habilitação ao Magistério/Nível Médio () Ensino Médio Regular () Ensino Médio Profissionalizante () Graduação com licenciatura. Qual? () Tecnólogo/Bacharel. Qual? () Licenciatura Plena em Pedagogia. Coursou alguma Habilitação? () Sim. Qual?..... () Não	
Especialização na área da educação: () Sim () Não	
Mestrado/Doutorado na área da educação: () Sim () Não	
Tempo de exercício na função de Pedagogo(a):.....	
Tempo de exercício na função de Pedagogo(a) nesta Escola:.....	
Exerceu cargo de Pedagogo(a) em outra escola: () Sim () Não	

I – Conhecimento/Formação sobre avaliação educacional

1. De quais ações você participa/participou envolvendo os resultados do Sadeam?
E quem foram os responsáveis por esta ação?
2. Até que ponto você se considera apto a interpretar os resultados divulgados nas revistas do sistema, revista do gestor e nas revistas pedagógicas (utilizadas pelo CAEd na divulgação dos resultados do Sadeam)?
3. Em sua opinião, qual a importância dos resultados produzidos pelas avaliações em larga escala e especificamente pelo Sadeam?

II – Divulgação dos resultados do Sadeam

4. De que forma os resultados das avaliações do Sadeam chegam à sua escola (mídia digital, revistas pedagógicas, impressos, outros)? Como você considera, em relação à acessibilidade, a forma como os resultados são divulgados?

III – Apropriação dos resultados do Sadeam

5. Você considera que houve algum tipo de mudança na sua prática, no trabalho que você exercia antes das demandas por avaliação e por resultados? (tempo de trabalho, intensificação, envolvimento com a avaliação contínua, ações pedagógicas junto aos professores, etc.)
6. Quando os resultados pedagógicos do Sadeam chegam à escola alguma ação de socialização do seu conteúdo é realizada? De que forma isso acontece com a equipe gestora, professores, alunos e comunidade?
7. Você participou de alguma ação voltada para a apropriação dos resultados do Sadeam que tenha sido promovida pela Seduc? Descreva como aconteceu.
8. Existem tempos e espaços específicos na agenda escolar para a discussão dos resultados da avaliação? Se sim, quem participa e como isso acontece?
9. Em sua opinião os professores se sentem responsáveis pelos resultados alcançados nas avaliações externas, em especial no Sadeam? Em caso afirmativo, como você percebe isso no dia a dia da escola? Em caso negativo, como eles enxergam a avaliação externa na rotina escolar?
10. Os professores tiveram oportunidade de se reunir para analisar e avaliar os resultados da avaliação nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática? Se sim como isso aconteceu? Que ações surgiram dessas reuniões?
11. Quais ações foram tomadas em sua escola a partir da apropriação dos resultados do Sadeam nos últimos três anos?
12. Há alguma iniciativa em curso, implementada pela escola, no sentido de aperfeiçoar o processo de apropriação e utilização desses resultados?
13. Em sua opinião, a apropriação dos resultados da avaliação externa, pela escola, interfere na qualidade do ensino ofertado na mesma?
14. A Seduc, ou a Coordenadoria Distrital, acompanham o trabalho do gestor da escola para verificar se ações são desenvolvidas no sentido de melhorar o desempenho da escola após a divulgação dos resultados das avaliações? Como?

APÊNDICE C - MODELO ROTEIRO GRUPO FOCAL COM PROFESSORES DA
ESCOLA EEZCO E EEZO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

**Roteiro para realização de pesquisa através da técnica de Grupo Focal a ser
aplicada aos Professores das escolas estaduais pesquisadas da Rede
Estadual de Educação de Manaus**

CONHECIMENTO E DIVULGAÇÃO

1. O que vocês conhecem sobre as avaliações externas dos sistemas educacionais?
 - Com quais vocês estão mais familiarizados?
 - De que forma eles acontecem?
 - Para vocês, o que os indicadores (Ideb, Ideam) produzidos pelas avaliações externas expressam? Como se chega aos resultados/indicadores?
 - Descreva quais materiais com informações do Sadeam você já teve acesso na escola.
2. O resultado das avaliações externas do Sadeam chegam para a escola no início do ano letivo, através de arquivos digitais, e logo depois através das Revistas Pedagógicas produzidas pelo Caed. Nesses estão expressas a Média de Proficiência de cada escola e o percentual de acertos de cada descritor avaliado pelo Sadeam.
 - Como os professores de sua escola tem acesso aos resultados do Sadeam.
 - Como você analisa os resultados do Sadeam na sua escola? A que fatores você atribui tais resultados?
 - Você sabe qual foi a Média de Proficiência de sua escola? Em qual Padrão de Desempenho do Sadeam se encontra sua escola? Qual a relação desse Padrão de Desempenho com a qualidade do processo ensino aprendizagem de sua escola?

FORMAÇÃO E MONITORAMENTO

3. A Matriz de Referência é formada por um conjunto de habilidades que tem como fonte a Proposta Curricular da Seduc, ou seja, ela é um pequeno recorte do currículo trabalhado na escola e é a base para elaboração da avaliação do Sadeam.
 - Vocês conseguem perceber essa relação entre as habilidades que são planejadas para serem trabalhadas na sala de aula, e que devem estar contidas na Proposta Curricular, e o que é avaliado pelo Sadeam? Como vocês veem essa relação?
4. Que ações ou projetos foram desencadeados na escola a partir da análise dos resultados do Sadeam?
5. Existem tempos e espaços específicos na rotina escolar para a discussão desses resultados? Como isso acontece? Quem lidera estas ações?

APROPRIAÇÃO

6. Após analisarem os resultados do Sadeam e/ou perceberem que seus alunos possuem mais dificuldades em alguma habilidade específica, o que fazem? Tem alguma estratégia que gostaria de compartilhar com os colegas?
7. Se você analisou os resultados dos alunos desta escola na sua disciplina, no Sadeam, a que conclusão chegou? Houve alguma mudança no currículo trabalhado pela escola a partir da análise desses resultados? Durante o planejamento bimestral, na escola, os resultados do Sadeam têm sido considerados pelos professores para alguma mudança necessária? Você, enquanto professor utilizou os resultados do Sadeam de alguma forma em sua prática pedagógica na rotina da sala de aula? De que forma?
8. Vocês acham que essas avaliações externas mudaram alguma coisa na rotina da escola de vocês?
 - Na gestão da escola
 - Nas atividades e atitudes dos professores
 - Nos alunos
 - Nas famílias/responsáveis dos alunos

E para vocês, pessoalmente, as avaliações externas mudaram alguma coisa?

 - No trabalho como professor
 - Nas atividades em sala de aula

- Nos sentimentos/valores com relação à sua atividade profissional
 - Na relação com os alunos e suas famílias
9. Como vocês percebem a relação entre a orientação da equipe gestora para o cumprimento das obrigações curriculares (carga horária, conteúdos, etc.) dos professores e os resultados alcançados pelos alunos nas avaliações externas?
10. Existe alguma dificuldade para utilização dos resultados do Sadeam na escola?
Como você enxerga esta temática?
11. Na opinião de vocês, quais atividades podem ser desenvolvidas na escola para potencializar a apropriação dos resultados das avaliações externas?